

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	4
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores	5

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	6
2.3 - Outras Informações Relevantes	7

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	8
3.2 - Medições Não Contábeis	9
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	10
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	11
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	16
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	17
3.7 - Nível de Endividamento	18
3.8 - Obrigações	19
3.9 - Outras Informações Relevantes	20

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	21
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	36
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	39
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	55
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	56
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	57
4.7 - Outras Contingências Relevantes	58

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	59
5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos	
5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	60
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	61
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	62
5.4 - Programa de Integridade	63
5.5 - Alterações significativas	67
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	68
6. Histórico do Emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	69
6.3 - Breve Histórico	70
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	72
6.6 - Outras Informações Relevantes	73
7. Atividades do Emissor	
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	74
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	75
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	76
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	77
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	78
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	79
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	80
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	81
7.8 - Políticas Socioambientais	82
7.9 - Outras Informações Relevantes	83
8. Negócios Extraordinários	
8.1 - Negócios Extraordinários	84
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	85

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	86
8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	87
9. Ativos Relevantes	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	88
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	89
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	90
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	91
9.2 - Outras Informações Relevantes	92
10. Comentários Dos Diretores	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	93
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	111
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	112
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	113
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	114
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	115
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	116
10.8 - Plano de Negócios	117
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	120
11. Projeções	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	121
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	122
12. Assembléia E Administração	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	123
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	130
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	131
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	132

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	133
12.7/8 - Composição Dos Comitês	142
12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	143
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	144
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	145
12.12 - Outras informações relevantes	146

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	150
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	151
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	153
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	154
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	155
13.6 - Opções em Aberto	156
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	157
13.8 - Precificação Das Ações/opções	158
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	159
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	160
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	161
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	162
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	163
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	164
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	165
13.16 - Outras Informações Relevantes	166

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	167
---------------------------------------	-----

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	168
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	169
14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	170
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	171
15. Controle E Grupo Econômico	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	172
15.3 - Distribuição de Capital	188
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	189
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	190
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	191
15.7 - Principais Operações Societárias	192
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	199
16. Transações Partes Relacionadas	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	200
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	201
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	205
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	206
17. Capital Social	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	207
17.2 - Aumentos do Capital Social	208
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	209
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	210
17.5 - Outras Informações Relevantes	211
18. Valores Mobiliários	
18.1 - Direitos Das Ações	212

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	213
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	214
18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	215
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	216
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	219
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	220
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	221
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	222
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	223
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	224
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	225
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	226
19. Planos de Recompra/tesouraria	
19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	227
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	228
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	229
20. Política de Negociação	
20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	230
20.2 - Outras Informações Relevantes	231
21. Política de Divulgação	
21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	232
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	233
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	234
21.4 - Outras Informações Relevantes	235

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Vera Lúcia Rett Carreira

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Ricardo Murilo Padilha de Araújo

Cargo do responsável

Diretor Presidente



1. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELO CONTEÚDO DO FORMULÁRIO

1.1 - Declaração individual do Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário:

Sr. Ricardo Murilo Padilha de Araújo

Cargo do responsável: Diretor Presidente

O senhor Ricardo Murilo Padilha de Araújo, Diretor Presidente da Companhia Energética Sinop S.A., inscrita no CNPJ 19.527.586/0001-75, para fins de atendimento às exigências da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, declara que:

- a) reviu o Formulário de Referência da Companhia Energética Sinop S.A.;
- b) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, em especial aos arts. 14 a 19; e
- c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



Ricardo Murilo Padilha de Araújo
Diretor Presidente - CEO



1. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELO CONTEÚDO DO FORMULÁRIO

1.1 - Declaração individual da Diretora de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário:

Sra. Vera Lucia Rett Carreira

Cargo do responsável: Diretora Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

A senhora Vera Kucia Rett Carreira, Diretora de Relações com Investidores da Companhia Energética Sinop S.A., inscrita no CNPJ 19.527.586/0001-75, para fins de atendimento às exigências da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, declara que:

- a) reviu o Formulário de Referência da Companhia Energética Sinop S.A.;
- b) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, em especial aos arts. 14 a 19; e
- c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



Vera Rett
Diretora Administrativo Financeiro e de
Relação com Investidores

1. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELO CONTEÚDO DO FORMULÁRIO**1.2 Declaração individual de novo ocupante do cargo de Diretora de Relações com Investidores****Nome do responsável pelo conteúdo do formulário:**

Sra. Vera Lúcia Rett Carreira

Cargo do responsável: Diretora Administrativa Financeira e de Relações com Investidores

A senhora Vera Lúcia Rett Carreira, Diretora de Relações com Investidores da Companhia Energética Sinop S.A., inscrita no CNPJ 19.527.586/0001-75, para fins de atendimento às exigências da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, declara que:

- a) reviu as informações que foram atualizadas no formulário de referência da Companhia Energética Sinop S.A. após a data de sua posse em 07/11/2019; e
- b) todas as informações que foram atualizadas no formulário na forma do item “a” acima atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, em especial aos arts. 14 a 19.



Vera Rett
Diretora Administrativo Financeiro e de
Relação com Investidores



1. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELO CONTEÚDO DO FORMULÁRIO

1.3 Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que os cargos de Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores da Companhia são ocupados por pessoas diferentes.

As declarações individuais do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores da Companhia foram apresentadas no item 1.1 deste Formulário de Referência.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0013-62
Data Início	01/01/2015
Descrição do serviço contratado	(i) Auditoria contábil das demonstrações financeiras anuais elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras e práticas internacionais de contabilidade ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018; e (ii) Auditoria contábil das Informações Trimestrais (ITR) relativas aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2017 e 2018.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total de remuneração para serviços dos auditores independentes contratados relativos ao exercício social de 2018 foi de R\$ 298.352,04, conforme contrato entre as partes firmado em 16 de abril de 2018. Este montante engloba a auditoria das demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 e a Revisão das Informações Trimestrais para os períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2018.
Justificativa da substituição	Não houve substituição do auditor.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
ALEXANDRE DIAS FERNANDES	01/01/2015	647.714.661-49	SAI/SO Área 6580 – Bloco 02 3º andar sala 302 Torre Norte –, Guará, Zona Industrial, Brasília, DF, Brasil, CEP 71219-900, Telefone (61) 33623700, e-mail: maquino@kpmg.com.br
Marcelo José de Aquino	01/01/2016	129.747.258-64	SAI/SO Área 6580 – Bloco 02 3º andar sala 302 Torre Norte –, Guará, Zona Industrial, Brasília, DF, Brasil, CEP 71219-900, Telefone (61) 33623700, e-mail: maquino@kpmg.com.br



2. Auditores Independentes

2.3. Outras Informações Relevantes

Para afastar eventuais situações de conflito de interesse, perda da independência ou objetividade, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015, em 31 de dezembro de 2016, em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2018, os auditores independentes da Companhia não foram contratados para trabalhos diversos de auditoria das demonstrações financeiras.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)

Exercício social (31/12/2018)

Exercício social (31/12/2017)



3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

3.2. Medições não contábeis

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.



3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

3.3. Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.

3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

3.4. Política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais

	EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/18	EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/17	EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/16
a. Regras sobre retenção de lucros	<p>O Estatuto Social da Companhia não traz regras sobre retenção de lucros além daquelas previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada (“Lei das S.A.”).</p> <p>Nesse sentido, a Companhia segue a regra prevista no art. 193 da Lei das S.A., que prevê que do lucro líquido do exercício, 5% serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.</p> <p>Importante destacar que a Companhia não realizou qualquer distribuição de dividendos desde sua constituição pois apurou prejuízo em todos os exercícios em razão de sua fase pré-operacional.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia vigente em 2017 não trazia regras sobre retenção de lucros além daquelas previstas na Lei das S.A.</p> <p>Nesse sentido, a Companhia segue a regra prevista no art. 193 da Lei das S.A., que prevê que do lucro líquido do exercício, 5% serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.</p> <p>Importante destacar que a Companhia não realizou qualquer distribuição de dividendos desde sua constituição pois apurou prejuízo em todos os exercícios em razão de sua fase pré-operacional.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia vigente em 2016 não trazia regras sobre retenção de lucros além daquelas previstas na Lei das S.A.</p> <p>Nesse sentido, a Companhia segue a regra prevista no art. 193 da Lei das S.A., que prevê que do lucro líquido do exercício, 5% serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.</p> <p>Importante destacar que a Companhia não realizou qualquer distribuição de dividendos desde sua constituição pois apurou prejuízo em todos os exercícios em razão de sua fase pré-operacional.</p>
a.i. Valores de Retenção de Lucros	Não houve retenção de lucros no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 visto que a Companhia obteve prejuízo e estava em fase pré-operacional.	Não houve retenção de lucros no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 visto que a Companhia obteve prejuízo e estava em fase pré-operacional.	Não houve retenção de lucros no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 visto que a Companhia obteve prejuízo e estava em fase pré-operacional.
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não aplicável, considerando que a Companhia apurou prejuízo no exercício social de 2018.	Não aplicável, considerando que a Companhia apurou prejuízo no exercício social de 2017.	Não aplicável, considerando que a Companhia apurou prejuízo no exercício social de 2016.

	EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/18	EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/17	EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/16
b. Regras sobre distribuição de dividendos	<p>A Companhia adota as práticas de distribuição de dividendos estabelecidas na Lei das S.A.</p> <p>Nos termos do art. 202 da referida Lei, os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, metade do lucro líquido ajustado do exercício.</p> <p>Adicionalmente, nos termos do art. 37, parágrafo único, por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá distribuir dividendos intermediários com base nos lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores, à conta de lucros acumulados ou de reservas e lucros existentes no último balanço.</p> <p>Conforme previsto no art. 39 do Estatuto Social, ainda, os órgãos da administração poderão pagar ou creditar juros sobre o capital próprio conforme apurados nos balanços anuais, semestrais ou levantados em períodos menores, de acordo com prazo de pagamento ou crédito fixados pelo Conselho de Administração.</p> <p>Importante destacar que a Companhia não realizou qualquer distribuição de dividendos desde sua constituição, pois apurou prejuízo em todos os exercícios em razão de sua fase pré-operacional.</p>	<p>A Companhia adota as práticas de distribuição de dividendos estabelecidas na Lei das S.A.</p> <p>Nos termos do art. 202 da referida Lei, os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, metade do lucro líquido ajustado do exercício.</p> <p>Adicionalmente, nos termos do art. 37, parágrafo único, por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá distribuir dividendos intermediários com base nos lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores, à conta de lucros acumulados ou de reservas e lucros existentes no último balanço.</p> <p>Conforme previsto no art. 39 do Estatuto Social, ainda, os órgãos da administração poderão pagar ou creditar juros sobre o capital próprio conforme apurados nos balanços anuais, semestrais ou levantados em períodos menores, de acordo com prazo de pagamento ou crédito fixados pelo Conselho de Administração.</p> <p>Importante destacar que a Companhia não realizou qualquer distribuição de dividendos desde sua constituição, pois apurou prejuízo em todos os exercícios em razão de sua fase pré-operacional.</p>	<p>A Companhia adota as práticas de distribuição de dividendos estabelecidas na Lei das S.A.</p> <p>Nos termos do art. 202 da referida Lei, os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, metade do lucro líquido ajustado do exercício.</p> <p>Adicionalmente, nos termos do art. 37, parágrafo único, por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá distribuir dividendos intermediários com base nos lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores, à conta de lucros acumulados ou de reservas e lucros existentes no último balanço.</p> <p>Conforme previsto no art. 39 do Estatuto Social, ainda, os órgãos da administração poderão pagar ou creditar juros sobre o capital próprio conforme apurados nos balanços anuais, semestrais ou levantados em períodos menores, de acordo com prazo de pagamento ou crédito fixados pelo Conselho de Administração.</p> <p>Importante destacar que a Companhia não realizou qualquer distribuição de dividendos desde sua constituição pois apurou prejuízo em todos os exercícios em razão de sua fase pré-operacional.</p>

	EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/18	EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/17	EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/16
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>Conforme a redação do Artigo 37º, Parágrafo Único, do Estatuto Social vigente em 31 de dezembro de 2018, a Companhia pode levantar balanços semestrais ou em períodos menores por deliberação do Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal, bem como distribuir dividendos intermediários com base nos lucros apurados no período, à conta de lucros acumulados ou de reservas e lucros existentes no último balanço.</p> <p>Conforme previsto no art. 39 do Estatuto Social, ainda, os órgãos da administração poderão pagar ou creditar juros sobre o capital próprio conforme apurados nos balanços anuais, semestrais ou levantados em períodos menores, de acordo com prazo de pagamento ou crédito fixados pelo Conselho de Administração.</p>	<p>Conforme a redação do Artigo 37º, Parágrafo Único, do Estatuto Social vigente em 31 de dezembro de 2017, a Companhia pode levantar balanços semestrais ou em períodos menores por deliberação do Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal, bem como distribuir dividendos intermediários com base nos lucros apurados no período, à conta de lucros acumulados ou de reservas e lucros existentes no último balanço.</p> <p>Conforme previsto no art. 39 do Estatuto Social, ainda, os órgãos da administração poderão pagar ou creditar juros sobre o capital próprio conforme apurados nos balanços anuais, semestrais ou levantados em períodos menores, de acordo com prazo de pagamento ou crédito fixados pelo Conselho de Administração.</p>	<p>Conforme a redação do Artigo 37º, Parágrafo Único, do Estatuto Social vigente em 31 de dezembro de 2016, a Companhia pode levantar balanços semestrais ou em períodos menores por deliberação do Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal, bem como distribuir dividendos intermediários com base nos lucros apurados no período, à conta de lucros acumulados ou de reservas e lucros existentes no último balanço.</p> <p>Conforme previsto no art. 39 do Estatuto Social, ainda, os órgãos da administração poderão pagar ou creditar juros sobre o capital próprio conforme apurados nos balanços anuais, semestrais ou levantados em períodos menores, de acordo com prazo de pagamento ou crédito fixados pelo Conselho de Administração.</p>
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	<p>A Lei das S.A., em seu artigo 193, prevê que 5% do lucro líquido ajustado do exercício será aplicado na constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social ou o limite previsto no § 1º do referido artigo.</p> <p>Adicionalmente, a Companhia assumiu algumas restrições a pagamento de dividendos em função da contratação de financiamento (Contrato nº 16.2.0270.1 de 07 de julho de 2016) junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Especificamente, os Incisos XVIII e XIX da Cláusula 12º restringem a distribuição de dividendos sem a autorização do</p>	<p>A Lei das S.A., em seu artigo 193, prevê que 5% do lucro líquido ajustado do exercício será aplicado na constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social ou o limite previsto no § 1º do referido artigo.</p> <p>Adicionalmente, a Companhia assumiu algumas restrições a pagamento de dividendos em função da contratação de financiamento (Contrato nº 16.2.0270.1 de 07 de julho de 2016) junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Especificamente, os Incisos XVIII e XIX da Cláusula 12º restringem a distribuição de</p>	<p>A Lei das S.A., em seu artigo 193, prevê que 5% do lucro líquido ajustado do exercício será aplicado na constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social ou o limite previsto no § 1º do referido artigo.</p> <p>Adicionalmente, a Companhia assumiu algumas restrições a pagamento de dividendos em função da contratação de financiamento (Contrato nº 16.2.0270.1 de 07 de julho de 2016) junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Especificamente, os Incisos XVIII e XIX da Cláusula 12º restringem a distribuição de</p>

	EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/18	EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/17	EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/16
	<p>BNDES, conforme transcrito abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cláusula 12º, Inciso XVIII: Caso o Índice sobre Cobertura da Dívida (ISCD) apurado [de acordo com a metodologia no Anexo I], nos termos do Inciso XV, seja inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício anterior. • Cláusula 12º, Inciso XIX: Caso o Índice sobre Cobertura da Dívida (ISCD) apurado [de acordo com a metodologia no Anexo I], nos termos do Inciso XV, seja igual ou maior a 1,2 (um inteiro e dois décimos) e a Companhia opte por realizar distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício anterior, deverá requer a autorização do BNDES, sendo certo nessa hipótese, a autorização seja considerada como dada à Companhia, caso o BNDES não se manifeste, expressamente, sobre o pedido no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento de todas as informações e documentos fornecidos pela Companhia, conforme inciso XX da Cláusula 12. <p>Além do disposto acima, não há qualquer restrição aplicável à distribuição de dividendos da Companhia.</p>	<p>dividendos sem a autorização do BNDES, conforme transcrito abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cláusula 12º, Inciso XVIII: Caso o Índice sobre Cobertura da Dívida (ISCD) apurado [de acordo com a metodologia no Anexo I], nos termos do Inciso XV, seja inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício anterior. • Cláusula 12º, Inciso XIX: Caso o Índice sobre Cobertura da Dívida (ISCD) apurado [de acordo com a metodologia no Anexo I], nos termos do Inciso XV, seja igual ou maior a 1,2 (um inteiro e dois décimos) e a Companhia opte por realizar distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício anterior, deverá requer a autorização do BNDES, sendo certo nessa hipótese, a autorização seja considerada como dada à Companhia, caso o BNDES não se manifeste, expressamente, sobre o pedido no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento de todas as informações e documentos fornecidos pela Companhia, conforme inciso XX da Cláusula 12. <p>Além do disposto acima, não há qualquer restrição aplicável à distribuição de dividendos da Companhia.</p>	<p>dividendos sem a autorização do BNDES, conforme transcrito abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cláusula 12º, Inciso XVIII: Caso o Índice sobre Cobertura da Dívida (ISCD) apurado [de acordo com a metodologia no Anexo I], nos termos do Inciso XV, seja inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício anterior. • Cláusula 12º, Inciso XIX: Caso o Índice sobre Cobertura da Dívida (ISCD) apurado [de acordo com a metodologia no Anexo I], nos termos do Inciso XV, seja igual ou maior a 1,2 (um inteiro e dois décimos) e a Companhia opte por realizar distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício anterior, deverá requer a autorização do BNDES, sendo certo nessa hipótese, a autorização seja considerada como dada à Companhia, caso o BNDES não se manifeste, expressamente, sobre o pedido no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento de todas as informações e documentos fornecidos pela Companhia, conforme inciso XX da Cláusula 12. <p>Além do disposto acima, não há qualquer restrição aplicável à distribuição de dividendos da Companhia.</p>
e. se o emissor possui uma política de destinação de	Ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e, até a data de	Ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 a Companhia	Ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a

	EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/18	EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/17	EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/16
resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data de aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	publicação desse Formulário de Referência, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	não possuía uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria "B".



3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

3.6. Declaração de dividendos a conta de lucros retidos ou reservas

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2018	1.454.931.101,32	Índice de Endividamento	59,80000000	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2018)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Títulos de dívida	Garantia Real		6.215.442,20	8.753.103,67	23.272.514,53	198.553.017,28	236.794.077,68
Empréstimo	Garantia Real		100.064.540,15	130.445.354,04	58.702.388,26	787.590.805,06	1.076.803.087,51
Total			106.279.982,35	139.198.457,71	81.974.902,79	986.143.822,34	1.313.597.165,19
Observação							



3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

3.9. Outras Informações Relevantes

Compromissos em 31/12/18

Conforme divulgado na Nota Explicativa 34 (Compromissos) das demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui o montante de R\$ 86.172 milhões de compromissos assumidos, que se referem, principalmente, a: (i) contratação de fornecedores de materiais e serviços para a construção da UHE Sinop; (ii) contratação de serviços para a operação, gestão e manutenção da UHE Sinop; e (iii) obrigações assumidas em função do constante do Plano Básico Ambiental.

Os valores informados nessa seção, quando não especificados, estão demonstrados em R\$ mil.

Compromissos	Total
Obras da barragem	22.007
Consultoria O&M	32.030
Obras do reservatório	6.834
Supressão vegetal	7.266
Plano Básico Ambiental	8.239
Outros	5.688
Assessorias, consultorias e auditorias	<u>4.108</u>
Total	<u>86.172</u>

Todas as demais informações relevantes foram devidamente disponibilizadas nos itens anteriores da presente Seção 3 deste Formulário de Referência.



4. Fatores de Risco

4.1. Fatores de Risco

Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, em 31.12.2018 (na data-base deste Formulário de Referência), poderiam afetar a Companhia adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos ou considerados irrelevantes pela Companhia em 31.12.2018 também poderão afetar a Companhia adversamente.

Diante disso, antes de tomar qualquer decisão de investimento em valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações contábeis da Companhia e respectivas notas explicativas.

Para os fins desta seção, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante na sua participação no mercado, na sua reputação, nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas neste item devem ser compreendidas nesse contexto.

(a) com relação à Companhia

(a.1) A Companhia não tem histórico operacional e seu desempenho futuro é incerto.

A Companhia foi constituída recentemente, sem histórico operacional e, portanto, está sujeita a riscos, despesas e incertezas associados à implementação de seu plano de negócio. Empresas em seus estágios iniciais de desenvolvimento apresentam riscos de negócio consideráveis e poderão sofrer prejuízos significativos. Considerando que até 31.12.2018 a Companhia ainda não se encontrava em fase operacional, estava exposta a desafios e incertezas no planejamento financeiro devido à ausência de dados históricos disponíveis e às incertezas relativas à natureza, ao escopo e aos resultados das atividades futuras. Como qualquer empresa recém-constituída, a Companhia está em busca de desenvolver relacionamentos comerciais, estabelecer procedimentos operacionais, contratar pessoal, instalar sistemas de gestão de informações e outros sistemas, implantar instalações e obter licenças, bem como tomar outras medidas necessárias à condução de suas atividades de negócios planejadas. Caso não seja possível desenvolver esses relacionamentos com sucesso, poderá haver um impacto negativo sobre os resultados e a condição financeira da Companhia.

(a.2) A construção e operação de instalações e equipamentos de geração de energia envolvem riscos significativos. A ocorrência de uma ou mais desses eventos poderá afetar adversamente a condição financeira da Companhia.



Considerando a fase que a Companhia se encontrava em 31.12.2018, a construção e operação de instalações e equipamentos para a geração de energia envolvem vários riscos, incluindo:

- dificuldade em obter permissões e aprovações governamentais obrigatórias;
- indisponibilidade de equipamentos;
- indisponibilidade dos sistemas de distribuição e/ou transmissão;
- interrupção do fornecimento;
- interrupções no trabalho, se motivado por sinistro;
- greves e outras disputas trabalhistas;
- agitações sociais;
- interferências meteorológicas e hidrológicas na usina da Companhia, bem como nas demais usinas integrantes do sistema nacional de geração de energia;
- problemas inesperados de engenharia e de natureza ambiental;
- atrasos na construção e na operação, ou custos excedentes não previstos;
- mudanças nos subsídios atualmente existentes;
- alterações regulatórias que impactem principalmente nas regras de comercialização de energia produzida pela Companhia;
- incapacidade de obter ou manter a posse, servidões e/ou a titularidade dos imóveis necessários para a implantação dos projetos dentro dos prazos e preços inicialmente previstos, seja por atrasos nos procedimentos de regularização fundiária, na aquisição ou arrendamento de terras, ou ainda, por dificuldade de obtenção de ordem judicial para imissão de posse nos imóveis, dentre outros fatores;
- dificuldade de regularização de documentação que comprove a propriedade da terra; e
- intervenção e acompanhamento dos órgãos competentes do governo.

A ocorrência destes ou outros problemas poderá afetar adversamente sua capacidade de gerar e comercializar energia em quantidade e em valores em Reais compatível com seu plano de negócio. Portanto, se a Companhia enfrentar quaisquer desses problemas, poderá não conseguir gerar energia para atender à demanda exigida, sendo necessária a compra correspondente no mercado *spot* de energia, isso poderá resultar em um efeito adverso na sua condição financeira e em seus resultados operacionais.

(a.3) A produção de energia da Companhia está inteiramente concentrada na Usina Hidrelétrica Sinop.

A Usina Hidrelétrica Sinop (“UHE Sinop”) é a única usina hidrelétrica da Companhia, representando 100% da sua capacidade instalada. A ocorrência de dificuldades com a operação e manutenção da UHE Sinop poderá afetar adversamente a capacidade da Companhia de gerar energia em quantidade compatível com plano de negócio ou com suas obrigações perante seus clientes, o que pode ter um efeito relevante e adverso em sua situação financeira e seu resultado operacional dado a eventual necessidade de cobertura no mercado de energia *spot*.

(a.4) A Companhia é responsável por quaisquer perdas e danos causados a terceiros em decorrência de falhas na geração de energia oriunda de sua usina ou interrupções ou distúrbios que não possam ser atribuídas a nenhum agente identificado do setor elétrico.



De acordo com a legislação brasileira, a Companhia, na qualidade de prestadora de serviços públicos, tem responsabilidade objetiva por quaisquer prejuízos diretos e indiretos resultantes da inadequada prestação de serviços, tais como (i) perdas e danos causados a terceiros em decorrência de falhas na operação de sua usina, que acarretem indisponibilidade forçada, interrupções ou distúrbios aos sistemas de distribuição e/ou transmissão; ou (ii) interrupções ou distúrbios que não possam ser atribuídos a qualquer agente identificado do setor elétrico. Isso significa que a Companhia poderá ser considerada responsável por quaisquer danos, independentemente de culpa ou dolo.

O valor das indenizações no caso de interrupções ou distúrbios que não possam ser atribuídos a qualquer agente identificado do setor elétrico deverá ser rateado na seguinte proporção: 60% para os agentes de distribuição, 20% para os agentes de geração e 20% para os agentes de transmissão.

Eventuais obrigações indenizatórias impostas à Companhia oriundas de tal responsabilidade poderão acarretar um efeito substancial e adverso na condução dos seus negócios, nos seus resultados operacionais e na sua condição financeira.

(a.5) O desenvolvimento de atividades na UHE Sinop está sujeito ao licenciamento imobiliário.

Além das licenças ambientais, o desenvolvimento das atividades da UHE Sinop está sujeito ao licenciamento imobiliário por autoridades municipais e corpos de bombeiros locais.

Caso a Companhia não consiga obter o licenciamento imobiliário necessário para a UHE Sinop, podem vir a ser aplicadas diversas penalidades de acordo com o rigor do não cumprimento com o licenciamento imobiliário, tais como multas sucessivas, suspensão ou interrupção do desenvolvimento de suas atividades, e, conforme o caso, o fechamento da UHE Sinop.

(a.6) A Companhia é parte devedora em instrumentos de dívida que contêm hipóteses de vencimento antecipado em caso de declaração de vencimento antecipado cruzado de outras dívidas e poderá celebrar outros instrumentos de dívidas e contratos de financiamento que prevejam esse tipo de condição. O eventual descumprimento de qualquer obrigação da Companhia, no âmbito desses instrumentos/contratos, poderá desencadear o vencimento antecipado de outras dívidas, gerando efeitos materiais adversos à Companhia.

Em 31.12.2018, a Companhia era devedora no âmbito do Contrato de Financiamento de Longo Prazo celebrado com o BNDES em 11 de agosto de 2016, no valor total de R\$ 1.046.000.000,00, e da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, emitidas nos termos da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada, no valor total de R\$ 236.000.000,00.

O Contrato de Financiamento de Longo Prazo celebrado com o BNDES contempla hipótese de vencimento antecipado da dívida em caso de declaração de vencimento antecipado das debêntures. Adicionalmente, a escritura de emissão das debêntures contempla hipótese de vencimento antecipado automático da dívida em caso de declaração de vencimento antecipado do Contrato de Financiamento de Longo Prazo celebrado com o BNDES e/ou de qualquer financiamento celebrado entre a Companhia e o BNDES.



Ainda, a escritura de emissão das debêntures contempla hipóteses de vencimento antecipado da dívida em caso de inadimplemento e/ou declaração de vencimento antecipado de outras dívidas da Companhia, seja como devedora principal ou como garantidora, em valor individual ou agregado equivalente ou superior a R\$35.000.000,00.

Na hipótese de vencimento antecipado do Contrato de Financiamento de Longo Prazo celebrado com o BNDES e/ou das debêntures emitidas pela Companhia, não há garantia de que os ativos e fluxo de caixa poderão ser suficientes para quitar o saldo devedor dos respectivos instrumentos/contratos vigentes à época, o que poderá resultar em impacto negativo nas finanças da Companhia.

(a.7) Uma vez que parte significativa dos bens da Companhia está vinculada à prestação de serviços públicos, esses bens não estarão disponíveis para liquidação em caso de falência nem poderão ser objeto de penhora para garantir a execução de decisões judiciais.

Uma parte significativa dos bens da Companhia está vinculada à prestação de serviços públicos. Esses bens não estarão disponíveis para liquidação em caso de falência ou penhora para garantir a execução de decisões judiciais, uma vez que devem ser revertidos ao poder concedente, de acordo com os termos de seu contrato de concessão e com a legislação aplicável. A Companhia não pode garantir que eventual indenização, à qual tem direito no caso de extinção antecipada da Concessão por parte do Poder Concedente, será suficiente para cobrir o valor de mercado dos bens revertidos, pois não há, atualmente, regras claras e detalhadas que disciplinem o assunto. Essas limitações podem reduzir significativamente os valores disponíveis aos seus credores em caso de liquidação, além de poder ter um efeito negativo em sua capacidade de obter financiamentos.

(a.8) Qualquer dificuldade na obtenção de novos financiamentos ou manutenção dos contratos de financiamento atuais que poderão ter um efeito adverso nas operações da Companhia e no desenvolvimento de seu negócio.

Até 31.12.2018, a administração da Companhia recomendou a captação de recursos para implementar e concluir o projeto de construção da UHE Sinop que integra o conjunto de projetos de infraestrutura do programa de aceleração do crescimento (PAC) do Governo Federal.

Para implementar e concluir o projeto serão utilizados recursos de dívida de curto e longo-prazo. Nesse sentido, o planejamento financeiro do projeto conta com duas fontes de endividamento: BNDES Finem e debêntures de infraestrutura.

BNDES FINEM

A Companhia assinou com o Banco Nacional Desenvolvimento Econômico Social (“BNDES”), em 11 de agosto de 2016, Contrato de Financiamento de Longo-Prazo, no montante de R\$ 1.046.000.000,00.



Debêntures de Infraestrutura

A Companhia realizou a emissão de debêntures de infraestrutura de R\$236.000.000,00, conforme Lei 12.431/2011, com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. A liquidação financeira concluiu-se em julho de 2018.

(a.9) A Companhia está sujeita a ciberataques e violações de segurança e privacidade. Qualquer violação, efetiva ou percebida, pode interromper suas operações, resultar na indisponibilidade de seus sistemas ou serviços, na divulgação imprópria de dados, prejudicar de maneira relevante a sua reputação, resultar em uma exposição jurídica e financeira relevante, com impacto adverso sobre seu negócio e resultados operacionais.

O negócio da Companhia envolve a coleta, armazenamento, processamento e transmissão de dados operacionais próprios e de terceiros. A Companhia também utiliza os sistemas chave da tecnologia da informação para controle das operações de energia e comercial, administrativas e financeiras. Um crescente número de organizações, incluindo grandes empresas, instituições financeiras e instituições governamentais, vem divulgando violações de seus sistemas de tecnologia da informação e segurança da informação, algumas delas envolvendo ataques sofisticados e alvos altamente selecionados, incluindo em partes de seus websites ou infraestrutura.

As técnicas usadas para obter acesso não autorizado, impróprio ou ilegal aos sistemas da Companhia estão evoluindo constantemente, podem ser difíceis de detectar rapidamente, e frequentemente não são reconhecidas até serem lançados contra um alvo. Partes não autorizadas podem tentar obter acesso aos sistemas ou instalações da Companhia por diversos meios, incluindo, entre outros, a invasão de seus sistemas ou de seus parceiros ou fornecedores, ou tentar, de modo fraudulento, induzir os empregados da Companhia ou outros usuários dos sistemas a divulgar nomes de usuários, senhas, ou outras informações confidenciais, que por sua vez, podem ser utilizadas para acessar os sistemas de tecnologia da informação da Companhia. Alguns esforços podem ser suportados por recursos financeiros e tecnológicos significativos, tornando-os ainda mais sofisticados e difíceis de serem detectados.

A tecnologia da informação e infraestrutura da Companhia podem ser vulneráveis a ciberataques ou violações de segurança, assim terceiros poderão acessar seus dados operacionais ou de seus fornecedores e empregados que estiverem armazenados ou acessíveis através desses sistemas. As medidas de segurança da Companhia podem também ser violadas por falha humana, atos ilícitos, erros ou vulnerabilidades de sistema, ou outras irregularidades. Qualquer violação, efetiva ou percebida, pode interromper as operações da Companhia, resultar na indisponibilidade de seus sistemas ou serviços, na divulgação imprópria de dados, prejudicar de maneira relevante a sua reputação, resultar em uma exposição jurídica e financeira relevante, com impacto adverso sobre nosso negócio e resultados operacionais.

(a.10) As apólices de seguro da Companhia poderão não ser suficientes para cobrir totalmente as responsabilidades incorridas no curso ordinário dos negócios da Companhia e a cobertura de seguros necessária poderá não estar disponível no futuro.



A Companhia mantém contrato de seguro para cobertura dos riscos a que está exposta, todavia não pode assegurar que a cobertura das apólices contratadas será suficiente para cobrir totalmente as responsabilidades incorridas no curso ordinário dos seus negócios, ou que a cobertura de seguros necessária estará disponível no futuro. Além disso, a Companhia e suas controladas podem não ser capazes de obter, no futuro, apólices de seguro nos mesmos termos que os atuais. Os negócios e resultados operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados caso a Companhia incorra em responsabilidades que não estejam totalmente cobertas por suas apólices de seguro contratadas.

(a.11) A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares de ações de sua emissão.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a Companhia deverá pagar aos acionistas dividendos e/ou juros sobre capital próprio, calculados e ajustados nos termos da Lei das Sociedades Anônimas, sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. O Estatuto Social da Companhia permite o pagamento de dividendos intermediários, à conta de balanços intermediários ou intercalares, semestrais ou em períodos inferiores e distribuir os lucros neles evidenciados, os quais serão levados à conta do lucro apurado nesses balanços, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas. A Companhia poderá, ainda, pagar juros sobre o capital próprio limitados aos termos da lei. Os dividendos intermediários ou intercalares e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades Anônimas e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Nos termos da Lei das Sociedades Anônimas, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seja incompatível com a situação financeira da Companhia, os acionistas poderão não fazer jus a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social.

Ressaltamos que, conforme detalhado na no item 3.4 (d) deste Formulário de Referência, a Companhia assumiu algumas restrições a pagamento de dividendos em função da contratação de financiamento (Contrato no 16.2.0270.1 de 07 de julho de 2016) junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da segunda emissão de debêntures concluída no terceiro trimestre de 2018.

(b) com relação ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

(b.1) Os interesses da Companhia podem divergir dos membros do bloco de controle da Companhia, podendo resultar em conflitos de interesse entre os acionistas integrantes do bloco de controle e a Companhia. Além disso, determinadas matérias importantes para a consecução das atividades da Companhia estão sujeitas a vetos que podem prejudicar execução do plano de negócios da Companhia.

A Companhia é controlada diretamente pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, ambas



controladas indiretamente pela União Federal, e Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A., controlada indiretamente pelo Estado Francês. Nesse sentido, interesses da União Federal e do Estado Francês podem não estar alinhados com os interesses da Companhia, o que poderá resultar em conflito de interesses entre os membros do bloco de controle e a Companhia.

Além disso, embora a Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. detenha 51% do capital social e votante da Companhia, várias matérias importantes para a consecução dos negócios da Companhia estão sujeitas à aprovação de acionistas detentores de pelo menos 85% de seu capital social, conforme disposto em seu Acordo de Acionistas, o que implica a necessidade de os três atuais acionistas da Companhia estarem alinhados com relação à aprovação de tais matérias. Caso tais matérias não sejam aprovadas por um dos acionistas, a ausência de tal aprovação poderá causar uma situação de impasse e atrasar a consecução do plano de negócios da Companhia e consequentemente causar um efeito adverso sobre seus resultados.

(c) com relação aos seus acionistas

A Companhia não identificava, em 31.12.2018, quaisquer riscos oriundos de seus acionistas.

(d) com relação às suas controladas e coligadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui empresas controladas ou coligadas.

(e) com relação a seus fornecedores

(e.1) A Companhia pode figurar como responsável principal ou solidária das dívidas trabalhistas de terceirizados.

Caso as empresas terceirizadas que prestam serviços à Companhia não atendam às exigências da legislação trabalhista, a Companhia pode ser considerada solidária ou subsidiariamente responsável pelas dívidas trabalhistas destas empresas, incluindo multas e outros encargos. Ainda, caso os prestadores de serviço contratadas pela Companhia sejam considerados seus empregados para fins da legislação trabalhista aplicável, a Companhia poderá a vir a ser condenada judicialmente a arcar com as obrigações trabalhistas de forma direta. Caso isso ocorra, os resultados e/ou a condução financeira da Companhia poderão ser significativamente afetados de forma adversa.

(e.2) Eventuais atrasos ou falhas na prestação de serviços pelas construtoras contratadas pela Companhia e no fornecimento de máquinas e equipamentos podem ter um efeito adverso em seus negócios.

Até 31.12.2018 a Companhia terceirizava os serviços de construção para implantar a UHE Sinop, adquirindo de terceiros as máquinas e equipamentos necessários. A terceirização da construção pode influenciar na identificação de atrasos e falhas, e, consequentemente, na sua correção. Eventuais falhas, atrasos ou defeitos na prestação dos serviços na previsão dos serviços pelas construtoras contratadas pela Companhia bem como no fornecimento das máquinas ou equipamentos adquiridos podem ter um



efeito negativo em sua imagem e impactar negativamente os negócios e as operações da Companhia.

(f) com relação a seus clientes

(f.1) A deterioração da conjuntura econômica poderá causar impacto negativo sobre o mercado consumidor, afetando os negócios da Companhia.

Quaisquer alterações na conjuntura econômica nacional ou mundial, incluindo inflação, taxas de juros, disponibilidade de crédito, evolução do consumo e custos e efeitos de iniciativas governamentais para administrar a conjuntura econômica podem prejudicar o consumo direto de energia elétrica, bem como a demanda de produtos nos mercados doméstico e externo, afetando a atividade econômica dos clientes livres da Companhia e reduzindo por consequência, a necessidade de energia elétrica, prejudicando, dessa forma, os resultados financeiros da Companhia.

(f.2) Crescimento da concorrência no segmento de consumidores livres.

Geradores e comercializadoras concorrem diretamente entre si no segmento de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres. Essa concorrência poderá dificultar o crescimento e/ou a renovação de contratos existentes da Companhia no mercado de venda de energia para consumidores livres e, conseqüentemente, suas receitas, resultados operacionais e capacidade de pagamento poderão ser adversamente afetados.

(g) com relação aos setores de atuação

(g.1) O setor elétrico é vulnerável a fatores naturais, como enchentes e escassez de chuvas, que afetam a capacidade geradora de energia, e, ainda, às restrições do sistema interligado de transmissão de energia no País. A ocorrência de quaisquer desses eventos poderão ter um efeito relevante e adverso sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia.

A energia hidrelétrica é a maior fonte de eletricidade no Brasil. Nos anos anteriores a 2001, a ocorrência de chuvas em volumes substancialmente menores que as médias históricas e a falta de expansão da capacidade instalada do Sistema Interligado Nacional (“SIN”) (em particular devido a entraves legais e regulatórios verificados no programa de expansão da capacidade termelétrica), resultaram na redução acentuada dos níveis dos reservatórios nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do país. De forma a evitar a interrupção no suprimento de energia elétrica no Brasil, em 15 de maio de 2001, o Governo Federal implantou um programa de redução do consumo de energia, que ficou conhecido como Programa de Racionamento. O Programa de Racionamento estabeleceu índices de redução de consumo de energia para consumidores industriais, comerciais e residenciais, que variavam de 15% a 25%, e durou de junho de 2001 a fevereiro de 2002.

Mais recentemente, desde 2012, observou-se um período de poucas chuvas que impactaram no nível dos reservatórios das usinas que integram o SIN, que determinou a necessidade de despacho das usinas termelétricas, a fim de garantir a continuidade do atendimento elétrico-energético ao país.



Caso o Brasil passe por mais um período de escassez de energia elétrica, o Governo Federal poderá implementar novas políticas e medidas que poderão ter um efeito substancial e adverso na condução dos negócios, nos resultados operacionais e na condição financeira da Companhia.

(h) com relação à regulação do setor de atuação

(h.1) Eventuais alterações na regulamentação do setor elétrico podem afetar de maneira adversa as empresas do setor de energia elétrica, inclusive os negócios e os resultados da Companhia.

A atividade da Companhia é regulamentada e fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), que implementa as diretrizes do Ministério de Minas e Energia (“MME”), órgão do Governo Federal responsável pela condução das políticas energéticas do país. As instituições governamentais do setor elétrico brasileiro têm, historicamente, exercido um grau substancial de influência sobre as modalidades e os termos e condições dos contratos de venda de energia, bem como sobre os níveis de produção de energia.

A Companhia não pode assegurar quais ações serão eventualmente tomadas pelo Governo Federal no futuro e, em que medida tais ações, poderão afetar adversamente nossos resultados operacionais. Caso a Companhia seja obrigada a proceder de maneira substancialmente diferente daquela estabelecida em seu plano de negócio, os resultados financeiros e operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados.

(h.2) A concessão que autoriza a gerar energia elétrica a partir dos aproveitamentos hidrelétricos está sujeita à extinção em alguns casos, o que pode afetar negativamente a Companhia.

Nos termos do Contrato de Concessão, foi outorgada à Companhia concessão referente ao aproveitamento hidrelétrico a partir do qual ela gera a energia por ela comercializada. A Lei nº 8.987/1995 (“Lei de Concessões”) dispõe que a concessão poderá ser extinta, antes do término de seu prazo inicial de 35 anos, em caso de encampação ou de declaração de caducidade da concessão pelo poder concedente. Nos termos da Lei de Concessões, a encampação depende de lei que autorize e ocorre para atender ao interesse público e se fará após o pagamento de prévia indenização. A caducidade poderá ser declarada no caso de descumprimento, por parte da Companhia, das obrigações previstas em seu Contrato de Concessão e na legislação e regulamentação aplicáveis.

A Companhia também pode requerer a extinção da concessão em caso de descumprimento pelo poder concedente de suas obrigações, mas para tanto é necessária uma ação judicial específica, nos termos de seu Contrato de Concessão. Nesta hipótese a Companhia não poderá interromper ou paralisar a geração de energia elétrica enquanto não transitar em julgado a decisão judicial que decretar a extinção do Contrato.

O término antecipado do Contrato de Concessão pode gerar efeito substancial e adverso na condução dos seus negócios, resultados operacionais e condição financeira e imagem.



(h.3) A ANEEL, a agência reguladora do setor elétrico, pode impor penalidades à Companhia por descumprimento de qualquer disposição do Contrato de Concessão.

A ANEEL pode impor penalidades à Companhia por descumprimento de qualquer disposição de seu contrato de concessão. Dependendo da gravidade do inadimplemento, tais penalidades podem incluir o seguinte:

- advertências;
- embargo de obras;
- interdição de instalações;
- intervenção administrativa;
- caducidade;
- suspensão temporária de participação em licitações para obtenção de novas concessões, permissões ou autorizações, bem como de impedimento de contratar com a ANEEL e de receber autorização para serviços e instalações de energia elétrica;
- multas aplicadas no valor máximo, por infração incorrida, de 2% (dois por cento) do valor do faturamento anual da Concessionária ou do valor estimado da energia produzida, correspondente aos doze meses anteriores à lavratura do auto de infração, ou estimado para um período de doze meses, caso não esteja em operação, ou operando por um período inferior a doze meses; e
- revogação da autorização de funcionamento.

As penalidades serão aplicadas mediante procedimento administrativo, guardando proporção com a gravidade da infração, assegurando-se à concessionária o direito de defesa e ao contraditório. Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, ou descumprimento de notificação ou determinação do Poder Concedente para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão.

A ANEEL pode ainda, e sem prejuízo das penalidades descritas acima, intervir nas concessões para assegurar a adequada exploração dos aproveitamentos hidrelétricos e o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis.

Qualquer das penalidades descritas acima, bem como a perda da concessão pela Companhia e a intervenção da ANEEL na concessão, podem gerar um efeito relevante e adverso na condução dos negócios da Companhia, resultados operacionais e condição financeira.

(h.4) Novas regras para a venda de energia elétrica e condições de mercado poderão, no futuro, afetar os preços de venda de energia elétrica praticados pela Companhia.

A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, conforme alterada obriga que as distribuidoras de energia elétrica contratem somente no Ambiente de Contratação Regulada através de leilões públicos de energia e que consumidores livres e comercializadores contratem energia no Ambiente de Contratação Livre, através de contratos bilaterais livremente negociados.



Em decorrência de alterações nas condições de mercado e dependendo da estratégia da Companhia em vender sua energia nos ambientes livre ou regulado, a Companhia poderá não conseguir comercializar a totalidade da sua energia, ou não conseguir contratar a totalidade da sua energia com preços adequados, e qualquer dessas situações poderá ter efeito substancial e adverso na condução dos seus negócios, resultados operacionais, condição financeira e imagem.

(h.5) Empresas que transacionam energia por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, tais como a Companhia, podem ser penalizadas caso não consigam comprovar o lastro de energia necessário para cobertura de suas vendas.

A Companhia é autorizada pela ANEEL a vender energia, em volume acima de sua energia assegurada, desde que tenha contratos bilaterais de compra para lastrear essas vendas. A Companhia fica sujeita ao pagamento de penalidades caso não consiga comprovar o lastro de energia para cobertura de suas vendas, conforme dispostos nas Regras e Procedimentos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). A verificação do cumprimento dessa regra é realizada mensalmente pela CCEE e considera os contratos de compra e venda de todos os agentes geradores e comercializadores nos últimos 12 (doze) meses anteriores.

(h.6) O governo brasileiro exerce influência significativa sobre todos os setores da economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica, social e política brasileira, podem afetar adversamente a Companhia.

O governo brasileiro poderá intervir na economia nacional e realizar modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas tomadas no passado pelo governo brasileiro para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicaram aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Não se tem controle sobre quais medidas ou políticas o governo brasileiro poderá adotar no futuro, e não há como prevêê-las. Os negócios da Companhia, sua situação financeira, o resultado das operações e as perspectivas poderão ser prejudicados de maneira significativa por modificações relevantes nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- instabilidade social e política;
- expansão ou contração da economia global ou brasileira;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- flutuações cambiais relevantes;
- alterações no regime fiscal e tributário;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- taxas de juros;
- inflação;
- política monetária;
- política fiscal;
- risco de preço;
- risco hidrológico;
- risco regulatório;



- racionamento de energia; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do governo brasileiro nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil. Tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão afetar adversamente a Companhia.

(h.7) Alterações na legislação tributária do Brasil poderão afetar adversamente a situação financeira das empresas do setor elétrico, inclusive da Companhia.

Estas alterações incluem criação de novas leis, mudanças nas alíquotas e, ocasionalmente, a cobrança de tributos temporários, cuja arrecadação é associada a determinados propósitos governamentais específicos. Algumas dessas medidas poderão resultar em aumento da carga tributária, o que poderá, por sua vez, influenciar a lucratividade e afetar adversamente os preços de energia, podendo impactar, conseqüentemente, o resultado financeiro da Companhia. Não há garantias de que a Companhia será capaz de manter seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade se ocorrerem aumentos significativos nos tributos aplicáveis às suas operações e atividades. Caso não haja o repasse desses tributos adicionais aos consumidores em valores suficientes e prazo hábil, os resultados operacionais e condição financeira da Companhia podem ser adversamente afetados.

(i) com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atue.

Não aplicável, pois a Companhia atua somente em território brasileiro.

(j) a questões socioambientais

(j.1) A consecução do plano de negócios da Companhia compreenderá o desvio do leito do rio Teles Pires e deslocação de população ribeirinha.

As atividades de produção de energia elétrica a partir da matriz hidráulica desenvolvidas pela Companhia compreendem necessariamente a implantação de projetos que provocam alterações na dinâmica do ambiente socioambiental em que eles são desenvolvidos. Tais alterações podem causar impactos negativos tanto com relação ao meio ambiente como com relação à população local.

(j.2) Em caso de eventual falha estrutural no empreendimento, podem ser causados danos às comunidades a jusante e os seguros contratados podem ser insuficientes para cobrir estas perdas e danos.

Há possibilidade de rompimento ou galgamento da barragem da UHE Sinop, o que pode causar, no caso das instalações que tem construções e habitantes em suas proximidades, inundações nas propriedades vizinhas e até mesmo acidentes (fatais ou não). Nessas hipóteses, a Companhia pode ser acionada judicialmente com pedidos de indenização e, conseqüentemente, sua situação financeira poderá ser adversamente afetada. Além disso, a credibilidade institucional da Companhia pode ser significativamente prejudicada na eventualidade de uma ou mais dessas ocorrências.



(j.3) Alterações nas leis e regulamentos ambientais podem afetar de maneira adversa os negócios de empresas do setor de energia elétrica, inclusive da Companhia.

As empresas atuantes no setor elétrico, em particular as geradoras, estão sujeitas a uma rigorosa legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal no tocante, dentre outros, às intervenções em áreas especialmente protegidas. Tais empresas necessitam de licenças e autorizações de agências governamentais para a condução de suas atividades.

Na hipótese de violação ou descumprimento de tais leis, regulamentos, licenças e autorizações, as empresas podem sofrer sanções administrativas, tais como multas, embargo ou suspensão de atividades, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, além de responsabilização civil e criminal (inclusive seus administradores). E, ainda, o Ministério Público poderá instaurar inquérito civil e/ou desde logo promover ação civil pública visando o ressarcimento de eventuais danos ao meio ambiente e terceiros.

Ressaltamos que as agências governamentais ou outras autoridades podem editar novas regras mais rigorosas ou adotar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, que podem obrigar as empresas do setor de energia elétrica, a empregar recursos adicionais na adequação ambiental, inclusive na obtenção de licenças ambientais para instalações e equipamentos anteriormente não sujeitos a licenciamento ambiental. As agências governamentais ou outras autoridades podem, ainda, atrasar de maneira significativa a emissão das licenças e autorizações necessárias para o desenvolvimento dos negócios de empresas do setor elétrico, prejudicando cronogramas de implantação de projetos. Qualquer ação nesse sentido por parte das agências governamentais poderá afetar de maneira negativa os negócios do setor de energia elétrica e gerar um efeito negativo sobre os negócios e resultados da Companhia.

(j.4) A ocorrência de danos ambientais envolvendo as atividades da Companhia pode gerar substanciais custos de recuperação ambiental, inclusive indenizações e sanções, que podem afetar adversamente a situação financeira da empresa, seus negócios e o valor de mercado dos valores mobiliários da Companhia.

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos e danos ao meio ambiente e está sujeita a extensa legislação e fiscalização ambiental, de segurança do trabalho e de saúde nas esferas federal, estadual e municipal.

A legislação federal impõe responsabilidade objetiva àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental e, portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente de dolo ou culpa. A legislação federal também prevê a desconsideração da personalidade jurídica da empresa poluidora, atribuindo responsabilidade pessoal aos administradores, para viabilizar o ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Como consequência a Companhia e seus respectivos administradores poderão ser obrigados a arcar com o custo da reparação ambiental. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente poderá impedir, ou levar a Companhia a retardar ou redirecionar planos de investimento em



outras áreas, o que poderá afetar adversamente seus negócios, suas operações, e sua imagem.

A violação ou não cumprimento à legislação sujeita a empresa a sanções administrativas, tais como multas substanciais de até R\$ 50.000.000,00, cassação de licenças e até mesmo paralisação de atividades, além de responsabilização civil e criminal dos administradores, essa última prevista na Lei 9.605/1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Tais fatos podem representar aumento nos custos ou investimentos necessários ao atendimento à legislação e poderão ter efeito substancial e adverso na condução dos negócios da Companhia, seus resultados operacionais, sua condição financeira e imagem.

A não obtenção, renovação ou regularização das licenças em vigor poderá ter efeito substancial e adverso na condução dos negócios da Companhia, em seus resultados operacionais, condições financeiras e imagem.

(j.5) A totalidade da capacidade instalada para a geração de energia da Companhia depende de condições hidrológicas favoráveis.

Considerando que a geração da Companhia é integralmente proveniente de fonte hidrelétrica, o desempenho das atividades operacionais da Companhia depende fortemente de condições hidrológicas.

De acordo com os dados da ANEEL, agência reguladora do setor elétrico, aproximadamente 63% da capacidade instalada de suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional, em 31 de dezembro de 2016, pertence às usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), cada usina hidrelétrica, inclusive a UHE Sinop, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas tanto na região geográfica em que a Companhia opera como em outras regiões do País.

A hidrologia desfavorável configurada nos últimos anos provocou escassez de produção de energia hidrelétrica, uma vez que não possibilitou acúmulo de água nos reservatórios. Diante deste cenário, o Governo Federal, de forma a manter o suprimento de energia, tomou algumas medidas, dentre as quais, destaca-se despacho térmico, geração de usinas eólicas e biomassa e a importação de energia. Estes fatores impediram a geração hidrelétrica e fizeram com que os geradores ficassem expostos ao mercado de energia de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da garantia física de energia, poderá resultar na exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, cujos preços podem ser elevados, podendo afetar negativamente o resultado operacional futuro da Companhia.

A Companhia participa do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas a esse mecanismo. O MRE realoca contabilmente a energia, transferindo o excedente daqueles que geraram além de sua garantia física para aqueles que geraram abaixo. Caso a geração hidrelétrica seja inferior ao total da garantia física das usinas participantes do MRE, o déficit de geração



é rateado, podendo causar exposição ao mercado de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças.

Como obrigação assumida na escritura das debêntures de infraestrutura, a Companhia deverá manter vigente até a quitação das debêntures, o “Termo de Repactuação do Risco Hidrológico - ACR”, com classe de produto SP95 conforme Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, conforme alterada, a fim de mitigar a exposição da Companhia ao *Generation Scaling Factor* (“GSF”).



4. FATORES DE RISCO

4.2. Riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

a. Risco relacionado aos ativos e/ou passivos dominados em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía ativos ou passivos denominados em moeda estrangeira.

b. Riscos relacionados às taxas de juros e índices de preços

O aumento ou a manutenção de elevadas taxas de juros reais pode causar um efeito adverso à economia brasileira e à Companhia.

As altas taxas de juros têm afetado adversamente a economia brasileira e podem afetar negativamente os negócios da Companhia. De forma geral, a taxa de juros de curto prazo do Brasil, em decorrência da determinação pelo Banco Central, seguiu tendência de queda chegando ao final de 2012 em nível mínimo histórico, contudo comparando mundialmente se mantêm em alto nível.

Histórico de Taxas de Juros de Curto Prazo (em 31 de dezembro de cada ano)

2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
13,75%	8,75%	10,75%	11,00%	7,25%	10,00%	11,75%	14,25%	13,75%	7,00%	6,50%

Fonte: Comitê de Política Monetária - COPOM

Um ambiente político volátil e/ou pressão inflacionária, dentre outros fatores, poderão causar elevação na taxa de juros. Taxas de juros reais elevadas, se mantidas por um período relevante, tendem a inibir o crescimento econômico e em consequência a demanda agregada por energia, prejudicando os resultados da Companhia.

Sensibilidade a volatilidade nas taxas de juros em 31 de dezembro de 2018

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”), índice de reajuste do contrato de financiamento perante o BNDES e à variação do IPCA componente de reajuste do saldo devedor da segunda emissão de debêntures da Companhia.

O CPC 40 dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas, ao qual a Companhia está exposta, com as instituições financeiras na data-base de 31 de dezembro de 2018, foram definidos três cenários diferentes, considerando as projeções de longo prazo para as taxas de CDI e TJLP divulgadas pelo Banco Bradesco, e foram definidos os cenários prováveis para os próximos 12 meses e, a partir daí, calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Para cada cenário, foi calculada a despesa financeira bruta, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2018. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2018, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade destes em cada cenário.



Os valores informados nessa seção, quando não especificados, estão demonstrados em R\$ mil.

Ativos

Risco na depreciação da taxa de juros:

	2018 Risco	Cenário I Provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações	69.478	65.111	61.386	59.653
Receita financeira projetada anual		4.367	3.275	2.183
Taxa sujeita à variação	Carteira de fundos	6,29%	4,71%	3,17%
Variação - R\$			(1.092)	(2.183)

Risco na depreciação da taxa de juros

	2018 Risco	Cenário I Provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações	3.137	2.913	2.745	2.633
Receita financeira projetada anual		224	168	112
Taxa sujeita à variação	Redução do CDI	7,14%	5,36%	3,57%
Variação - R\$			(56)	(112)

Passivos

Risco na apreciação da taxa de juros

	2018 Risco	Cenário I Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	1.097.185	1.167.624	1.185.234	1.202.844
Despesa financeira projetada		70.439	88.049	105.659
Taxa de juros	Aumento da TJLP	6,42%	8,03%	9,63%
Variação - R\$			17.610	35.220

Risco na depreciação da taxa de juros

	2018 Risco	Cenário I Provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	1.097.185	1.026.746	973.916	938.697
Despesa financeira projetada		70.439	52.829	35.220
Taxa de juros	Redução da TJLP	6,42%	4,82%	3,21%
Variação - R\$			(17.610)	(35.220)

Risco na apreciação da taxa de juros

	2018 Risco	Cenário I Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Debêntures	248.618	258.563	261.049	263.535
Despesa financeira projetada		9.945	12.431	14.917
Taxa de juros	Aumento do IPCA	4,0%	5,0%	6,0%
Variação - R\$			2.486	4.972

**Risco na depreciação da taxa de juros**

	2018 Risco	Cenário I Provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Debêntures	248.618	238.673	231.215	226.242
Despesa financeira projetada		9.945	7.459	4.972
Taxa de juros	Redução do IPCA	4,0%	3,0%	2,0%
Variação - R\$			(2.486)	(4.972)

Premissas (média entre 2019 e 2020)

TJLP - Passivos	a.a.	6,42%
Carteira de fundos Bradesco - Ativos	a.a.	4,00%
CDI - Ativos	a.a.	7,14%
IPCA - Passivos	a.a.	6.29%

c. Risco relacionado aos preços de energia

Os negócios de geração e comercialização de energia no ambiente livre estão sujeitos ao risco de mercado associado à variação dos preços de energia, o que pode impactar de forma negativa seus resultados operacionais e condição financeira.

Para as geradoras hidrelétricas pertencentes ao Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), a exposição ao PLD ocorre nos casos de indisponibilidade das usinas acima do nível de referência e quando a geração total do MRE se apresenta menor que a garantia física desse mecanismo (GSF).

4. FATORES DE RISCO

4.3 Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processos de Natureza Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não era parte em processos relevantes de natureza trabalhista.

Processos de Natureza Tributária

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não era parte em processos relevantes de natureza tributária.

Processos de Natureza Cível

1. Processo nº 0001294-89.2014.4.01.3603

NATUREZA	Ação Civil Pública Processo nº 0001294-89.2014.4.01.3603
JUIZO	Vara Federal da Subseção Judiciária de Sinop - MT
INSTÂNCIA	1ª Instância
DATA DE INSTAURAÇÃO	31/03/2014
PARTES	Autor: Ministério Público Federal Réus: (i) Companhia Hidrelétrica de Sinop S.A. (CES); (ii) Estado do Mato Grosso; e (iii) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS	Valor da Causa: R\$ 1.335.361,04
PRINCIPAIS FATOS	Trata-se de ação civil pública na qual o Ministério Público Federal alega irregularidade no processo de Licenciamento da Usina Hidrelétrica Sinop e assevera que seriam nulas as Licenças de Instalação expedidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA/MT, uma vez que teriam sido emitidas sem que as condicionantes da Licença Prévia nº 301901/2012 fossem cumpridas.
CHANCE DE PERDA	Remoto
ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA	Considerando que o objeto da Companhia é a exploração construção, implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Sinop, eventual nulidade das licenças de instalação poderia ocasionar atrasos na consecução do objeto social da Companhia, com consequentes impactos financeiros e operacionais relevantes.

2. Processo nº 7786-39.2010.4.01.3603

NATUREZA	Ação Civil Pública Processo nº 7786-39.2010.4.01.3603
JUIZO	Vara Federal da Subseção Judiciária de Sinop - MT
INSTÂNCIA	1ª Instância
DATA DE INSTAURAÇÃO	27/10/2010
PARTES	Autores: (i) Ministério Público do Estado do Mato Grosso; (ii) Sindicato Rural de Sinop; e (iii) Ministério Público Federal Réus: (i) Empresa de Pesquisa Energética (EPE); (ii) Estado do Mato Grosso; (iii) União; (iv) Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA); e (v) IBAMA.
VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS	Valor da Causa em caso de Condenação: R\$ 10.131,42
PRINCIPAIS FATOS	Trata-se de ação civil pública com pedido liminar na qual os autores alegaram irregularidades no processo de licenciamento da Usina Hidrelétrica Sinop, bem como que a SEMA não teria competência para realizar o procedimento ambiental, o qual deveria ficar a cargo do IBAMA. Assim, os autores pleiteiam a declaração de nulidade do licenciamento ambiental da UHE Sinop.
CHANCE DE PERDA	Remoto
ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA	Considerando que o objeto da Companhia é a exploração construção, implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Sinop, eventual nulidade das licenças de instalação poderia ocasionar atrasos na consecução do objeto social da Companhia, com consequentes impactos financeiros e operacionais relevantes.

3. Processo nº 0006037-50.2011.4.01.3603

NATUREZA	Ação Civil Pública Processo nº 0006037-50.2011.4.01.3603
JUIZO	Vara Federal da Subseção Judiciária de Sinop - MT
INSTÂNCIA	1ª
DATA DE INSTAURAÇÃO	29/07/2011
PARTES	Autores: (i) Ministério Público do Estado do Mato Grosso; (ii) Sindicato Rural de Sinop; e (iii) Ministério Público Federal Réus: (i) Empresa de Pesquisa Energética (EPE); (ii) Estado do Mato Grosso; (iii) União.
VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS	Valor da Causa: R\$ 15.308,08
PRINCIPAIS FATOS	Trata-se de ação civil pública na qual os Autores alegam vícios no Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental da Usina Hidrelétrica Sinop. Pedem, por conseguinte, a realização de perícia para apurar aludidos vícios; a nulidade do EIA/RIMA da UHE SINOP com a consequente realização de novos estudos e; a realização de estudos sobre o aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos do rio Teles Pires com sua inclusão também como condicionante no processo de licenciamento ambiental da UHE SINOP.
CHANCE DE PERDA	Remoto
ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA	Considerando que o objeto da Companhia é a exploração construção, implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Sinop, eventual nulidade das licenças de instalação poderia ocasionar atrasos na consecução do objeto social da Companhia, com consequentes impactos financeiros e operacionais relevantes.

4. Processo nº 1000465-52.2018.4.01.3603

NATUREZA	Ação Civil Pública Processo nº 1000465-52.2018.4.01.3603
JUÍZO	Vara Federal da Subseção Judiciária de Sinop - MT
INSTÂNCIA	1ª Instância
DATA DE INSTAURAÇÃO	06/06/2018
PARTES	Autor: (i) Ministério Público Federal Réu: (i) Companhia Energética Sinop S/A
VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS	Valor da Causa: R\$ 32.729.239,01
PRINCIPAIS FATOS	<p>Trata-se de “Ação Civil Pública com pedido de tutela provisória de urgência antecipada” movida pelo Ministério Público Federal. Em síntese, o MPF aduz que a ré não teria cumprido integralmente o Programa de Remanejamento da População Atingida, e condicionantes estabelecidas pela SEMA na ocasião da concessão de Licença Prévia e de Instalação para a Usina Hidrelétrica de Sinop, que beneficiariam os assentados do Projeto de Assentamento Wesley Manoel dos Santos - Gleba Mercedes, atingidos pela construção do empreendimento. Aduz que em 19/08/2016 a ré e o INCRA firmaram Termo de Compromisso disciplinando o remanejamento populacional e indenização das famílias diretamente interferidas pela implantação da UHE Sinop do PA Wesley Manoel dos Santos, o qual também não teria sido devidamente cumprido pela ré. Partindo dessas premissas, o autor requereu: (i) a declaração do vício de lesão nos negócios jurídicos firmados entre a ré e os interferidos do Projeto de Assentamento Wesley Manoel dos Santos, na forma do artigo 157 do Código Civil; (ii) a revisão judicial dos negócios jurídicos firmados entre a CES e os interferidos do Projeto de Assentamento Wesley Manoel dos Santos, condenando a ré ao pagamento de indenização suplementar (complementação do preço); (iii) a condenação da ré ao pagamento integral dos interferidos do Projeto de Assentamento Wesley Manoel dos Santos que não aceitaram a proposta de acordo; (iv) a condenação da ré ao pagamento dos danos morais sofridos pelos afetados do Projeto de Assentamento Wesley Manoel dos Santos; (v) anular as Licenças de Instalação n. 63544/2014 e n. 67342/2017, bem como as Licenças Ambientais delas decorrentes, emitidas pela SEMA/MT; (vi) a inversão do ônus da prova, tendo em vista a aplicação analógica do artigo 6º, VIII, do CDC; (vii) a condenação da ré ao pagamento de honorários advocatícios e custas judiciais.</p>

	<p>Em sede de tutela de urgência, o autor requereu: (i) a suspensão imediata da eficácia das Licenças de Instalação n. 63544/2014 e n. 67342/2017, emitidas pela SEMA/MT até o efetivo julgamento do mérito da ação, ou subsidiariamente, até a conclusão da produção antecipada da prova pericial, impondo-se multa diária para o caso de descumprimento; (ii) determinar à SEMA/MT a obrigação de não fazer, consistente em não emitir a Licença de Operação à ré até o julgamento do mérito da presente ação ou, subsidiariamente, até a conclusão da produção antecipada da prova pericial, impondo-se multa diária para o caso de descumprimento; (iii) deferir a produção antecipada de prova pericial, nos moldes do item 2.8 da inicial, com fundamento no artigo 381, I, do CPC, a ser custeada pela União, na forma do art. 18, da LACP; (iv) a juntada pela ré das cópias das plantas, memoriais descritivos, laudos de avaliação, acordos firmados e escrituras públicas dos lotes interferidos no PA Wesley.</p>
CHANCE DE PERDA	Possível
ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA	Valor econômico trata-se da diferença a indenizar, tomando como base de cálculo os valores pagos nas indenizações no PA Wesley com base no Caderno de Preços para áreas com lavoura ou pastagem.

5. Processo nº 1000543-12.2019.4.01.3603

NATUREZA	Ação Civil Pública Processo nº 1000543-12.2019.4.01.3603
JUÍZO	Vara Federal da Subseção Judiciária de Sinop - MT
INSTÂNCIA	1ª Instância
DATA DE INSTAURAÇÃO	15/02/2019
PARTES	Autor: (i) Ministério Público Federal Réu: (i) Companhia Energética Sinop S/A
VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS	Valor da Causa: R\$ 20.000.000,00
PRINCIPAIS FATOS	Trata-se de ação civil pública por dano ambiental em decorrência de morte de peixes a jusante do barramento da UHE Sinop. O autor da ação requer a concessão de tutela de urgência voltada a cessar o dano, bem como a indenização por a reparação do dano e a indenização por danos materiais e morais coletivos ao final da ação.
CHANCE DE PERDA	Possível
ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA	Valor econômico trata-se do valor mínimo requerido pelo MP a título de indenização.

Processos Administrativos

1. Processo nº 1356804.

NATUREZA	Processo Administrativo Processo nº 135680
JUÍZO	Esfera Administrativa da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso
INSTÂNCIA	n/a
DATA DE INSTAURAÇÃO	01/04/2016
PARTES	Autor: (i) Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso Adverso: (i) Companhia Energética Sinop S/A
VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS	Valor da Causa em caso de Condenação: R\$ 1.104.490,69
PRINCIPAIS FATOS	<p>A Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso (SEMA/MT) lavrou auto de infração e termo de embargo nº 135680, alegando que a Companhia Energética Sinop estaria explorando minerais em desacordo com a licença obtida. Segundo a SEMA/MT, as licenças teriam autorizado a exploração em polígonos determinados e teria disso identificada exploração irregular em três coordenadas geográficas. A multa aplicada foi de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).</p> <p>A Companhia interpôs, assim, Defesa administrativa requerendo a nulidade do auto de infração, por ausência de justificação do valor arbitrado para a multa e a impossibilidade de lavratura de dois embargos e dois autos de infração pelo menos fato. No mérito, defendeu-se a improcedência do auto de infração uma vez que não havia no momento em que foram expedidos os atos administrativos exploração mineração nas coordenadas indicadas e que o licenciamento abrangia as áreas onde houve exploração dentro do canteiro de obras.</p>
CHANCE DE PERDA	Possível
ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA	Defesa administrativa requerendo a nulidade do auto de infração, por ausência de justificação do valor arbitrado para a multa e a impossibilidade de lavratura de dois embargos e dois autos de infração pelo menos fato. No mérito, defendeu-se a improcedência do auto de infração uma vez que não havia no momento em que foram expedidos os atos administrativos exploração mineração nas coordenadas indicadas e que o licenciamento abrangia as áreas onde houve exploração dentro do canteiro de obras. Na hipótese de que se entenda pela manutenção da multa, que ela seja reduzida para R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

2. Processo nº 0091-E

NATUREZA	Processo Administrativo Auto de Infração nº 0091-E
JUIZO	Esfera Administrativa da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso
INSTÂNCIA	n/a
DATA DE INSTAURAÇÃO	11/11/2016
PARTES	Autor: (i) Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso Adverso: (i) Companhia Energética Sinop S/A
VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS	Valor da Causa em caso de Condenação: R\$ 536.721,48
PRINCIPAIS FATOS	A Companhia foi autuada (Auto de Infração nº 0091-E) por ter supostamente cometido a infração ambiental consubstanciada em “continuar a funcionar extração e britamento de recursos minerais, com implantação de planta de produção e processamento de agregados, sem licenciamento ambiental. Fato constatado no Auto de Inspeção nº 088-E de 11/11/2016”, sendo-lhe imposta multa diária no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
CHANCE DE PERDA	Possível
ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA	Na hipótese de que seja mantido o Auto de Infração, seja a pena de multa diária substituída, por absoluta inadequação, ou, não o sendo, seja minorada para R\$50,00/dia (cinquenta reais por dia), em atenção aos preceitos legais e aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

3. Processo nº 0092-E

NATUREZA	Processo Administrativo (Defesa Administrativa) Processo nº 0092-E
JuíZO	Esfera Administrativa da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso
INSTÂNCIA	n/a
DATA DE INSTAURAÇÃO	11/11/2016
PARTES	Autor: (i) Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso Adverso: (i) Companhia Energética Sinop S/A
VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS	Valor da Causa em caso de Condenação: R\$ 2.554.794,26
PRINCIPAIS FATOS	A Companhia foi autuada (Auto de Infração nº 0092-E) por ter supostamente cometido infração ambiental consubstanciada em “1. Descumprir o Termo de Embargo e Interdição nº 123688 de 01/04/2016. 2. Operar canteiro de obras da UHE Sinop sem LO e em não conformidade com as normas/leis vigentes (disposição de resíduos sólidos a céu aberto, e não conformidade com a operação da Estação de Tratamento de Esgoto e leito de secagem/disposição de lodo) 3. Deixar de atender aos itens 08, 09, 12 e 13 do Ofício Pendência nº 113213/CLEIA/SUMIS/2015, de 03/03/2015, dentro do prazo concedido. Fato constatado no Auto de Inspeção 0088-E de 11/11/2016”. Em razão disso, foi-lhe imposta multa no valor total de R\$ 2.380.000,00 (dois milhões trezentos e oitenta mil reais), sendo R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) pela infração descrita no item 1, R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) pela infração do item 2, e R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) pela infração do item 3.
CHANCE DE PERDA	Possível
ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA	Na hipótese de que seja mantido o Auto de Infração, seja a pena de multa substituída, por pena de advertência, ou, não o sendo, seja minorada.

4. Processo nº 1099052017

NATUREZA	Processo Administrativo (Recurso Administrativo) Processo nº 1099052017
JuíZO	Superintendência de Infraestrutura, Mineração, Indústria e Serviços - SUIMIS-MT
INSTÂNCIA	n/a
DATA DE INSTAURAÇÃO	26/07/2017
PARTES	Autor: (i) Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso Adverso: (i) Companhia Energética Sinop S/A
VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS	Valor da Causa em caso de Condenação: R\$ 21.194.315,28
PRINCIPAIS FATOS	Trata-se de Recurso Administrativo com pedido de efeito suspensivo interposto em relação à Condicionante 5.1 estabelecida no Parecer Técnico nº 109905/CLEIA/SUIMIS/2017 como condição de validade da Autorização de Desmate nº 638/2017, que exige a apresentação pela Sinop Energia de um Programa de Apoio Operacional à Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso (SEMA/MT).
CHANCE DE PERDA	Possível
ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA	Na hipótese de que seja mantido a condicionante, o valor será definido entre a Companhia e a SEMA/MT, pautado pela suposta economia decorrente da não interferência anteriormente prevista (supressão total da vegetação na área destinada à implantação do reservatório).

5. Processo nº 4414912014

NATUREZA	Processo Administrativo (Recurso Administrativo) Processo nº 4414912014
JuíZO	Esfera Administrativa da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso
INSTÂNCIA	n/a
DATA DE INSTAURAÇÃO	04/12/2017
PARTES	Autor: (i) Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso Adverso: (i) Companhia Energética Sinop S/A
VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS	Valor da Causa em caso de Condenação: R\$ 6.749.189,46
PRINCIPAIS FATOS	Trata-se de Recurso Administrativo contra decisão do Secretário de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso e Câmara de Compensação Ambiental que determinaram a revisão do valor da compensação ambiental da UHE Sinop. Ainda, pedido de reconsideração do Parecer Técnico nº 0208/SUBIO/CUCO 2017, que interpretou de forma equivocada a decisão emitida pelo Secretário de Meio Ambiente do Estado no sentido de que a compensação ambiental da UHE Sinop ficou estabelecida em R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais). Valor Econômico: R\$ 6.749.189,46 - trata-se da diferença entre o valor da compensação ambiental arbitrado em 2014 (atualizado pelo IPCA-E), e o valor atualmente arbitrado pelo Secretário de Meio Ambiente de Mato Grosso (R\$ 12 milhões).
CHANCE DE PERDA	Possível
ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA	Na hipótese de que seja mantido a condicionante, se o valor da compensação ambiental da Companhia permanecerá em R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais) (valor histórico).

6. Processo nº 183079

NATUREZA	Processo Administrativo (Defesa Administrativa) Processo nº 183079
JUIZO	Esfera Administrativa da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso
INSTÂNCIA	n/a
DATA DE INSTAURAÇÃO	15/08/2018
PARTES	Autor: (i) Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso Adverso: (i) Companhia Energética Sinop S/A
VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS	Valor da Causa: R\$ 3.682.039,39
PRINCIPAIS FATOS	Trata-se do Auto de Infração nº 183079-E, por meio do qual a Companhia foi autuada por, supostamente, “(i) dar destinação aos resíduos provenientes da supressão vegetal em desacordo com as técnicas propostas pelo empreendimento e aprovadas pelo órgão ambiental, descumprindo o Parecer Técnico nº 112184/CLEIA/SUMIS/2017; (ii) fazer uso irregular de fogo, em 199,95 hectares de áreas consideradas alagadiças, para limpeza de resíduos oriundos de supressão vegetal de área destinada à implantação do reservatório, sem autorização para queima controlada do órgão ambiental competente e; (iii) causar poluição pela emissão de gases de efeito estufa - GEE devido ao uso de fogo em resíduos de supressão em desacordo com as técnicas autorizadas pelo órgão ambiental”. Foi imposta à defendente multa no valor de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), sendo R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais) pela infração descrita no item (i), R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) pela infração descrita no item (ii), e R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) pela infração descrita no item (iii); tudo com fundamento nos artigos 54, 60 e 70, da Lei nº 9.605/1998 e artigos 61 e 66, II do Decreto nº 6.514/2008.
CHANCE DE PERDA	Possível
ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA	Na hipótese de que seja mantido o Auto de Infração, seja a pena de multa substituída, por pena de advertência, ou, não o sendo, seja minorada.

7. Processo nº 184025

NATUREZA	Processo Administrativo (Defesa Administrativa) Processo nº 184025
JUIZO	Esfera Administrativa da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso
INSTÂNCIA	n/a
DATA DE INSTAURAÇÃO	16/10/2018
PARTES	Autor: (i) Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso Adverso: (i) Companhia Energética Sinop S/A
VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS	Valor da Causa em caso de Condenação: R\$ 3.647.309,69
PRINCIPAIS FATOS	Trata-se de recurso administrativo contra decisão administrativa que embargou o enchimento do reservatório da UHE Sinop por supostamente haver destinação incorreta de resíduos da supressão da vegetação e possível contaminação da água. Como a Licença Ambiental de Operação ainda não foi emitida, o enchimento do reservatório não é possível, independentemente do embargo.
CHANCE DE PERDA	Remoto
ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA	Na hipótese de que seja mantido o Auto de Infração, seja a pena de multa substituída, por pena de advertência, ou, não o sendo, seja minorada.

8. Processo nº 159857

NATUREZA	Processo Administrativo (Defesa Administrativa) Processo nº 159857
JUIZO	Esfera Administrativa da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso
INSTÂNCIA	n/a
DATA DE INSTAURAÇÃO	13/02/2019
PARTES	Autor: (i) Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso Adverso: (i) Companhia Energética Sinop S/A
VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS	Valor da Causa: R\$ 21.161.700,00
PRINCIPAIS FATOS	Trata-se da defesa administrativa frente ao Auto de Infração nº 159857, por meio do qual a SINOP Energia foi autuada por, supostamente, “causar poluição pelo lançamento de sedimentos aprisionados na bacia de dissipação da Usina Hidrelétrica SINOP no Rio Teles Pires, quando da abertura das comportas [do vertedouro] em níveis tais que provocou a mortandade de animais, no quantitativo de 13 (treze) toneladas de peixes”. Diante da suposta infração, foi imposta à Companhia multa no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), tudo com fundamento no artigo 70 da Lei nº 9.605/1998 c/c artigo 61 do Decreto nº 6.514/2008 c/c artigo 3º da Lei nº 6.938/1981, e artigo 84 do Código Estadual de Meio Ambiente.
CHANCE DE PERDA	Possível
ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA	Considerando que a infração imputada à Companhia (causar poluição) admite aplicação de multa entre R\$ 5.000,00 e R\$ 50.000.000,00, e que dentre os argumentos de defesa foi sugerido que, caso o auto seja mantido, seja considerado como parâmetro para valoração da multa o disposto no art. 24 do Decreto nº 6.514/2008 (que trata da infração consubstanciada em causar morte de animais - único impacto verificado no caso concreto - e prevê a aplicação de multa de R\$ 500,00 por indivíduo morto ou, na impossibilidade de conta-los, por quilograma ou fração).



4.3.1. Valores provisionados

Posição em 31 de dezembro de 2018

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia era parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária. A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus consultores jurídicos, e reflete a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar as perdas esperadas. Os valores envolvidos nessas ações dependem das avaliações de eventuais danos, que poderão ser caracterizados pelo juiz em sentença em caso de procedência da ação, além de estarem sujeitos à confirmação pelas demais instâncias judiciais, devendo ser liquidados e quantificados em sede e momento oportunos, não estando necessariamente vinculados ao valor dado à causa.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, constituída de acordo com o IAS 37/CPC 25, é suficiente para cobrir eventuais perdas.

Os valores informados nessa seção, quando não especificados, estão demonstrados em R\$ mil.

Contingências classificadas com probabilidade “provável”

Movimentação em 2018

	2017	Adições	Pagamentos/ baixas	2018
Trabalhistas (a)	-	108	-	108
Total	-	108	-	108

- (a) A Companhia é ré no Processo nº 12283920175230000 na Justiça Trabalhista no estado de Mato Grosso.

Contingências classificadas com probabilidade “possível”

A Companhia discute temas que, na opinião de seus assessores legais, têm a probabilidade classificada como “possível” e, conseqüentemente, não há provisionamento de valores, especialmente quando o risco de perda é possível, mas o risco de desembolso é remoto. Em 31 de dezembro de 2018, o valor envolvido estimado para todas as ações judiciais e administrativas é de R\$ 100,587 milhões (R\$ 14,405 milhões em 31 de dezembro de 2017), tais como: processos trabalhistas (envolvendo contratação de empresas terceirizadas e a Companhia figurada no polo passivo como litisconsorte e eventual possibilidade de condenação solidária ou subsidiária), e regulatórios/ambientais – Ação Civil Pública (ACP) –, tendo em vista que as ACPs questionam apenas o licenciamento do EIA/RIMA.

Movimentação em 2018

	2017	Adições	Pagamentos/ baixas	2018
Cíveis e outras (a)	12.445	57.288	(2.176)	67.557
Trabalhistas (b)	1.960	1.452	(650)	2.762
Tributárias (c)	-	30.268	-	30.268
Total	14.405	89.008	(2.826)	100.587

(a) Cíveis

- (i) Ação Civil Pública nº 1000465-52.2018.401.3603 em que o Ministério Público Federal questiona o pagamento da indenização para parte dos imóveis adquiridos para fins de implantação do Empreendimento, com perda possível e risco estimado em R\$ 32,224 milhões.
- (ii) Recurso Administrativo com pedido de efeito suspensivo interposto em relação à Condicionante 5.1 estabelecida no Parecer Técnico nº 109905/CLEIA/SUIMIS/2017 como condição de validade da Autorização de Desmate nº 638/2017, que exige a apresentação pela Sinop Energia de um Programa de Apoio Operacional à Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso (SEMA/MT), com perda possível e risco estimado de R\$ 20,000 milhões.

(b) Trabalhistas

As contingências trabalhistas classificadas como “possível” de maior relevância avaliadas pela Companhia estão relacionadas ao reconhecimento de vínculo empregatício, verbas rescisórias e seus reflexos, horas extraordinárias e seus reflexos, horas *in itinere*, indenização por dano moral decorrente do pagamento incorreto das verbas rescisórias e multas dos arts. 467 e 477 da CLT.

(c) Tributárias

- (i) A Companhia discute na esfera administrativa a Notificação Fiscal nº 001/ISSQN/2018, por meio da qual a Prefeitura Municipal de Itaúba/MT cobra o ISSQN supostamente recolhido a menor no bojo do contrato de EPC firmado com a Construtora Triunfo S.A. A diferença a recolher acrescida de juros, correção e multa de mora de 20% e multa de infração de 100% totaliza R\$ 9,197 milhões. Contudo, qualquer que seja o resultado do julgamento administrativo, ainda haverá a via judicial, conforme a previsão contratual de acionamento da Construtora Triunfo caso tenha havido algum recolhimento a menor de impostos por ela devidos.
- (ii) A Companhia discute na esfera administrativa a Notificação Fiscal nº 030/ISSQN/2018, por meio da qual a Prefeitura Municipal de Cláudia/MT cobra o ISSQN supostamente recolhido a menor no bojo do contrato de EPC firmado com a Construtora Triunfo S.A. A diferença a recolher acrescida de juros, correção e multa de mora de 20% totaliza R\$ 21,071 milhões. Contudo, qualquer que seja o resultado do julgamento administrativo, ainda haverá a via judicial, conforme a previsão contratual de acionamento da Construtora Triunfo caso tenha havido algum recolhimento a menor de impostos por ela devidos.



4. FATORES DE RISCO

4.4 Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores.

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.

4.4.1. Valores provisionados

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.



4.FATORES DE RISCO

4.5. Processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos.

Não aplicável, tendo em vista que em 31.12.2018 não existiam processos sigilosos relevantes em que a Companhia era parte e que não tenha sido divulgado no item 4.3 deste Formulário de Referência.



4. FATORES DE RISCO

4.6 Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros.

A Companhia não tinha conhecimento, em 31.12.2018, de processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte.

4.6.1 Valores Provisionados

Não aplicável, considerando que não há processos descritos no item 4.6 acima.



4. FATORES DE RISCO

4.7. Outras Contingências Relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

A Companhia não tem conhecimento de outras contingências relevantes até 31.12.2018 não abrangidas pelos itens anteriores, conforme os critérios de relevância e materialidade definidos para divulgação do presente Formulário de Referência e nos termos do Ofício-Circular/CVM/SEP/nº 2/2020.



4.FATORES DE RISCO

4.8 Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Item não aplicável, por se tratar de Companhia constituída sob as leis e regulação da República Federativa do Brasil.



5. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.1. Política de gerenciamento de riscos (riscos indicados no item 4.1)

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.



5. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.2. Política de gerenciamento de riscos de mercado (riscos indicados no item 4.2)

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.



5. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.

b. As estruturas organizacionais envolvidas

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.

c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionado pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os diretores declaram que no contexto da auditoria sobre as nossas demonstrações financeiras, os auditores independentes consideraram nossos sistemas de controles internos no escopo previsto nas normas de auditoria aplicáveis no Brasil, cujo objetivo está relacionado ao planejamento dos procedimentos de auditoria.

Os auditores externos da Companhia, durante a execução de seus trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, não identificaram deficiências significativas de controles ou fraquezas materiais.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não aplicável, considerando que, conforme mencionado no item 5.3 (d) anterior, os auditores independentes da Companhia não identificaram deficiências e recomendações consideradas significativas nos controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.



5. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas são adaptadas

A Companhia dispõe, em seus normativos internos, os principais procedimentos, mecanismos de controles e orientações a serem observados pelos colaboradores em relação à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

Neste sentido, em 11 de julho de 2017, a Companhia divulgou a 2ª Versão do seu Código de Ética, que está estruturado nos seguintes cinco princípios éticos:

- Respeito às Pessoas;
- Integridade;
- Sustentabilidade;
- Transparência; e
- Excelência.

Em complemento aos princípios éticos, a Companhia promove valores organizacionais que devem orientar as atitudes e comportamentos de todos os colaboradores, fazendo com que suas ações sejam exemplares para a sociedade.

O referido Código de Ética é internamente um referencial de conduta ética e moral para nortear as ações e decisões dos colaboradores da Companhia em qualquer nível hierárquico e externamente disciplinar os relacionamentos com as partes interessadas (*stakeholders*) que formam o ambiente de atuação da Companhia.

Em sentido mais amplo, à luz das responsabilidades da Companhia perante as comunidades em que atua, a Companhia também tem o compromisso de estender o Código de Ética e o Compromisso de Conduta Empresarial para sua cadeia de relacionamentos, com o objetivo de explicitar seu posicionamento e, desta forma, contribuir para a construção de relações baseadas na confiança, na integridade e no respeito, inclusive aos órgãos públicos.

Além do Código de Ética, a Companhia conta com outros documentos normativos sobre temas relacionados com sua gestão ética, tais como:

- Norma e Procedimento de Contratação de Pessoal;
- Norma e Procedimento de Capacitação;
- Norma e Procedimento de Avaliação de Desempenho;
- Norma e Procedimento de Desligamento;
- Política de Competências e Alçadas;
- Norma e Procedimento de Brindes, Doações e Patrocínios;
- Norma e Procedimento de Despesas Reembolsáveis de Viagem;



- Norma e Procedimento de Compra de Imobilizado;
- Código de Conduta de Fornecedores;
- Política de Gestão Ambiental.

Nessa estrutura de sistema normativo, as políticas citadas tratam-se de diretrizes estratégicas, enquanto as normas e procedimentos têm foco nos aspectos operacionais de gestão. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía 10 políticas e 34 normas e procedimentos vigentes.

Prevenção

Cada colaborador da Companhia deve celebrar, individualmente, o Termo de Responsabilidade e Compromisso de Adesão ao Código de Ética.

O documento supracitado conta com medidas específicas para prevenção de ilícitos praticados contra a administração pública, quais sejam: (i) atuação com probidade no cumprimento dos compromissos assumidos, mantendo a coerência entre o discurso e a prática dos princípios éticos definidos; (ii) conhecimento das leis e convenções anticorrupção do país; (iii) efetuar contribuições políticas somente após análise e aprovação prévia do Conselho de Administração; (iv) cumprir estritamente todas as leis, regulamentos e normas aplicáveis à Companhia; (v) manter canais permanentes de comunicação e diálogo com todos os órgãos públicos, agências reguladoras e demais agentes de forma construtiva e respeitosa.

Deteção

Além da vigilância permanente da Administração, a Companhia possui um canal de denúncia anônima, com garantia de sigilo e proteção contra qualquer processo de retaliação.

Adicionalmente, a auditoria interna e a auditoria independente realizam análises dos controles internos. A definição de “Controle Interno”, no contexto das normas de auditoria, significa o processo planejado, implementado e mantido pelos responsáveis da governança, administração e outros funcionários para fornecer uma segurança razoável quanto à realização dos objetivos da Companhia no que se refere à confiabilidade dos relatórios financeiros, efetividade e eficiência das operações e conformidade com leis e regulamentos aplicáveis.

Remediação

Em caso de violações do referido Código, o Comitê de Ética da Companhia, composto pelos Diretores Estatutários e o Assessor de Auditoria, é o órgão responsável para a aplicação de medidas disciplinares, em linha com o disposto no Código de Ética.

Frequência de Avaliação de Riscos

Os riscos são reavaliados e as políticas e as normas e procedimentos são adaptadas continuamente pelo Comitê de Ética.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes



Conforme mencionado acima, o Comitê de Ética da Companhia, composto pelos Diretores Estatutários e o Assessor de Auditoria, é o órgão responsável pelo monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade. São atribuições do Comitê:

- divulgar e assegurar a compreensão do Código;
- avaliar regularmente sua aplicabilidade;
- realizar eventuais atualizações ou retificações;
- julgar os casos de descumprimento dos seus princípios e valores, assegurando a aplicação das medidas cabíveis.

O Comitê de Ética foi formalmente criado pela Diretoria em 11 de julho de 2017. O Comitê de Ética se reporta ao Diretor Presidente. Este Comitê tem a orientação de avaliar, com total isenção e profissionalismo, das situações de desvio de conduta e a definição de orientações disciplinares. O referido Comitê será acionado para análises de eventos que requeiram mais aprofundamento, enquanto os exames preliminares serão conduzidos pela Auditoria Interna com a discricão e a independência requerida.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Ética se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados, por ser um documento de uso interno. No caso de terceiros, inclusive fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados, é compulsória a adesão ao Código de Conduta de Fornecedores.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Todos os colaboradores da Companhia, necessariamente, são treinados anualmente sobre o Código de Ética.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao Código de Ética incluem: (i) advertência verbal; (ii) advertência por escrito; (iii) suspensão; (iv) dispensa com ou sem justa causa. Essas sanções estão descritas na Seção 10 (Aplicação de Medidas Disciplinares por Violações ao Código de Ética) do Código de Ética.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**



A 2ª Versão do Código de Ética da Companhia foi devidamente aprovada pela Diretoria em reunião realizada em 11 de julho de 2017. O referido Código está disponível para consulta na página de Relações com Investidores na rede mundial de computadores, por meio do seguinte endereço eletrônico: <http://ri.sinopenergia.com.br/>

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O canal de denúncias da Companhia é estruturado através do e-mail “comitedeetica@sinopenergia.com.br” e é administrado internamente.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal de denúncias da Companhia está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

Conforme indicado na Seção 11 do Código de Ética da Companhia, é garantido o sigilo e proteção do denunciante contra qualquer processo de retaliação.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

Para garantir a devida aplicação das diretrizes deste Código de Ética foi criado o Comitê de Ética da Companhia composto por Diretores Estatutários e pelo Assessor de Auditoria. O referido Comitê será acionado para análises de eventos que requeiram mais aprofundamento. Os exames preliminares, inclusive a gestão sobre o Canal de Denúncias, serão conduzidos pela Auditoria Interna com a discricção e independência requeridas.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Até 31.12.2018 a Companhia não participou de quaisquer dos eventos citados acima, de modo que não tinha estruturado procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares.

d. se o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Muito embora a Companhia não conte com uma política específica para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, entende que seu Código de Ética detalhado ao longo desse item contempla medidas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.



5. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.5. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.



5. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação à Seção 5 deste Formulário de Referência.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	28/10/2013
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	22/06/2017



6. HISTÓRICO DO EMISSOR

6.3 - Breve Histórico

A Companhia Energética Sinop S.A. ("Companhia"), também conhecida como "Sinop Energia" no mercado, é uma sociedade por ações constituída em 28 de outubro de 2013, que tem como objeto social único e exclusivo a construção, implantação, operação, manutenção e comercialização da energia gerada pela Usina Hidrelétrica Sinop ("UHE Sinop") pelo prazo da concessão de 35 anos, sendo-lhe vedada participar do capital de qualquer outra sociedade. Nesse sentido, a Companhia não possui sociedades controladas.

Tem como acionistas fundadores: (i) a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte ("Eletronorte"), detentora de 24,5% das ações de emissão da Companhia atualmente; (ii) a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF ("Chesf"), com participação de 24,5% no capital social da Companhia; e (iii) Alupar Investimento S.A. ("Alupar"), controladora com 51,0% das ações de emissão da Companhia.

Eletronorte, Chesf e Alupar formaram, por meio de Termo de Compromisso firmado em 19 de agosto de 2013 ("Termo de Compromisso"), o Consórcio Energético Sinop com o objetivo de participarem do leilão de geração ANEEL A-5 006-2013 para construção e exploração da UHE Sinop ("Leilão").

Posteriormente, a Alupar, mediante Termo de Retirada de 29 de agosto de 2013, comunicou sua decisão de não participar da oferta de lance no Leilão bem como sua concordância quanto à oferta de lance por parte das demais consorciadas, visando à obtenção da concessão para a exploração da UHE Sinop.

Em razão de sua condição de parte retirante, a Alupar participou da constituição da Companhia apenas e exclusivamente para viabilizar o necessário atendimento das obrigações previstas no Edital do Leilão e para a assinatura do Contrato de Concessão nº 01/2014. O Contrato de Concessão com o Poder Concedente foi firmado em 26 de fevereiro de 2014.

Conforme estabelecido no Termo de Compromisso, a Eletronorte e a Chesf tinham a opção de adquirir a totalidade das ações subscritas e integralizadas pela Alupar ou indicar terceiros para tal fim pelo preço equivalente ao valor patrimonial contábil das ações.

Por meio de chamada pública, a Eletronorte e a Chesf, após avaliarem as empresas interessadas em participar da implantação e exploração da Usina Hidrelétrica Sinop, indicaram a Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. ("EDFNF"), uma sociedade controlada pelo Grupo Electricité de France, para aquisição da participação da Alupar. O Contrato de Compra e Venda de Ações foi celebrado em 11 de dezembro de 2014, tendo a EDFNF assumido 51% da participação acionária da Companhia.

A Companhia conta com a consolidada experiência de seus três acionistas, referências nacionais e internacionais no segmento de geração de energia, com as seguintes participações atuais: (a) Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A., 51,0%; (b) Eletronorte, 24,5%; e (c) CHESF, 24,5%.



O projeto de construção da UHE Sinop foi desenvolvido considerando o estudo de viabilidade do empreendimento, de maneira que seus possíveis impactos serão minimizados por uma série de programas socioambientais, constantes no Projeto Básico Ambiental (“PBA”).

O projeto caracteriza-se pela disposição de uma Casa de Força com duas turbinas/geradores com potência instalada de 401,88 megawatts (MW) e garantia física de 242,8 megawatts médios (MWmed).

A geração de energia elétrica pela UHE Sinop atenderá o consumo de 1,6 milhão de pessoas. A construção da usina representa uma importante contribuição para atender o crescente consumo de energia elétrica no Brasil. Adicionalmente, por ser uma usina hidrelétrica, o projeto se enquadra no segmento de geração de energia de fontes renováveis (eólicas, hidrelétricas, térmicas a biomassa e solar).

A Sinop Energia ingressou no mercado de capitais em 22 de junho de 2017, quando a CVM concedeu registro à Companhia (Código CVM: 02415-5) sob a Categoria B. Dentre outras medidas gerenciais de melhores práticas de governança corporativa, a Companhia segue a recomendação da CVM e possui um sitio de atendimento de Relações com Investidores na rede mundial de computadores no seguinte endereço: ri.sinopenergia.com.br.

O Cronograma inicial de implantação da UHE Sinop sofreu atrasos em função da não concessão, por parte da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso, da sua Licença de Operação solicitada formalmente em janeiro de 2018, muito embora a Companhia tenha cumprido todas as condicionantes estabelecidas nos programas integrantes do Projeto Básico Ambiental para sua obtenção.

Em 20 de agosto de 2019 a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Mato Grosso concedeu a Licença de Operação nº 320138/2019 para a Companhia, de modo que essa ficou apta a exercer sua atividade de geração de energia elétrica.

O Juízo da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Sinop, em decisão proferida em 20 de setembro de 2019, nos autos da Ação Civil Pública nº 1000543-12.2019.4.01.360 (“ACP”) determinou a suspensão da Licença de Operação nº 320138/2019 da UHE Sinop no âmbito da produção de estudos técnicos para identificação das causas do incidente que resultou na morte de peixes no Rio Teles Pires.

Em 2 de outubro de 2019, a suspensão da Licença de Operação foi cancelada, em razão de acordo firmado entre a Companhia, o Ministério Público Federal e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Mato Grosso. O acordo estabeleceu algumas obrigações para a Companhia, conforme amplamente divulgada ao mercado por meio do Fato Relevante de 3 de outubro de 2019, sendo que todas estão sendo efetivamente cumpridas pela Companhia e a UHE Sinop está em operação normal.



6. HISTÓRICO DO EMISSOR

6.5 Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial e o estado atual de tais pedidos

Não aplicável, tendo em vista que não houve pedidos de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.



6. HISTÓRICO DO EMISSOR

6.6 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação à Seção 6 deste Formulário de Referência.



7. ATIVIDADES DO EMISSOR

7.1 Descrição das atividades desenvolvidas do emissor e suas controladas

Conforme descrito no item 6.3 deste Formulário de Referência, a Companhia Energética Sinop S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima com sede na Cidade de Sinop, no Mato Grosso, tendo por objeto social construção, implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Sinop (“UHE Sinop”), sendo-lhe vedado participar do capital de qualquer outra sociedade. A Companhia sujeita-se à regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Nesse sentido, a Companhia foi constituída em 28 de outubro de 2013 para operar a UHE Sinop, localizada no Rio Teles Pires, a 70km de Sinop, sendo que a barragem está situada nos municípios de Cláudia (margem direita do rio) e Itaúba (margem esquerda) e o reservatório com área de inundação de 342 quilômetros quadrados (km²) abrange os municípios de Cláudia, Itaúba, Ipiranga do Norte, Sinop e Sorriso.

Com custos totais de cerca de R\$ 3,3 bilhões, dos quais R\$ 1,05 bilhão foi financiado pelo BNDES, conforme último Plano de Negócios aprovado pelos acionistas em setembro de 2017, este projeto caracteriza-se pela disposição de uma Casa de Força com duas turbinas/geradores com potência instalada de 401,88 megawatts (MW).

Até 31 de dezembro de 2018 a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional, tendo iniciado suas atividades de geração de energia elétrica em setembro de 2019.



7. ATIVIDADES DO EMISSOR

7.1-A. Informações específicas de sociedades de economia mista

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.



7. ATIVIDADES DO EMISSOR

7.2. Informações sobre segmentos operacionais

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.



7. ATIVIDADES DO EMISSOR

7.3. Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.



7.ATIVIDADES DO EMISSOR

7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.



7. ATIVIDADES DO EMISSOR

7.5. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor.

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.



7.ATIVIDADES DO EMISSOR

7.6. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.



7. ATIVIDADES DO EMISSOR

7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.



7.ATIVIDADES DO EMISSOR

7.8. Em relação a políticas socioambientais

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.



7.ATIVIDADES DO EMISSOR

7.9 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação à Seção 7 deste Formulário de Referência.



8. NEGÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS

8.1 - Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia nos últimos 3 exercícios sociais e no exercício social corrente.



8. NEGÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS

8.2 - Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos últimos 3 exercícios sociais e no exercício social corrente

8. NEGÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS

8.3 - Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não aplicável, tendo em vista que não houve celebração de contratos relevantes pela Companhia não relacionados com suas atividades operacionais nos últimos 3 exercícios sociais e no exercício social corrente. Adicionalmente, a Companhia informa nos últimos 3 exercícios sociais não detinha participações em outras sociedades.



8. NEGÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS

8.4 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação à Seção 8 deste Formulário de Referência.



9. ATIVOS

9.1. Bens do ativo não-circulante relevantes

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria “B”.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria "B".

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria "B".

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria "B".



9. ATIVOS

9.2 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação à Seção 9 deste Formulário de Referência.



10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

As informações contidas neste item 10 deste Formulário de Referência foram extraídas das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), além de normas complementares emitidas pela CVM e por outros órgãos reguladores quando aplicável, tais como Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). Adicionalmente, conforme informamos no item 2 desse Formulário de Referência, nosso auditor independente para todos os períodos citados no parágrafo acima foi KPMG Auditores Independentes.

A análise da Diretoria ao respeito dos resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações contábeis sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.



10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

Os valores informados nessa seção, quando não especificados, estão demonstrados em R\$ mil.

10.1 - Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria, com base na análise de suas contas patrimoniais e seu perfil e nível de endividamento, conforme expostos abaixo, entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para concluir a construção e realizar a operacionalização da Usina Hidrelétrica Sinop (“UHE Sinop”) e, ainda, executar os demais investimentos correlatos ao projeto, assim como atender aos seus requisitos de liquidez e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo.

Informações relativas ao exercício social findo em 31 de março dezembro de 2018

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, a Diretoria manteve foco na supervisão da construção da Usina Hidrelétrica Sinop.

Discussão do Desempenho Financeiro e Patrimonial

Em 2018, a Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$ 266.896, contra prejuízo líquido de R\$ 434.311 em 2017 e R\$ 7.142 em 2016.

Considerando a variação de contas patrimoniais entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, destacamos o seguinte: (i) Diminuição da conta de aplicações financeiras, cujos recursos foram aplicados, principalmente, em investimentos em imobilizado, visando a conclusão do UHE Sinop; (ii) Aumento no ativo imobilizado, conforme comentado acima; (iii) Diminuição significativa na conta de fornecedores em função da realização de marcos físico-financeiros na construção da UHE Sinop; (iv) Aumento na conta no passivo circulante de financiamento BNDES; (v) Aumento de capital social em função dos aportes de capital pelos acionistas.

Os fatores citados a seguir sustentam as condições patrimonial e financeira favoráveis da Companhia:

- **Compromisso dos acionistas em capitalizar a Companhia;**
- **Alto grau de liquidez;**
- **Baixo nível de alavancagem; e**
- **Construção da Usina Hidrelétrica Sinop:** A implantação da UHE Sinop avançou no ano de 2018 de acordo com o cronograma e orçamento definido, com a iminente entrada em operação comercial no ano de 2019.

Informações relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, a Diretoria atuou fortemente em duas frentes, execução da construção da Usina Hidrelétrica Sinop e captação de recursos juntos aos acionistas e a terceiros visando financiar a conclusão do empreendimento.



Discussão do Desempenho Financeiro e Patrimonial

No que concerne ao desempenho econômico e financeiro, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia obteve prejuízo líquido de R\$ 434,3 milhões, comparado com prejuízo líquido de R\$ 7,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Tal variação se deve, principalmente, ao reconhecimento da provisão para redução do valor recuperável (“*Impairment*”), no montante de R\$ 613,5 milhões.

Considerando a variação de contas patrimoniais entre 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, destacamos o seguinte: (i) Diminuição da conta de aplicações financeiras, cujos recursos foram aplicados, principalmente, em investimentos em imobilizado, visando a conclusão do UHE Sinop; (ii) Aumento no ativo imobilizado, conforme comentado acima; (iii) Aumento significativa na conta de fornecedores em função da aceleração da construção da UHE Sinop; (iv) Aumento na conta no passivo circulante de financiamento BNDES, em função do aumento da quantidade de parcelas vincendas nos próximos 12 (doze) meses; (v) Aumento de capital social em função dos aportes de capital pelos acionistas.

Detalhes adicionais sobre as variações financeiros e patrimoniais comentadas acima estão evidenciadas nas demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2017. Lembramos que as Notas Explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias trimestrais.

Os fatores citados a seguir sustentam as condições patrimonial e financeira favoráveis da Companhia:

- **Compromisso dos acionistas em capitalizar a Companhia;**
- **Alto grau de liquidez;**
- **Baixo nível de alavancagem;**
- **Construção da Usina Hidroelétrica Sinop:** A implantação da UHE Sinop avançou de acordo com o cronograma e orçamento definido. Até 31 de dezembro de 2017, os investimentos contabilizados ao ativo imobilizado, para a construção do empreendimento totalizaram R\$ 2,2 bilhões (R\$ 1,4 bilhões, até 31 de dezembro de 2016).

Informações relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, a Diretoria atuou fortemente em duas frentes, execução da implantação da Usina Hidrelétrica Sinop e captação de recursos juntos aos acionistas e a terceiros visando financiar a conclusão do empreendimento.

Discussão do Desempenho Financeiro e Patrimonial

No que concerne ao desempenho econômico e financeiro, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia obteve prejuízo líquido de R\$ 7,1 milhões, comparado com prejuízo líquido de R\$ 5,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. Tal variação se deve, principalmente, a menor receita financeira como consequência de menor saldo de aplicações financeiras.

Considerando a variação de contas patrimoniais entre 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, destacamos o seguinte: (i) Aumento da conta de aplicações financeiras em função da captação de empréstimo junto ao BNDES; (ii) Aumento no ativo imobilizado, em função das obras da UHE Sinop; (iii) Aumento de capital social em função dos aportes de capital pelos acionistas.



Detalhes adicionais sobre as variações financeiros e patrimoniais comentadas acima estão evidenciadas nas demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2016. Lembramos que as Notas Explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias trimestrais.

Os fatores citados a seguir sustentam as condições patrimonial e financeira favoráveis da Companhia:

- **Compromisso dos acionistas em capitalizar a Companhia;**
- **Alto grau de liquidez;**
- **Baixo nível de alavancagem;**
- **Construção da Usina Hidroelétrica Sinop:** A implantação da UHE Sinop avançou de acordo com o cronograma e orçamento definido. Até 31 de dezembro de 2016, os investimentos contabilizados ao ativo imobilizado, para a construção do empreendimento totalizaram R\$ 1,4 bilhões (R\$ 0,9 bilhões até 31 de dezembro de 2015).

b. estrutura de capital

A Diretoria da Companhia entende que a Companhia possui estrutura de capital com nível baixo de alavancagem financeira e perfil de longo prazo, o que possibilita a realização do seu Plano de Negócios.

Informações relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018

Em 18 de abril de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram a segunda emissão das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em serie única, para distribuição pública com esforços restritos nos termos da ICVM 476/09. As principais informações acerca da referida deliberação foram devidamente divulgadas através de Fato Relevante da Companhia.

Em 31.12.2018, a estrutura de capital da Companhia era composta da seguinte forma: 45,6%% de capital de terceiros e 54,4% de capital próprio.

Valores em R\$ milhões	Período encerrado em		
	31/12/18	31/12/17	31/12/16
Debêntures	236,8	-	-
Circulante	5,9	-	-
Não circulante	230,9	-	-
Empréstimo BNDES	1.076,8	909,7	740,1
Circulante	99,0	22,3	-
Não circulante	977,8	887,4	740,1
Endividamento bruto	1.313,6	909,7	740,1
(-) Caixa e equivalentes de caixa	0,5	1,1	25,6
(-) Aplicações financeiras	16,0	215,0	239,6
Endividamento líquido	1.297,1	693,5	474,9
Patrimônio líquido	978,1	1.101,0	878,1
Grau de alavancagem¹	57,0%	38,6%	35,1%

¹ Endividamento líquido / (Endividamento líquido + Patrimônio líquido)



Composição da estrutura de capital

- Capital próprio (patrimônio líquido / passivo total)	40,2%	51,6%	51,7%
- Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante / passivo total)	59,8%	48,4%	48,3%

Informações relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017

Em 31.12.2017, a estrutura de capital da Companhia era composta da seguinte forma: 48,4% de capital de terceiros e 51,6% de capital próprio.

Os investimentos efetuados pela Companhia até 31.12.2017 foram realizados como aporte de Capital Social (R\$ 1,5 bilhão), e financiamento junto ao BNDES (835,6 milhões), sendo integralizados até o momento R\$ 790,6 milhões pela Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A., R\$ 379,8 milhões pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte e R\$ R\$ 379,8 milhões pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF.

O contrato de financiamento com o BNDES é dividido em 4 subcréditos. As parcelas serão amortizadas em 240 (duzentas e quarenta) prestações, vencendo a primeira em 15 de julho de 2018 e a última em 15 de junho de 2038.

Informações relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016

Em 31.12.2016, a estrutura de capital da Companhia era composta da seguinte forma: 48,3% de capital de terceiros e 51,7% de capital próprio.

Os investimentos efetuados pela Companhia Energética Sinop até 31.12.2016 foram realizados como aporte de Capital Social (R\$ 565 milhões), e financiamento junto ao BNDES (724,2 milhões), sendo integralizados até o momento R\$ 288,2 milhões pela Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A., R\$ 138,4 milhões pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte e R\$ R\$ 138,4 milhões pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF.

Além dos recursos acima, a Companhia mantém em seus registros contábeis o saldo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC o valor de R\$ 328 milhões, adiantados pela Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A., R\$ 167,2 milhões pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte R\$ 80,4 milhões e R\$ R\$ 80,4 milhões pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF.

Paralelamente a Companhia negociou e recebeu empréstimo ponte por operação estruturada de debêntures simples, no valor de R\$ 300 milhões com vencimento para setembro de 2016. Foi quitado com a Liberação da Primeira parcela do BNDES.

No terceiro trimestre de 2016, a Companhia recebeu parcialmente o primeiro subcrédito do BNDES no valor líquido de R\$ 486,4 milhões. Os encargos e as comissões sobre a operação totalizaram R\$ 13,7 milhões.

No quarto trimestre de 2016, a Companhia recebeu parcialmente outra parte do primeiro subcrédito do BNDES no valor líquido de R\$ 219,9 milhões. Os encargos sobre a operação totalizaram R\$ 4,2 milhões.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria, considerando o seu perfil de endividamento e a sua posição de liquidez, em situações normais de mercado, avalia que a Companhia possui plenas condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos



hoje constituídos. Reiteramos que em 31 de dezembro de 2018, a Companhia encontrava-se em estágio pré-operacional e, conseqüentemente, não possuía geração de caixa operacional e, portanto, dependia de aportes de capital dos seus acionistas e captação de recursos perante terceiros para honrar seus compromissos. Especificamente, o projeto depende de aportes de capital até 2019 para conclusão das obras e preenchimento de contas reservas.

Após a entrada em operação comercial, a Diretoria acredita que a Companhia terá condições de cumprir seus compromissos financeiros devido à natureza de seu negócio - venda de energia - apresentar riscos de demanda e de geração de receita muito baixos. Do total de sua garantia física de 242,8 MWmed, 88,9%, ou seja, 215,8 MWmed, está comprometida com contratos de venda de energia de longo-prazo, com período de fornecimento entre janeiro de 2018 a dezembro de 2047. Com um preço de venda de energia de R\$109,40/MWh (data-base: agosto de 2013), corrigido anualmente pelo IPCA, a previsão é que o volume de receita anual gerado seja suficiente para suprir os compromissos financeiros e as despesas operacionais.

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia honrou suas obrigações assumidas com terceiros, tais como fornecedores, impostos, dívidas, entre outros.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia dispõe de linhas de crédito em instituições financeiras de primeira linha, com a finalidade de atender a uma eventual necessidade de caixa de curto prazo. Porém, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, o índice de capital próprio sempre se manteve superior a 50%, demonstrando a solidez financeira dos seus acionistas e seu compromisso com o empreendimento.

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, visando a implementação da UHE Sinop, a Companhia contou com três fontes de financiamento: (i) aportes de capital pelos acionistas; (ii) debêntures; e (iii) financiamento perante o BNDES. No caso do BNDES, essa instituição ofereceu financiamento com taxa de juros e prazo de pagamento compatível com projetos similares no setor de geração de energia.

A Diretoria avalia constantemente alternativas de financiamento.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Considerando o compromisso e solidez financeira dos seus acionistas, a Diretoria não prevê qualquer situação de deficiência de liquidez. Contudo, caso haja necessidade de fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não-circulantes, a Companhia dispõe de linhas de crédito em instituições financeiras de primeira linha, com a finalidade de atender eventuais necessidades nesse sentido ou, alternativamente, conta com um eventual aporte de capital pelos seus acionistas. Adicionalmente, dado a abertura de capital, a Companhia tem acesso tempestivo ao mercado de capitais para eventuais necessidades de captação de recursos.

Após 2019, a Companhia não prevê a aquisição de ativos não-circulantes.

f. níveis de endividamento sobre o patrimônio e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:



O nível de endividamento da Companhia foi 134,3% em dezembro de 2018, 82,6% em dezembro de 2017 e 84,3% em dezembro de 2016. Esse índice reflete o total da dívida de curto e longo prazo pelo patrimônio líquido.

(i) *contratos de empréstimo e financiamentos relevantes*

Financiamento BNDES

A Companhia, em 11 de agosto de 2016, contratou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) um crédito de R\$1,046 bilhão destinados à implantação da Usina Hidrelétrica Sinop (UHE Sinop) e programas de investimentos sociais, objeto do contrato de concessão nº 01/2014-MME. Em função da definição da garantia física em 242,8 MW médios pelo Ministério de Minas e Energia, através da Portaria nº 2, de 8 de janeiro de 2018, a Companhia deixou de ter o direito de captar os recursos do subcrédito “C”, no valor de R\$ 28,0 milhões, conforme a Cláusula 17ª - Condições de Liberação da Colaboração Financeira, o que havia estabelecido um patamar mínimo de garantia física de 243,9 MW médios.

Esse financiamento está atualizado pelos juros e pelos encargos financeiros, determinados no contrato e descritos acima, incorridos até a data das demonstrações financeiras. Os referidos encargos são apropriados, líquidos das receitas geradas pelas aplicações financeiras, no ativo imobilizado, pois são decorrentes de financiamentos utilizados exclusivamente para aquisição de imobilizado em formação.

O contrato de financiamento com o BNDES é dividido em 3 subcréditos. As parcelas serão amortizadas em 240 (duzentas e quarenta) prestações, vencendo a primeira em 15 de julho de 2018 e a última em 15 de junho de 2038.

Subcréditos	Valor	Juros	Destino
A	970.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
B	43.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
D	5.000	TJLP	Implantação de projetos e programas de Investimentos Sociais de Empresas
Total	1.018.000		

Em 31 de dezembro de 2018, o cronograma de liberação dos subcréditos restantes, considerando o valor de face no contrato original, está previsto para ocorrer nas datas a seguir em função do cronograma de operacionalização do projeto e da realização dos programas de investimentos sociais:

Período	Subcréditos			Total
	A	B	D	Total
Mai/19	1.045	43.000	2.779	46.824
Jun/19	-	-	1.300	1.300
Set/19	-	-	733	733
Dez/19	-	-	47	47
Mar/20	-	-	47	47
Jun/20	-	-	47	47
Set/20	-	-	47	47
Total	1.045	43.000	5.000	49.045

Como garantia da operação a Companhia cederá conforme contrato de cessão fiduciária em favor do BNDES em caráter irrevogável e irretroatável, até o final da liquidação de todas as obrigações, a totalidade dos direitos creditórios de que é titular.



O contrato possui cláusula restritiva (*covenant*) que determina a manutenção durante todo período de amortização do financiamento, Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% (vinte por cento) e manutenção do Índice de Cobertura o Serviço da Dívida (ICSD) a partir da Geração de Caixa da Atividade de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos) que deverá ser calculado com base nas Demonstrações Financeiras auditadas.

Nesta data, não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além daquela descrita acima.

(ii) *outras relações de longo prazo com instituições financeiras*

Debêntures

Em 16 de maio de 2018, a Sinop Energia realizou a emissão de 236.000 (duzentas e trinta e seis mil) debêntures simples, não conversíveis e não permutáveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em série única, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do disposto na Instrução CVM nº 476, com valor nominal de R\$ 1 (um mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 236.000 (“Segunda Emissão de Debêntures”). A integralização das debêntures foi realizada à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo preço da subscrição das debêntures, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da B3, a partir da data de início da distribuição das debêntures. O resultado do processo do *Bookbuilding* permitiu a emissão das debêntures com a taxa final de IPCA + 7,9461%. A totalidade dos recursos obtidos, no montante de R\$ 223.739, líquidos dos custos de captação, destinaram-se à construção da UHE Sinop.

As principais condições da emissão são estas:

Emissão	Quantidade	Remuneração	Pagamento	Vencimento	Garantia
2ª Emissão - Série única	236.000	IPCA + 7,9461%	Pagamentos semestrais a partir de 12/2019	06/2032	Garantia real e fidejussória

(iii) *grau de subordinação entre as dívidas*

A Diretoria afirma que não há grau de subordinação contratual entre as dívidas quirografárias da Companhia. Em eventual concurso universal de credores, as dívidas com garantia real têm prioridade de recebimento sobre as demais dívidas da Companhia, até o limite do bem gravado, em observância ao previsto na legislação vigente.

(iv) *eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições*

Covenants

A Companhia está sujeita aos seguintes *covenants* relevantes:

a) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia e/ou respectivas controladas;



b) extinção, liquidação, insolvência, dissolução, pedido de autofalência da Companhia e/ou respectivas controladas;

c) não pagamento, na respectiva data de pagamento prevista de qualquer obrigação pecuniária devida aos titulares das debêntures;

d) cisão, incorporação ou fusão da Companhia e/ou das fiadoras e/ou qualquer outra forma de reorganização societária que resulte em mudança ou transferência de controle acionário direto ou indireto da Companhia e/ou suas respectivas controladas;

e) pagamento pela Companhia de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, exceto dividendos obrigatórios nos termos da Lei 6.404/76, caso a Companhia esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias das debêntures; e

f) manutenção, durante todo o período de amortização do financiamento, de Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% (vinte por cento) e manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) a partir da Geração de Caixa da Atividade de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), que deverá ser calculada com base nas demonstrações financeiras (anuais ou intermediárias, conforme aplicável) auditadas.

A Diretoria entende que todos os *covenants* aos quais a Companhia está sujeita foram sendo cumpridos integralmente no período findo em 31 de dezembro de 2018 e nos exercícios sociais anteriores.

Restrições a pagamento de dividendos

Conforme descrito na seção 3.4 deste Formulário de Referência, reiteramos que a Companhia assumiu algumas restrições a pagamento de dividendos em função da contratação de financiamento (Contrato nº 16.2.0270.1 de 07 de julho de 2016) junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Especificamente, os Incisos XVIII e XIX da Cláusula 12º restringem a distribuição de dividendos sem a autorização do BNDES, conforme transcrito abaixo:

- Cláusula 12º, Inciso XVIII: Caso o Índice sobre Cobertura da Dívida (ISCD) apurado [de acordo com a metodologia no Anexo I], nos termos do Inciso XV, seja inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício anterior.
- Cláusula 12º, Inciso XIX: Caso o Índice sobre Cobertura da Dívida (ISCD) apurado [de acordo com a metodologia no Anexo I], nos termos do Inciso XV, seja igual ou maior a 1,2 (um inteiro e dois décimos) e a Companhia opte por realizar distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício anterior, deverá requer a autorização do BNDES, sendo certo nessa hipótese, a autorização seja considerada como dada à Companhia, caso o BNDES não se manifeste, expressamente, sobre o pedido no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento de todas as informações e documentos fornecidos pela Companhia, conforme inciso XX desta Cláusula.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados



A Administração informa que em 31 de dezembro de 2018, do crédito contratado junto ao BNDES em 11 de agosto de 2016, descrito no item 10.1.f.i acima, a Companhia já recebeu aproximadamente R\$ 968,96 milhões, ou seja, a Companhia já recebeu aproximadamente 95,2% do total do crédito contratado.



h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Informações relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018

No que concerne ao desempenho econômico e financeiro, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia obteve prejuízo líquido de R\$ 266.896 milhões, (R\$ 434.311, em 31 de dezembro de 2017). Tal variação se deve, substancialmente, a reversão de provisão para redução ao valor recuperável - *Impairment*. Contudo, o resultado operacional, desconsiderando as provisões e reversões de provisão para redução ao valor recuperável - *Impairment* foi um prejuízo líquido de R\$ 27.953 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 44.088, em 31 de dezembro de 2017).

Embora a Companhia ainda estar em fase pré-operacional e com a excludente de responsabilidade, despachada pela ANEEL, a energia elétrica adquirida através das compras no Ambiente de Contratação Livre (ACL) foram revendidas também no Ambiente de Contratação Livre (ACL). Abaixo, apesar da Companhia ainda estar em fase pré-operacional, comentamos os itens - com variação material comparado com o mesmo período do ano anterior - da Demonstração de Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2018.

Valores em milhões de Reais	Exercício Social findo em		Variação	Comentário (quando aplicável)
	31/12/2018	31/12/2017		
Receita Líquida	145,7	-	-	Venda de energia elétrica no ACL. A Sinop Energia não atendeu os contratos CCEAR's, pelo motivo da excludente de responsabilidade.
<u>Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos</u>	<u>(12,2)</u>	<u>(34,8)</u>	<u>(65%)</u>	-
(-) Energia Elétrica Adquirida para Revenda	(138,3)	-	-	Compra de energia para atender aos contatos de venda de energia no ACL
(-) Encargos de Uso da Rede Elétrica	(3,2)	(1,5)	113%	Encargo compulsório incidente sobre a comercialização de energia elétrica
Resultado Operacional Bruto	(8,0)	(36,3)	(78%)	-
<u>Despesas Operacionais</u>				-
(-) Pessoal, Encargos e Benefícios	(9,1)	(7,7)	18%	Aumento principalmente em função da variação na conta de Remuneração dos Administradores, inclusive a eleição de Diretor Presidente em 16 de maio de 2017 para o cargo até então vago
(-) Serviços de Terceiros	(12,9)	(4,9)	163%	Aumento em função dos Serviços de Terceiros prestados na Operação e Manutenção
(-) Outras Gerais e Administrativas	(2,5)	(2,8)	(11%)	-
(-) D&A	(0,7)	(0,4)	75%	-
(-) Provisão para redução ao valor recuperável - <i>Impairment</i>	(376,5)	(613,5)	(39%)	
Prejuízo antes do Resultado Financeiro	(409,7)	(665,6)	(39%)	-Redução do Prejuízo referente ao impacto de redução na provisão anual do <i>Impairment</i> .
<u>Resultado Financeiro</u>	<u>5,3</u>	<u>8,0</u>	<u>(34%)</u>	-
(+) Receitas Financeiras	5,8	8,4	(31%)	Diminuição em função do menor saldo médio de aplicações financeiras



(+) Despesas Financeiras	(0,5)	(0,4)	25%	-
Resultado antes do IR e CS	(404,4)	(657,6)	(39%)	-
(+) IR e CS Diferido	137,5	223,2	(38%)	
Resultado líquido do período	(266,9)	(434,4)	(39%)	-Redução do Prejuízo líquido referente ao impacto de redução na provisão anual do <i>Impairment</i> .
Prejuízo por ação - básico e diluído - em Reais	(0,15904)	(0,37730)	(142%)	-

No que concerne a variação de contas patrimoniais entre os exercícios de 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, destacamos o seguinte: (i) Diminuição da conta de Aplicações Financeiras, cujos recursos foram aplicados, principalmente, em investimentos em imobilizado, visando a conclusão do UHE Sinop; (ii) Aumento no Ativo Imobilizado; (iii) Diminuição significativa na conta de Fornecedores em função da realização de marcos físico-financeiros na construção da UHE Sinop; (iv) Aumento na conta no passivo circulante de Financiamento BNDES, em função do aumento da quantidade de parcelas vincendas nos próximos 12 meses; (v) Aumento de Capital Social em função dos aportes de capital pelos acionistas no primeiro trimestre de 2018. Detalhes adicionais sobre as variações comentadas acima estão evidenciadas nas demonstrações contábeis referentes ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2018.

Abaixo, apesar da companhia ainda estar em fase pré-operacional, comentamos os itens com variação material comparado com os saldos em 31 de dezembro de 2017.

Valores em milhões de Reais	Posição em		Variação	Comentário (quando aplicável)
	31/12/2018	31/12/2017		
ATIVO				
<u>Circulante</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	0,5	1,1	(55%)	-
Aplicações financeiras	16,0	215,0	(93%)	Recursos consumidos com investimentos em imobilizado visando a construção de UHE Sinop
Tributos e contribuições a compensar	34,7	10,5	230%	Aumento nos créditos de PIS e COFINS não cumulativos no período, referente as compras de energia elétrica - ACL.
Contas a receber	17,6	-	17,6	
Outros	16,0	0,2	7900%	-
Total do ativo circulante	84,8	226,8	(63%)	-
<u>Não circulante</u>				
Ativo fiscal diferido	367,5	230,0	60%	Impacto referente ao ativo diferido sobre impairment
Imobilizado	1.893,2	1.653,0	15%	Aumento em função da construção de UHE Sinop
<u>Intangível</u>	30,8	25,9	19%	-
Outros	56,7	-		
Total do ativo não-circulante	2.348,2	1.908,9	23%	-
Total do ativo	2.433,0	2.135,7	14%	-

Valores em milhões de Reais	Posição em		Variação	Comentário (quando aplicável)
	31/12/2018	31/12/2017		



PASSIVO				
Circulante				
Fornecedores	43,0	92,0	(53%)	Diminuição significativa na conta de Fornecedores em função da realização de marcos físico-financeiros na construção da UHE Sinop
Tributos e contribuições a recolher	3,7	5,5	(33%)	-
Obrigações trabalhistas	1,5	2,0	(25%)	-
Uso de bem público	3,8	1,9	100%	-
Financiamento BNDES	99,0	22,3	344%	Aumento referente aportes recebidos do BNDES.
Debêntures	5,9	-	-	-
Outros	18,1	-	-	-
Total do passivo circulante	175,0	123,7	41%	-
Não circulante				
Uso de bem público	27,0	23,6	14%	-
Financiamento BNDES	977,8	887,4	10%	Aumento referente aportes recebidos do BNDES.
Debêntures	231,0	-	-	-
Outros	44,1	-	-	-
Total do passivo não-circulante	1.279,9	911,0	40%	-
Patrimônio líquido				
Capital Social	1.694,2	1.550,2	9%	Aumento de Capital Social em função dos aportes de capital pelos acionistas.
Prejuízos acumulados	(716,1)	(449,2)	59%	-
Total do patrimônio líquido	978,1	1.101,0	11%	-
Total do passivo	2.433,0	2.135,7	14%	-

Lembramos que as Notas Explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias trimestrais.

Informações relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017

No que concerne ao desempenho econômico e financeiro, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia obteve prejuízo líquido de R\$434,3 milhões, comparado com prejuízo líquido de R\$7,1 milhões no exercício anterior. Tal variação se deve, substancialmente, ao reconhecimento do valor da provisão para redução do valor recuperável - *Impairment* no montante de R\$613,5 milhões.

Abaixo, apesar da companhia ainda estar em fase pré-operacional, comentamos os itens - com variação material comparado com o mesmo período do ano anterior - da demonstração de resultado do exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2017.

Valores em milhões de Reais	Exercício social findo em		Variação	Comentário (quando aplicável)
	31/12/17	31/12/16		
Receita Bruta	-	-	-	-



Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(36,3)	-	(36,3)	-
(-) Energia Elétrica Adquirida para Revenda	(34,8)	-	(34,8)	Termo de Ajuste Financeiro - Acordo Bilateral em decorrência da redução temporária da energia elétrica contratada relativo aos contratos CCEARs a título de compensação financeira e prêmio incidente compra de energia no ACL (107,9 MWmed @ R\$26,11 MWh)
(-) Encargos de Uso da Rede Elétrica	(1,5)	-	(1,5)	Encargo compulsório incidente sobre a comercialização de energia elétrica
Resultado Operacional Bruto	(36,3)	-	(36,3)	-
Despesas Operacionais	(629,3)	(11,0)	(618,3)	-
(-) Pessoal, Encargos e Benefícios	(7,7)	(6,4)	(1,3)	Aumento principalmente em função da variação na conta de Remuneração dos Administradores, inclusive a eleição de Diretor Presidente em 16 de maio de 2017 para o cargo até então vago
(-) Serviços de Terceiros	(4,9)	(2,3)	(2,6)	Aumento em função de assessores financeiros e jurídicos contratados na captação de debêntures de infraestrutura
(-) Outras Gerais e Administrativas	(2,8)	(1,9)	(0,9)	-
(-) Provisões para Redução ao Valor Recuperável - <i>Impairment</i>	(613,5)	-	(613,5)	Para o detalhamento do cálculo da <i>Impairment</i> , por favor refere-se à Nota Explicativa nº 10 das Demonstrações Financeiras para o Exercício Social findo em 31/12/17
(-) D&A	(0,4)	(0,4)	-	-
Prejuízo antes do Resultado Financeiro	(665,6)	(11,0)	(654,6)	-
Resultado Financeiro	8,0	0,2	7,8	-
(+) Receitas Financeiras	8,4	0,9	7,5	Aumento em função do maior saldo médio de aplicações financeiras
(+) Despesas Financeiras	(0,4)	(0,7)	0,3	-
Resultado antes do IR e CS	(657,6)	(10,8)	(646,8)	-
(+) IR e CS Diferido	223,3	3,7	219,6	Maior prejuízo resultou em maior ativo fiscal diferido
Resultado líquido do período	(434,3)	(7,1)	(427,2)	-
Prejuízo por ação - básico e diluído - em Reais	(0,41)	(0,01)	(0,40)	-

No que concerne a variação de contas patrimoniais entre 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, destacamos o seguinte: (i) Diminuição da conta de Aplicações Financeiras, cujos recursos foram aplicados, principalmente, em investimentos em imobilizado, visando a construção da UHE Sinop; (ii) Aumento no Ativo Imobilizado, conforme comentado acima; (iii) Aumento significativo na conta de Fornecedores em função da realização da mobilização em função de fornecedores associados à construção da UHE Sinop; (iv) Aumento na conta no passivo circulante de Financiamento BNDES, em função do aumento da quantidade de parcelas vincendas nos próximos 12 meses; (v) Aumento de Capital Social em função dos aportes de capital pelos acionistas ao longo do exercício de 2017. Detalhes adicionais sobre as variações comentadas acima estão evidenciadas nas demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2017.

Abaixo, apesar da companhia ainda estar em fase pré-operacional, comentamos os itens com variação material comparado com os saldos em 31 de dezembro de 2016.



Valores em milhões de Reais	Posição em		Variação	Comentário (quando aplicável)
	31/12/17	31/12/16		
ATIVO				
<u>Circulante</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	1,1	25,6	(24,5)	-
Aplicações financeiras	215,0	239,6	(24,6)	Recursos consumidos com investimentos em imobilizado visando a construção de UHE Sinop
Tributos e contribuições a compensar	10,5	4,9	5,6	Maiores créditos de PIS e COFINS não cumulativos no período
<u>Outros</u>	<u>0,2</u>	<u>0,3</u>	<u>(0,1)</u>	-
Total do ativo circulante	226,8	270,4	(16,1%)	-
<u>Não circulante</u>				
Ativo fiscal diferido	230,0	6,4	223,6	Maior prejuízo resultou em maior ativo fiscal diferido
Imobilizado	1.653,0	1.399,0	254,0	Aumento em função da construção de UHE Sinop
<u>Intangível</u>	<u>25,9</u>	<u>21,7</u>	<u>4,2</u>	-
Total do ativo não-circulante	1.908,9	1.427,1	33,8%	-
Total do ativo	2.135,7	1.697,5	25,8%	-

Valores em milhões de Reais	Posição em		Variação	Comentário (quando aplicável)
	31/12/17	31/12/16		
PASSIVO				
<u>Circulante</u>				
Fornecedores	92,0	49,0	43,0	Aumento significativo na conta de Fornecedores em função da mobilização de fornecedores
Tributos e contribuições a recolher	5,5	7,3	(1,8)	-
Obrigações trabalhistas	2,0	1,7	0,3	-
Uso de bem público	1,9	-	1,9	-
<u>Financiamento BNDES</u>	<u>22,3</u>	-	<u>22,3</u>	Aumento em função do aumento da quantidade de parcelas vincendas nos próximos 12 meses (início das amortizações em julho de 2018)
Total do passivo circulante	123,7	58,0	113,3%	-
<u>Não circulante</u>				
Uso de bem público	23,7	21,2	2,5	-
<u>Financiamento BNDES</u>	<u>887,4</u>	<u>740,2</u>	<u>147,3</u>	<u>Diminuição em função do aumento da quantidade de parcelas transferidas para a conta de curto prazo</u>
Total do passivo não-circulante	911,0	761,4	19,7%	-
<u>Patrimônio líquido</u>				
Capital Social	1.550,2	565,0	985,2	Aumento de Capital Social em função dos aportes de capital pelos acionistas, descritos detalhadamente na Nota Explicativa nº 17 das Demonstrações Financeiras para o Exercício Social findo em 31/12/17
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	-	328,0	(328,0)	AFAC em 31/12/16 integralizado em 30 de janeiro de 2017
<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>(449,2)</u>	<u>(14,9)</u>	<u>(434,3)</u>	-
Total do patrimônio líquido	1.101,0	878,1	25,4%	-



Total do passivo	2.135,7	1.697,5	25,8%	-
-------------------------	----------------	----------------	--------------	----------

Lembramos que as Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Informações relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016

No que concerne ao desempenho econômico e financeiro, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia obteve prejuízo líquido de R\$7,1 milhões, comparado com prejuízo líquido de R\$5,4 milhões no exercício anterior. Tal variação se deve, substancialmente, a menor receita financeira, resultante do menor saldo médio de aplicações financeiras no período.

Abaixo, apesar da companhia ainda estar em fase pré-operacional, comentamos os itens - com variação material comparado com o mesmo período do ano anterior - da demonstração de resultado do exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2016.

Valores em milhões de Reais	Exercício social findo em		Variação	Comentário (quando aplicável)
	31/12/16	31/12/15		
Receita Bruta	-	-	-	-
<u>Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos</u>	-	-	-	-
(-) Energia Elétrica Adquirida para Revenda	-	-	-	-
(-) Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-
Resultado Operacional Bruto	-	-	-	-
<u>Despesas Operacionais</u>	<u>(11,0)</u>	<u>(10,8)</u>	<u>(0,2)</u>	-
(-) Pessoal, Encargos e Benefícios	(6,4)	(5,8)	(0,6)	Aumento em função da mobilização da estrutura de gestão operacional e administrativa
(-) Serviços de Terceiros	(2,3)	(2,7)	0,4	-
(-) Outras Gerais e Administrativas	(1,9)	(2,2)	0,3	-
(-) D&A	(0,4)	(0,2)	(0,2)	-
Prejuízo antes do Resultado Financeiro	(11,0)	(10,9)	(0,1)	-
<u>Resultado Financeiro</u>	<u>0,2</u>	<u>2,7</u>	<u>(2,5)</u>	-
(+) Receitas Financeiras	0,9	2,8	(1,9)	Menor saldo médio de aplicações financeiras
(+) Despesas Financeiras	(0,7)	(0,1)	(0,6)	-
Resultado antes do IR e CS	(10,8)	(8,2)	(2,6)	-
(+) IR e CS Diferido	3,7	2,8	0,9	Maior prejuízo resultou em maior ativo fiscal diferido
Resultado líquido do período	(7,1)	(5,4)	(1,7)	-
Prejuízo por ação - básico e diluído - em Reais	(0,01)	(0,01)	-	-

No que concerne a variação de contas patrimoniais entre 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, destacamos o seguinte: (i) Aumento da conta de Aplicações Financeiras, cujos recursos foram oriundos da captação de Financiamento perante o BNDES; (ii) Aumento no Ativo Imobilizado, visando a construção da UHE Sinop; (iii) Quitação integral dos recursos captados via 1ª emissão de debêntures com os recursos do Financiamento BNDES no terceiro trimestre de 2016; (iv) Aumento na conta no passivo não-circulante de Financiamento BNDES, em função do da captação de dívida de longo prazo; (v) Aumento de Capital Social em função dos aportes de capital pelos acionistas ao longo do exercício social. Detalhes adicionais sobre as



variações comentadas acima estão evidenciadas nas demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2016.

Abaixo, apesar da companhia ainda estar em fase pré-operacional, comentamos os itens com variação material comparado com os saldos em 31 de dezembro de 2015.

Valores em milhões de Reais	Posição em		Variação	Comentário (quando aplicável)
	31/12/16	31/12/15		
ATIVO				
<u>Circulante</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	25,6	0,1	25,5	Aumento no saldo de caixa para cumprir com obrigações de curto prazo com fornecedores
Aplicações financeiras	239,6	32,9	206,7	Saldo dos recursos captados via 1ª emissão de debêntures aplicados
Tributos e contribuições a compensar	4,9	3,4	1,5	-
Outros	0,3	0,1	0,2	-
Total do ativo circulante	270,4	36,4	642,9%	-
<u>Não circulante</u>				
Ativo fiscal diferido	6,4	2,8	3,6	Maior prejuízo resultou em maior ativo fiscal diferido
Imobilizado	1.399,0	873,8	525,2	Aumento em função da construção de UHE Sinop
<u>Intangível</u>	<u>21,7</u>	<u>20,1</u>	<u>1,6</u>	-
Total do ativo não-circulante	1.427,1	896,7	59,2%	-
Total do ativo	1.697,5	933,1	81,9%	-

Valores em milhões de Reais	Posição em		Variação	Comentário (quando aplicável)
	31/12/16	31/12/15		
PASSIVO				
<u>Circulante</u>				
Fornecedores	49,0	62,7	(13,7)	Redução em função da quitação de obrigações com recursos de LP captados com o BNDES
Tributos e contribuições a recolher	7,3	2,4	4,9	-
Obrigações trabalhistas	1,7	1,1	0,6	-
Debêntures a pagar	-	332,2	332,2	1ª emissão de debêntures foi integralmente quitada no 3T16 com recursos captados junto ao BNDES
Uso de bem público	-	-	-	-
Financiamento BNDES	-	-	-	-
Total do passivo circulante	58,0	398,4	(85,4%)	-
<u>Não circulante</u>				
Uso de bem público	21,2	19,8	1,4	-
Financiamento BNDES	740,2	-	740,2	Captação do Financiamento junto ao BNDES, descrito detalhadamente na Nota Explicativa nº 16 das Demonstrações Financeiras para o Exercício Social findo em 31/12/16
Total do passivo não-circulante	761,4	19,8	3.745,5%	-
<u>Patrimônio líquido</u>				



Capital Social	565,0	372,6	192,4	Aumento de Capital Social em função dos aportes de capital pelos acionistas, descritos detalhadamente na Nota Explicativa nº 18 das Demonstrações Financeiras para o Exercício Social findo em 31/12/16
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	328,0	150,0	178,0	AFAC em 31/12/16 integralizado em 30 de janeiro de 2017
<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>(14,9)</u>	<u>(7,7)</u>	<u>(7,2)</u>	-
Total do patrimônio líquido	878,1	514,9	70,5%	-
Total do passivo	1.697,5	933,1	81,9%	-

Lembramos que as Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.2 - Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

- (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e
(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou receita operacional devido à entrada em vigor de contratos de venda de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) e no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”). O total de volume de energia elétrica comercializada no exercício foi de 846.571,47 MWh, sendo 752.019,84 MWh no ACL e 94.551,63 MWh no ACR.

	2018	2017
Receita com venda de energia elétrica	146.762	-
COFINS sobre venda de energia elétrica	(11.154)	-
PIS sobre venda de energia elétrica	(2.421)	-
Encargos setoriais (a)	(162)	-
	<u>133.025</u>	<u>-</u>

Devido ao seu estágio pré-operacional, a Companhia não registrou receita operacional e, ainda, não houve fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 além dos eventos já comentados no item 4.1(a) e item 10.1(h) desse Formulário de Referência.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.

Financeiras

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.3 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia administra os seus negócios com um único segmento operacional, composto pelas atividades de geração e comercialização da energia elétrica que, futuramente, será gerada pela UHE Sinop, ou comprada de terceiros por meio de contratos de médio e longo prazo.

Exercícios Sociais Findos em 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou receita operacional pela primeira vez desde sua constituição devido à entrada em vigor de contratos de venda de energia elétrica. Portanto, houve a introdução do segmento operacional de geração e comercialização de energia elétrica.

Não ocorreu qualquer alienação de segmento operacional no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e nos exercícios sociais anteriores.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não ocorreu qualquer constituição, aquisição ou alienação de participação societária no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 ou, tampouco, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

c. eventos ou operações não usuais

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 não houve ocorrência de eventos ou operações não usuais que tenham causado efeitos relevantes nas demonstrações financeiras do emissor que não tenham sido relatadas neste Formulário de Referência.

do Auditor**10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES****10.4 - Os diretores devem comentar:****a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não aplicável, uma vez que não houve mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, e nos 3 exercícios sociais anteriores.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável, uma vez que não houve mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, e nos 3 exercícios sociais anteriores.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor**Demonstrações Financeiras para o Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2018**

O relatório dos auditores independentes sobre a Demonstração Financeira da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi emitido sem qualquer ressalva ou ênfase.

Demonstrações Financeiras para o Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2017

O relatório dos auditores independentes sobre a Demonstração Financeira da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi emitido sem qualquer ressalva ou ênfase.

Demonstrações Financeiras para o Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2016

O relatório dos auditores independentes sobre a Demonstração Financeira da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi emitido sem qualquer ressalva ou ênfase.

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.



10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet*), tais como:
- (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;
 - (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;
 - (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;
 - (iv) contratos de construção não terminada; e
 - (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores informam que, em 31 de dezembro de 2018 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não há ativos ou passivos relevantes detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial.

- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que, em 31 de dezembro de 2018 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.7 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável à Companhia, pois não há ativos e passivos relevantes detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não apareçam no seu balanço patrimonial ou outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2018 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável à Companhia, pois não há ativos e passivos relevantes detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não apareçam no seu balanço patrimonial ou outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2018 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

c. natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável à Companhia, pois não há ativos e passivos relevantes detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não apareçam no seu balanço patrimonial ou outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2018 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.



10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Investimentos em andamento

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia desembolsou o montante de R\$ 538,2 milhões para a construção da UHE Sinop. Este valor refere-se, principalmente, aos investimentos nas edificações da usina, nos reservatórios e barragens e na aquisição de máquinas e equipamentos.

	Realizado 2018	Realizado 2017	Realizado 2016
Valores em R\$ milhões			
Total investimento*	538,2	770,8	434,8
Financiado com dívida	369,0	109,6	424,2
Financiado com capital próprio	169,2	657,2	10,6
Financiado com caixa operacional ou capital de giro	-	4,0	-

*Valores apresentados em regime “caixa”

Investimentos previstos

Os investimentos previstos para o período de 2019 e 2020, são apresentados a seguir.

	Previsto 2019	Previsto 2020
Valores em R\$ milhões		
Total investimento*	100,9	87,5
Financiado com dívida	9,7	-
Financiado com capital próprio	2,0	-
Financiado com caixa operacional ou capital de giro	89,2	87,5

*Valores apresentados em regime “caixa”

Os montantes previstos para 2019 e 2020, os valores correspondem a investimentos em imobilizado com fins para conclusão da implantação e para a manutenção e operação da UHE Sinop.

Os valores anteriormente mencionados nessa seção não contemplam a capitalização dos juros sobre os financiamentos durante a fase de construção dos empreendimentos.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e nos últimos três exercícios sociais, visando a implementação da UHE Sinop, a Companhia contou com três fontes de financiamento: (i) aportes de capital pelos acionistas; (ii) debêntures; e (iii) financiamento perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Após o início das operações de geração de energia, a Companhia passará a contar, também, com geração de caixa operacional como fonte adicional de financiamento de capital de giro e/ou pequenos investimentos. A Diretoria avalia constantemente alternativas de financiamento.



Apenas para fins informacionais, a Administração lembra que, no histórico recente, projetos de expansão de capacidade de geração de energia no Brasil contam com níveis de financiamento entre 50% e 70% do total do investimento em imobilizado. O saldo remanescente é captado através de aportes de recursos próprios (*equity*) oriundo dos acionistas no caso de projetos *Greenfield*, tal como a Companhia.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não houve desinvestimentos relevantes nos últimos três exercícios sociais, nem há desinvestimentos previstos.

(b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Nos últimos três exercícios sociais não foram adquiridas plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e nos últimos três exercícios sociais, não foram desenvolvidas pesquisas sobre novos produtos ou serviços em andamento ou previstos pela Diretoria.

(ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e nos últimos três exercícios sociais, não foram desenvolvidas pesquisas sobre novos produtos ou serviços em andamento ou previstos pela Diretoria e, portanto, não ocorreram desembolsos com este objetivo fim.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Em setembro de 2006, a Themag Engenharia e Gerenciamento Ltda. realizou os Estudos de Viabilidade da UHE para a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Os Estudos foram aprovados por meio do Despacho ANEEL nº 3.164, de 10 de outubro de 2012 e apresentam a referência das características técnicas do Projeto, apresentadas no Contrato de Concessão, para a construção da usina.

Em 29 de agosto de 2013, a ANEEL promoveu o Leilão de Geração de Energia A-5 006/2013 para contratação de energia proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fontes hidrelétricas e termelétricas.

Como mencionado no item 6.3, a Companhia é uma sociedade por ações com propósito específico, constituída em 28 de outubro de 2013, que tem como objeto social único e exclusivo a construção, implantação, operação, manutenção e comercialização da energia gerada pela Usina Hidrelétrica Sinop (“UHE Sinop”).



O Consórcio Energético Sinop obteve a Concessão do Projeto ao oferecer, no Leilão, um preço de venda de energia de R\$ 109,40/MWh. O Contrato de Concessão nº 01/2014 foi assinado em 26 de fevereiro de 2014, com prazo de 35 anos.

A UHE Sinop integra o conjunto de projetos de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal. A Usina está localizada no rio Teles Pires, possui potência instalada de 401,88MW e 242,8MW médios de garantia física. Distante 70 km de Sinop, o Projeto será construído nas divisas dos municípios de Cláudia e Itaúba e o reservatório englobará áreas dos municípios de Cláudia, Itaúba, Ipiranga do Norte, Sinop e Sorriso. A Usina contará com reservatório de regularização de vazões - armazena água o período das chuvas e libera ao longo da época de estiagem - permitindo que a geração de energia ocorra ao longo de todo o ano.

Conforme mencionado anteriormente neste Formulário de Referência, a previsão para o início de geração de energia da UHE Sinop era em dezembro de 2018, conforme Primeiro Aditivo ao Contrato de Concessão junto à ANEEL. Entretanto, a Sinop Energia obteve a autorização para enchimento do reservatório da UHE Sinop somente em janeiro de 2019, sendo o início da geração comercial em setembro de 2019.

(iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e nos últimos três exercícios sociais, a Companhia não desenvolvia novos produtos ou serviços e, portanto, não ocorreram desembolsos com este objetivo fim.

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

A Companhia entende que todos os fatores que influenciaram seu desempenho operacional já foram comentados nos itens anteriores

11. Projeções

11.1 As projeções devem identificar:

Nos termos do art. 20 da Instrução CVM nº 480, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa. Assim, a Companhia optou por não divulgar projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas a ela ou a suas atividades.

11. PROJEÇÕES

11.2 Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulgou projeções nos últimos três exercícios sociais.

12. ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

12.1 Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

a. atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A administração da Companhia compete a um Conselho de Administração e uma Diretoria. Na data de protocolo desse Formulário de Referência, o Conselho de Administração não possui regimento interno próprio, tendo seu funcionamento regulado pelos termos do Estatuto Social e a legislação cabível.

O Conselho de Administração da Companhia é composto por 4 (quatro) integrantes e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato unificado de 3 (três) anos, permitida reeleições, e se estendendo os respectivos mandatos até a eleição e investidura de Conselheiros subsequentes. Caberá à Assembleia Geral designar o Presidente do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração reunir-se-á 01 (uma) vez a cada 02 (dois) meses, e, extraordinariamente, mediante convocação por qualquer de seus membros ou por deliberação da Diretoria, com, no mínimo, 10 (dez) dias úteis de antecedência, mediante carta ou correio eletrônico (e-mail), com aviso de recebimento, encaminhado ao endereço previamente indicado pelos Conselheiros.

As deliberações do Conselho de Administração sobre as matérias listadas abaixo serão tomadas por voto afirmativo de todos os integrantes do Conselheiro de Administração:

(i) autorização para a exoneração de terceiros do cumprimento de obrigações para com a Companhia, ou transações para prevenir ou por fim a litígios, quando envolverem valor agregado superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

(ii) autorização para a alienação, a promessa de alienação ou a oneração de bens do ativo não circulante da Companhia, em qualquer operação, em valores superiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por contrato, ou série de contratos relacionados;

(iii) aprovação da contratação de empréstimos e financiamentos para a Companhia, inclusive a outorga de qualquer garantia (real ou fidejussória) ou outros instrumentos que gerem dívidas ou obrigações financeiras superiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), por contrato, ou série de contratos relacionados, sendo certo que referida contratação apenas será aprovada se em favor da Companhia e relacionados à execução e viabilização de seus objetivos sociais;

(iv) aprovação para a assinatura de contratos acima do limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por contrato, ou série de contratos relacionados, até a conclusão do Empreendimento e sua liberação para operação comercial, e, a partir daí, acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), por contrato, ou série de contratos relacionados, inclusive os de execução de obra, de caução, de locação, de câmbio e outros;

(v) aprovação da celebração dos contratos e/ou acordos com uma Parte Relacionada de qualquer Parte, sendo que o conselheiro indicado por esta última estará impedido de votar quando da deliberação de tal contratação, por haver conflito de interesses;

(vi) eleição e destituição da Diretoria, respeitadas as disposições constantes de Acordo de Acionistas arquivado na sede social, determinando as áreas de atuação de cada Diretor;

(vii) escolha e destituição dos auditores independentes (que deverão ser sempre de primeira linha), se houver;

(viii) aprovação das normas de procedimento para a administração da Companhia, estabelecimento dos objetivos, da política e da orientação geral dos negócios da Companhia;

(ix) aprovação de critérios para participar em transações imobiliárias amigáveis, objetivando à instituição de servidões de passagem, servidões administrativas e desapropriações, inerentes à implantação do Empreendimento;

(x) aprovação da subscrição e integralização do capital social da Companhia até o limite do capital autorizado;

(xi) aprovação dos Orçamentos Anuais considerando: aportes, financiamentos, investimentos, despesas e o cronograma financeiro do exercício;

(xii) aprovação de quaisquer matérias de atribuição da Diretoria cujo quórum de aprovação não tenha sido obtido; e

(xiii) aprovação do pacote anual de seguros da Companhia (incluindo tipo, consultor, valor e período da cobertura de seguro para ativos e operações da Companhia, e o penhor de direitos referentes ao seguro) ou qualquer alteração ao mesmo (se houver).

Na data de protocolo desse Formulário de Referência, a Companhia não possuía comitê de auditoria (estatutário ou não estatutário) instalado. No entanto, possui uma área atuante de Auditoria Interna, que se reporta ao Diretor Presidente, e, ainda, possui auditor independente parte integrante do “*Big Four*”, sendo a obrigação de contratação de empresa de auditoria independente de primeira linha uma obrigação constante do item 19.5 (ii) do Acordo de Acionistas da Companhia.

Anteriormente à divulgação das demonstrações financeiras anuais, a Diretoria realiza uma apresentação das mesmas ao Conselho de Administração com a participação do seu auditor independente para fins de avaliar o trabalho da auditoria independente e, ainda, esclarecimento de eventuais dúvidas ou perguntas.

Até a data de protocolo desse Formulário de Referência, a Companhia não possuía uma política de contratação de serviços extra-auditoria. No entanto, a Companhia informa que nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 o auditor independente da Companhia não realizou serviços extra-auditoria

b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

DIRETORIA

A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) Diretores, designados: (i) Diretor Presidente, (ii) Diretor de Engenharia e Construção, (iii) Diretor de Meio Ambiente, (iv) Diretor Administrativo e Financeiro, e (v) Diretor de Relações com Investidores, todos residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato unificado de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos, individual ou conjuntamente e sendo permitida a cumulação de cargos da Diretoria por uma mesma pessoa. O Diretor Presidente, o Diretor Administrativo e Financeiro e o Diretor de Relações com Investidores serão designados em conjunto “Bloco A”, enquanto o Diretor de Engenharia e Construção e o Diretor de Meio Ambiente serão designados, em conjunto, “Bloco B”.

O Estatuto Social da Companhia permite a cumulação de cargos da Diretoria por uma mesma pessoa. Na data de divulgação desse Formulário de Referência, a Companhia tem sua Diretoria composta por 4 (quatro) diretores, sendo o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com Investidores cumulado pelo Sr. Mauro de Almeida Santos desde 29 de dezembro de 2016.

O prazo de gestão dos Diretores da Companhia se estenderá até a investidura dos novos administradores eleitos pelo Conselho de Administração.

Os Diretores reunir-se-ão sempre que necessário e quaisquer decisões tomadas pela Diretoria, inclusive aquelas de natureza técnica, financeira, ambiental etc, deverão ser aprovadas por pelo menos 2 (dois) Diretores, sendo necessariamente um deles do Bloco A e o outro do Bloco B. Em caso de impasse, a matéria será submetida ao Conselho de Administração.

Os Diretores são investidos de todos os poderes necessários à representação, administração e gestão dos negócios sociais, assim como para a prática de todas as operações que se relacionem com o objeto social, com as limitações estabelecidas no Estatuto Social e ressalvadas as matérias de competência privativa da Assembleia Geral e aquelas atribuídas ao Conselho de Administração.

A Companhia será representada ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, por 2 (dois) Diretores, sendo necessariamente um deles do Bloco A e o outro do Bloco B, os quais atuarão sempre em conjunto, podendo, ressalvados os atos cuja prática dependa de aprovação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, praticar todos os atos necessários ao funcionamento ordinário da Companhia, tais como:

- (i) realizar operações bancárias em geral, abrir e movimentar contas bancárias, emitir e endossar cheques, autorizar transferências, débitos e pagamentos;
- (ii) sacar e endossar duplicatas;
- (iii) representar a Companhia junto a repartições e órgãos públicos dos governos federal, estaduais e municipais, inclusive suas autarquias;
- (iv) sacar, aceitar, emitir e endossar títulos de crédito de qualquer natureza;
- (v) aprovar contratos de qualquer espécie, observado o limite máximo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) até a conclusão do empreendimento e sua liberação para operação comercial, e, a partir daí, de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) inclusive os de execução de obra, de caução, de locação, de câmbio e outros;
e
- (vi) constituir procuradores em nome da Companhia.

A Companhia poderá ser representada ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, por procuradores "ad judicium" ou "ad negocia", legalmente constituídos, na prática dos atos específicos que serão mencionados na respectiva procuração.

A outorga de poderes pela Companhia será realizada conjuntamente por 2 (dois) Diretores, sendo necessariamente um deles do Bloco A e o outro do Bloco B, por meio de instrumentos de mandato, os quais vigorarão por prazo não superior a 12 (doze) meses.

A disposição atinente ao prazo de 12 (doze) meses, acima, não se aplica às procurações "ad judicium" as quais poderão vigorar por tempo indeterminado, e também não se aplica àquelas outorgadas em razão de contrato de financiamento da Companhia, que vigorarão pelo tempo de duração do respectivo contrato.

Os poderes relacionados à prática de atos como venda, permuta, transferência ou alienação de bens imóveis da Companhia, bem como a instituição de hipoteca ou ônus de qualquer natureza sobre bens imóveis da Companhia somente serão outorgados após deliberação do Conselho de Administração, autorizando a realização destes atos.

No caso de ausência temporária de um dos Diretores, e apenas durante o período da ausência temporária, o Diretor poderá outorgar procuração específica a um dos membros do Conselho de Administração para que o represente.

A Diretoria será responsável, além das atribuições relacionadas abaixo, por aquelas estabelecidas por lei, por este Estatuto Social e conferidas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração para a prática dos atos necessários para o funcionamento regular da Companhia:

- (i) praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia;
- (ii) aprovar o regimento interno e os regulamentos da Companhia;
- (iii) propor ao Conselho de Administração as diretrizes fundamentais da administração, as quais deverão pelo mesmo ser aprovadas;
- (iv) submeter ao Conselho de Administração proposta de aumento de capital e reforma do Estatuto Social;
- (v) recomendar ao Conselho de Administração quanto à aquisição, alienação ou oneração de bens móveis ou imóveis, pertencentes ao patrimônio da Companhia e captação de recursos, devendo implementar as decisões do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral de Acionistas relativas às matérias supramencionadas, nos respectivos limites de alçada; e
- (vi) apresentar ao Conselho de Administração as demonstrações financeiras do exercício, os planos e orçamentos anuais e plurianuais, econômico-financeiros e de execução de obras.

Atribuições e Poderes Individuais da Diretoria Estatutária

Conforme dispõe os termos do artigo 30º do Estatuto Social da Companhia, além das demais atribuições descritas no mesmo documento e na legislação aplicável, caberá privativamente:

(i) ao Diretor Presidente - (i.i) coordenar as Diretorias no intuito de otimizar as sinergias entre as equipes técnicas, aperfeiçoar o fluxo de informações entre elas e organizar o *reporting* para o Conselho de Administração, notadamente a preparação de suas reuniões periódicas e extraordinárias, respeitando os prazos previstos nas regras de governança da Companhia; (i.ii) gerenciar, de forma integrada, as atividades de construção, de meio ambiente e financeiras, com o objetivo de controlar as interfaces operacionais e assegurar o respeito ao cronograma geral do Empreendimento, tais como: (a) coordenação do licenciamento ambiental e das relações institucionais, com o apoio dos membros do Conselho de Administração; (b) gestão da interface entre a liberação dos terrenos do reservatório (aquisição fundiária e supressão vegetal) e o andamento da construção do Empreendimento da UHE Sinop; e (c) acompanhamento das eventuais negociações e interações com a Construtora Triunfo S.A., junto ao Diretor de Engenharia e Construção; e (i.iii) otimizar o Plano de Negócios da Companhia, tal como: (d) desenvolver um programa de redução das despesas administrativas da Companhia; (e) consolidar e otimizar as premissas financeiras do Empreendimento embasando o fluxo de caixa apresentado pelo Diretor Administrativo Financeiro; e (f) acompanhar o financiamento de curto, médio e longo prazo da Companhia;

(ii) ao Diretor de Engenharia e Construção - gerenciar o contrato de EPC, fiscalização das obras civis, engenharia do proprietário, O&M e montagem eletromecânica;

(iii) ao Diretor de Meio Ambiente - conduzir a gestão ambiental;

(iv) ao Diretor Administrativo e Financeiro - a gestão administrativa e financeira da Companhia; e

(v) ao Diretor de Relações com Investidores - a gestão da comunicação à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), tais como: (a) divulgar e comunicar à CVM e, se for o caso, aos mercados regulamentados de bolsa e balcão em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação, bem como ao mercado, em linguagem acessível ao público investidor, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia; (b) zelar pela ampla e imediata disseminação de atos ou fatos relevantes, simultaneamente em todos os mercados nos quais a Companhia eventualmente possua valores mobiliários de sua emissão admitidos à negociação, assim como ao público investidor em geral; (c) transmitir informações periódicas e eventuais à CVM e, se for o caso, aos mercados de bolsa e balcão em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação; (d) supervisionar e aprovar quaisquer comunicados ao mercado, atos ou fatos relevante, bem como verificar a necessidade de eventuais correções ou revisões; (e) opinar sobre a possibilidade de adiamento da divulgação de atos ou fatos relevante, caso sua imediata revelação coloque em risco interesse legítimo da

Companhia; e (f) analisar eventuais rumores e especulações no mercado sobre a Companhia e determinar se uma resposta e/ou comunicação ao mercado se faz necessária.

Na data de protocolo desse Formulário de Referência, a Diretoria não possui regimento interno próprio, tendo seu funcionamento regulado pelos termos do Estatuto Social e a legislação cabível.

c. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

Nos termos do artigo 30 do Estatuto Social, a Companhia conta com um Conselho Fiscal de funcionamento permanente, com as funções definidas em lei, composto de 03 (três) membros efetivos e seus respectivos suplentes em igual número, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Até a data de protocolo desse Formulário de Referência, o Conselho Fiscal não possuía regimento interno próprio, tendo seu funcionamento regulado pelos termos do Estatuto Social e a legislação cabível.

d. se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e

iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "B"



12. ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

12.2. Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

- a. prazos de convocação
- b. competências
- c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise
- d. identificação e administração de conflitos de interesses
- e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto
- f. formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico
- g. formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização
- h. se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância
- i. instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância
- j. se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias
- k. outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.



12. ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

12.3 Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando:

- a. número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias
- b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho
- c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses
- d. se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:
 - i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado
 - ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.

12. ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

12.4. Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Ricardo Murilo Padilha de Araújo	05/10/1962	Pertence apenas à Diretoria	13/03/2019	Até 06/10/2020	0
341.757.844-20	Engenheiro Agrônomo	10 - Diretor Presidente / Superintendente	13/03/2019	Sim	0.00%
Diretor para assuntos Industriais, de Meio Ambiente e Fundiários e Diretor Presidente					
Vera Lúcia Rett Carreira	03/05/1962	Pertence apenas à Diretoria	07/11/2019	Até 06/10/2020	0
075.747.778-02	Administradora	12 - Diretor de Relações com Investidores	07/11/2019	Sim	0.00%
Diretora Administrativa Financeira					
Yann des Longchamps	09/01/1972	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/05/2017	Até 19/05/2020	1
828.032.424-00	Administrador	20 - Presidente do Conselho de Administração	19/05/2017	Sim	100.00%
O Sr. Yann não exerce nenhum outro cargo ou função na Companhia.					
Adriano Soares da Costa	17/11/1969	Pertence apenas ao Conselho de Administração	06/06/2018	Até 19/05/2020	0
619.661.504-15	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	06/06/2018	Sim	100.00%
O Sr. Adriano não exerce nenhum outro cargo ou função na Companhia.					
Astrogildo Fraguglia Quental	18/11/1953	Pertence apenas ao Conselho de Administração	06/06/2018	Até 19/05/2020	0
010.513.538-07	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	06/06/2018	Sim	100.00%
O Sr. Astrogildo não exerce nenhum outro cargo ou função na Companhia.					
Thierry Marc Rene Caillaud	30/07/1967	Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/05/2019	Até 19/05/2020	0
064.297.887-50	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	22/05/2019	Sim	100.00%
O Sr. Thierry não exerce nenhum outro cargo ou função na Companhia.					

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Pierre André Bradier	09/11/1984	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/05/2017	Até 19/05/2020	1
060.266.967-76	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	19/05/2017	Sim	0.00%
O Sr. Pierre não exerce nenhum outro cargo ou função na Companhia.					
Antônio Florentino de Medeiros Filho	18/11/1981	Pertence apenas ao Conselho de Administração	06/06/2018	Até 19/05/2020	0
037.701.114-27	Administrador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	06/06/2018	Sim	0.00%
O Sr. Antônio não exerce nenhum outro cargo ou função na Companhia.					
Ricardo Barsotti	10/11/1974	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/05/2017	Até 19/05/2020	1
178.164.818-29	Advogado	23 - Conselho de Administração (Suplente)	19/05/2017	Sim	0.00%
O Sr. Ricardo não exerce nenhum outro cargo ou função na Companhia.					
Gilberto Tannús Elias	05/10/1983	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	Até 19/05/2020	0
004.155.771-95	Engenheiro Civil	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2019	Sim	0.00%
O Sr. Gilberto não exerce nenhum outro cargo ou função na Companhia.					
Sérgio Carvalho Aguiar	02/07/1972	Conselho Fiscal	30/04/2019	1 ano	3
024.763.157-45	Contador	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	30/04/2019	Sim	100.00%
O Sr. Sérgio não exerce nenhum outro cargo ou função na Companhia.					
Túlio Neiva Rizzo	02/09/1961	Conselho Fiscal	30/04/2019	1 ano	1
283.118.331-68	Administrador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2019	Sim	100.00%
O Sr. Túlio não exerce nenhum outro cargo ou função na Companhia.					
Cleber José de Souza Villa Verde	27/08/1948	Conselho Fiscal	30/04/2019	1 ano	2

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
209.033.597-15	Engenheiro Civil	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2019	Sim	100.00%
O Sr. Cleber não exerce nenhum outro cargo ou função na Companhia.					
Carlos Alberto Rizzo Hoeller	01/01/1980	Conselho Fiscal	30/04/2019	1 ano	0
786.987.071-49	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2019	Sim	0.00%
O Sr. Marcello não exerce nenhum outro cargo ou função na Companhia.					
Fernando Antônio Cavalcanti Teixeira	12/04/1968	Conselho Fiscal	30/04/2019	1 ano	1
515.436.304-30	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2019	Sim	0.00%
O Sr. Fernando não exerce nenhum outro cargo ou função na Companhia.					
Carlos Alberto Rizzo Hoeller	01/01/1980	Conselho Fiscal	30/04/2019	1 ano	2
786.987.071-49	Engenheiro	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2019	Não	0.00%
O Sr. Carlos Alberto não exerce nenhum outro cargo ou função na Companhia.					
Experiência profissional / Critérios de Independência					
Ricardo Murilo Padilha de Araújo - 341.757.844-20					

Ricardo Murilo Padilha de Araújo

Diretor para assuntos Industriais, de Meio Ambiente e Fundiários e Diretor Presidente

Histórico Profissional durante os últimos 5 anos:

- Companhia Energética SINOP S.A. - CES (desde novembro de 2016)
- o Função: Diretor de Meio Ambiente, Diretor de Engenharia e Construção e Diretor Presidente
- SPE I9 Paulista Gestão de Resíduos S.A. - PPP (2013 a 2016)

o Função: Diretor

o Atuou na gestão de serviços urbanos, remediação de área degradada e valorização de resíduos sólidos no município de Paulista em Pernambuco - Brasil.

o Esta companhia não (i) integra o grupo econômico da Companhia ou (ii) é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

- Propav (engenharia e pavimentação) e CRCL (logística) – empresas do mesmo Grupo (2011 a 2012)

o Função: Diretor de Negócios

o Captação de novos negócios e coordenação dos escritórios de Recife/São Paulo (Brasil) e Luanda (Angola) como Diretor Internacional.

o Estas companhias não (i) integram o grupo econômico da Companhia ou (ii) são controladas por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

O diretor Ricardo Murilo Padilha de Araújo não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor.

O Sr. Ricardo Murilo Padilha de Araújo declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Ricardo declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Vera Lúcia Rett Carreira - 075.747.778-02

Histórico Profissional durante os últimos 5 anos:

- Companhia Energética Sinop S.A. - CES (desde novembro de 2019)
- o Função: Diretora Administrativa e Financeira e de Relação com Investidores
- Instituto Everis (desde 2018)

o Função: Conselheira Fiscal

o Esta companhia não (i) integra o grupo econômico da Companhia ou (ii) é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

- Kantar Group (2017 a 2018)

o Função: Diretora Administrativa e Financeira

o Esta companhia não integra (i) o grupo econômico da Companhia ou (ii) é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

- Manserv Investimentos e Participações (2014 a 2017)

o Função: Diretora Financeira

o Esta companhia não integra (i) o grupo econômico da Companhia ou (ii) é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

Adicionalmente, informamos que, a Sra. Vera Lucia Rett Carreira possui mais de 16 anos de atuação como Diretora Financeira e Administrativa, em grandes grupos empresariais, nacionais e multinacionais, sendo formada em Administração de Empresas, Pós-Graduada em Gestão de Negócios e Mestre em Finanças, com atuação por 5 anos como professora de pós-graduação nos cursos de Finanças Corporativas e Controladoria Gerencial. Em 2019 finalizou a preparação para Conselheira de Administração ABPW da Escola Saint Paul, e desde 2018 é Conselheira Fiscal.

Além das sociedades acima mencionadas, a Sra. Vera Rett não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor.

A Sra. Vera Rett declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, a Sra. Vera Rett declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Yann des Longchamps - 828.032.424-00

Histórico Profissional durante os últimos 5 anos:

- EDF Norte Fluminense S.A. (desde agosto de 2014)

o Função: Diretor Presidente

o A EDF Norte Fluminense S.A. é a filial brasileira da EDFI Electricité de France Internacional, a qual, por sua vez, é acionista controladora da EDF Norte Fluminense S.A. (esta última acionista controladora da Companhia).

Além das sociedades acima mencionadas, o membro do conselho de administração Yann des Longchamps não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor.

O Sr. Yann des Longchamps declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Yann declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Adriano Soares da Costa - 619.661.504-15

Histórico Profissional durante os últimos 5 anos:

- CHESF, sociedade controladora da Companhia (desde novembro de 2017)

o Função: Diretor Econômico-financeiro e de Relações com Investidores

Adicionalmente, informamos que, além de advogado, o Sr. Adriano é consultor jurídico, palestrante, conferencista, parecerista, presidente de honra da IBDPub - Instituição Brasileira de Direito Público, ex-presidente do IDPP - Instituto de Direito Público e Político, ex-secretário de Estado da Gestão Pública de Alagoas (2007-2008), ex-professor de direito eleitoral do Centro Universitário de Ciências Jurídicas (Cesmac/Alagoas), ex-professor de direito financeiro e tributário da FAL - Faculdade de Alagoas (pós-graduação), ex-juiz de Direito em Alagoas (1995-1998), ex-secretário de Estado de Administração de Alagoas (1999), ex-secretário de Estado do Gabinete Civil de Alagoas (1999-2000), ex-secretário de Estado da Gestão Pública de Alagoas (2007-2008), ex-secretário de Estado da Educação de Alagoas (2011-2012), ex-procurador geral do município de Maceió (1993-1995). É autor das obras: Instituições de direito eleitoral, 10ª edição, Belo Horizonte: Fórum, 2013; Teoria da incidência da norma jurídica: Crítica ao realismo linguístico de Paulo de Barros Carvalho. 2ª ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2009 e Inabilitação para mandato eletivo, Belo Horizonte: Ciência Jurídica, 1998. Autor de diversos artigos de direito eleitoral, processual civil, administrativo e tributário, publicados nas principais revistas jurídicas do País. Recebeu a Comenda "Promotor Anthero Montenegro Medeiros" [maior galardão conferido pelo Ministério Público do Estado de Alagoas], a "Medalha do Mérito Eleitoral do Pará", concedido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará, a Medalha do Mérito concedida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul e a Comenda Oficial do Corpo de Bombeiros do Estado de Alagoas. Agraciado com a instituição de "Medalha Adriano Soares da Costa" pela Academia Catarinense de Direito Eleitoral; agraciado com a criação do Observatório de Direito Eleitoral Adriano Soares da Costa, da Faculdade de Direito Milton Campos (MG).

O membro do conselho de administração Adriano Soares da Costa não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor.

O Sr. Adriano Soares da Costa declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Adriano declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Astrogildo Fraguiglia Quental - 010.513.538-07

Histórico Profissional durante os últimos 5 anos:

- Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE (desde 2014), sociedade controladora da Companhia

o Função: Conselheiro de Administração

- Empresa Maranhense de Administração Portuária (2013 a 2014)

o Função: Diretor de Engenharia

o Esta companhia não integra (i) o grupo econômico da Companhia ou (ii) é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia

- CNECWorleyParsons (2011 a 2013)

o Função: Vice-Presidente de Energia

o Esta companhia não integra (i) o grupo econômico da Companhia ou (ii) é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia

O membro do conselho de administração Sr. Astrogildo Fraguiglia Quental não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor.

O Sr. Astrogildo Fraguiglia Quental declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Astrogildo declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Thierry Marc Rene Caillaud - 064.297.887-50

Histórico Profissional durante os últimos 5 anos:

- • Électricité de France (EDF) – controladora indireta da Companhia

- o Função atual (desde 2017): Head of Hydro Business - Brasil

- o De 2012 a 2017: Diretor Adjunto da Business Unit de Hidrelétricas - França

O membro do conselho de administração Sr. Thierry Marc Rene Caillaud não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor.

O Sr. Thierry Marc Rene Caillaud declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Thierry declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Pierre André Bradier - 060.266.967-76

Histórico Profissional durante os últimos 5 anos:

- EDF do Brasil (EDF Norte Fluminense S.A.), acionista controladora da Companhia

- o Função atual: Gerente de Desenvolvimento de Negócios - UHE Sinop e Usina Termelétrica Norte Fluminense

- o De fevereiro/2010 a novembro/2013: Gerente Projetos – Projeto Maracanã Solar e Projeto Macaé Solar

O membro do conselho de administração Pierre André Bradier não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor.

O Sr. Pierre André Bradier declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Pierre declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Antônio Florentino de Medeiros Filho - 037.701.114-27

Histórico Profissional durante os últimos 5 anos:

- Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) (desde 2009), acionista controladora da Companhia

- o Função atual: Assessor da Diretoria de Engenharia e Construção

- o De 2016 a 2017: Gestor de empreendimentos (Diretoria de Engenharia e Construção)

- o De 2014 a 2016: Gestor de Unidade de empreendimentos (Superintendência de Projetos de Geração – SPG)

- o De 2009 a 2014: Administrador (Superintendência de Projetos de Geração - SPG)

O membro do conselho de administração Sr. Antônio Florentino de Medeiros Filho não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor.

O Sr. Antônio Florentino de Medeiros Filho declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Antonio declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Ricardo Barsotti - 178.164.818-29

Histórico Profissional durante os últimos 5 anos:

- EDF do Brasil (EDF Norte Fluminense S.A.), sociedade controladora da Companhia (desde 2015)

- o Função atual: Gerente Jurídico

- Lusitania Group / CBH – Compagnie Beninoise des Hydrocarbures

- o De dezembro de 2012 a janeiro de 2015: Assessor Jurídico Sênior

- o Esta companhia não integra (i) o grupo econômico da Companhia ou (ii) é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia

O membro do conselho de administração Ricardo Barsotti não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor.

O Sr. Ricardo Barsotti declara, para todos os fins de direito, que não sofreu qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Gilberto Tannús Elias - 004.155.771-95

Histórico Profissional durante os últimos 5 anos:

- Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte (desde 2007), acionista controladora da Companhia
- o Função atual (desde 2017): Superintendente de Geração
- o Ano de 2017: Gerente do Departamento de Engenharia Civil de Geração
- o De 2007 a 2017: Projetista

Adicionalmente, informamos que, o Sr. Gilberto possui formação em Engenharia Civil, sendo graduado com honras pela Universidade de Brasília, curso de MBA pela FGV em Gestão Financeira, com 13 anos de experiência no setor de barragens.

O membro do conselho de administração Sr. Gilberto Tannús Elias não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor.

O Sr. Gilberto Tannús Elias declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Gilberto declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Sérgio Carvalho Aguiar - 024.763.157-45

Histórico Profissional durante os últimos 5 anos:

- EDF Norte Fluminense S.A. (desde janeiro de 2005), sociedade controladora da Companhia
- o Função: Gerente Contábil e Financeiro

O membro do conselho fiscal Sérgio Carvalho Aguiar não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor.

O Sr. Sérgio Carvalho Aguiar declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Sérgio declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Túlio Neiva Rizzo - 283.118.331-68

Histórico Profissional durante os últimos 5 anos:

- Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (cedido ao Ministério de Minas e Energia desde 2006), sociedade controladora da Companhia
- o Função: Gerente da Coordenação de Gestão e Luz para Todos (desde outubro de 2016)
- Ministério de Minas e Energia
- o Função: Chefe da Assessoria Especial de Gestão Estratégica (maio de 2008 até setembro de 2016)
- Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A., sociedade controladora da Companhia
- o Função: Membro do Conselho de Administração (2008-2013)
- Amazonas Distribuidora de Energia S.A.
- o Função: Membro do Conselho de Administração (2008-2016)

o Esta companhia não integra (i) o grupo econômico da Companhia ou (ii) é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia

- Amazonas Eletronorte Transmissora de Energia S.A.

o Função: Membro do Conselho de Administração (2003-2016)

o Esta companhia não integra (i) o grupo econômico da Companhia ou (ii) é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia

- Boa Vista Energia S.A.

o Função: Presidente do Conselho Fiscal (abril de 2016 até maio de 2017)

o Esta companhia não integra (i) o grupo econômico da Companhia ou (ii) é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia

- Brasnorte Transmissora de Energia S.A.

o Função: Membro do Conselho de Administração (desde maio de 2017)

o Esta companhia não integra (i) o grupo econômico da Companhia ou (ii) é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia

O membro do conselho fiscal Túlio Neiva Rizzo não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor.

O Sr. Túlio Neiva Rizzo declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Túlio declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Cleber José de Souza Villa Verde - 209.033.597-15

Histórico Profissional durante os últimos 5 anos:

- Edições de Janeiro LTDA. (desde junho de 2014)

o Função: Diretor Executivo

o Esta companhia não integra (i) o grupo econômico da Companhia ou (ii) é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia

- CAIUÁ, EDEVP, EEB, CNEE E CFLO (setembro de 2012 a 2014)

o Função: Diretor das cinco empresas de distribuição de energia elétrica do Grupo Rede

o Esta companhia não integra (i) o grupo econômico da Companhia ou (ii) é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia

- Light S.A. (setembro de 2011 a agosto de 2012)

o Função: Consultor na área de aquisição e governança de novos negócios

o Esta companhia não integra (i) o grupo econômico da Companhia ou (ii) é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia

O membro do conselho fiscal Sr. Cleber José de Souza Villa Verde não ocupa outros cargos de administração em sociedade ou organizações do terceiro setor.

O Sr. Cleber José de Souza Villa Verde declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Cleber declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Carlos Alberto Rizzo Hoeller - 786.987.071-49

Carlos Alberto Rizzo Hoeller - 786.987.071-49

Histórico Profissional durante os últimos 5 anos:

- Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (desde 2002), sociedade controladora da Companhia

o Assistente do Diretor Financeiro

o Superintendente de Planejamento e Controle

o Gerente Executivo de Estudos e Planejamento Econômico e Financeiro

O membro do conselho fiscal Sr. Marcello Nascimento Cabral da Costa não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor.

O Sr. Marcello Nascimento Cabral da Costa declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Marcello declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Fernando Antônio Cavalcanti Teixeira - 515.436.304-30

Histórico Profissional durante os últimos 5 anos:

- Companhia Hidroelétrica do São Francisco S.A. (CHESF), sociedade controladora da Companhia

o Função: Gerência do Departamento de Contabilidade

O membro do conselho fiscal Fernando Antônio Cavalcanti Teixeira não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor.

O Sr. Fernando Antônio Cavalcanti Teixeira declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Fernando declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Ricardo Murilo Padilha de Araújo - 341.757.844-20	
N/A	
Vera Lúcia Rett Carreira - 075.747.778-02	
N/A	
Yann des Longchamps - 828.032.424-00	
N/A	
Adriano Soares da Costa - 619.661.504-15	

N/A

Astrogildo Fraguglia Quental - 010.513.538-07

N/A

Thierry Marc Rene Caillaud - 064.297.887-50

N/A

Pierre André Bradier - 060.266.967-76

N/A

Antônio Florentino de Medeiros Filho - 037.701.114-27

N/A

Ricardo Barsotti - 178.164.818-29

N/A

Gilberto Tannús Elias - 004.155.771-95

N/A

Sérgio Carvalho Aguiar - 024.763.157-45

N/A

Túlio Neiva Rizzo - 283.118.331-68

N/A

Cleber José de Souza Villa Verde - 209.033.597-15

N/A

Carlos Alberto Rizzo Hoeller - 786.987.071-49

Carlos Alberto Rizzo Hoeller - 786.987.071-49

N/A

Fernando Antônio Cavalcanti Teixeira - 515.436.304-30

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, visto que, até a data de apresentação desse Formulário de Referência, a Companhia não possuía comitês de auditoria, de risco, financeiro ou de remuneração, estatutários ou não, bem como não possui quaisquer outros comitês estatutários.

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria "B".

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria "B".



12. ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

12.11. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.



12. ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

12.12 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Abaixo apresentamos a relação das Assembleias Gerais realizadas nos últimos exercícios sociais:

Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2018

Ato Societário	Data	Presença dos Acionistas	Convocação
Assembleia Geral Extraordinária	18 de abril de 2018	100%	Dispensada em função da presença da totalidade dos acionistas
Assembleia Geral Extraordinária	15 de maio de 2018	100%	Dispensada em função da presença da totalidade dos acionistas
Assembleia Geral Extraordinária	06 de junho de 2018	100%	Dispensada em função da presença da totalidade dos acionistas
Assembleia Geral Ordinária	27 de abril de 2018	100%	Dispensada em função da presença da totalidade dos acionistas

Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2017

Ato Societário	Data	Presença dos Acionistas	Convocação
Assembleia Geral Extraordinária	09 de outubro de 2017	100%	Dispensada em função da presença da totalidade dos acionistas
Assembleia Geral Extraordinária	18 de maio de 2017	100%	Dispensada em função da presença da totalidade dos acionistas



Ato Societário		Data	Presença dos Acionistas	Convocação
Assembleia Geral Extraordinária		15 de maio de 2017	100%	Dispensada em função da presença da totalidade dos acionistas
Assembleia Geral Ordinária		28 de abril de 2017 com continuação em 19 de maio de 2017	100%	Dispensada em função da presença da totalidade dos acionistas

Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2016

Ato Societário		Data	Presença dos Acionistas	Convocação
Assembleia Geral Extraordinária		29 de dezembro de 2016	100%	Dispensada em função da presença da totalidade dos acionistas
Assembleia Geral Extraordinária		01 de junho de 2016	100%	Dispensada em função da presença da totalidade dos acionistas
Assembleia Geral Extraordinária		03 de maio de 2016	100%	Dispensada em função da presença da totalidade dos acionistas
Assembleia Geral Ordinária		29 de abril de 2016	100%	Dispensada em função da presença da totalidade dos acionistas
Assembleia Geral Extraordinária		12 de abril de 2016	100%	Dispensada em função da presença da totalidade dos acionistas
Assembleia Geral Extraordinária		16 de março de 2016	100%	Dispensada em função da presença da totalidade dos acionistas
Assembleia Geral Extraordinária		03 de março de 2016	100%	Dispensada em função da presença da totalidade dos acionistas
Assembleia Geral Extraordinária		01 de março de 2016	100%	Dispensada em função da presença da totalidade dos acionistas
Assembleia Geral Extraordinária		13 de janeiro de 2016	100%	Dispensada em função da presença da totalidade dos



				acionistas
Assembleia Geral Extraordinária	12 de janeiro de 2016	100%		Dispensada em função da presença da totalidade dos acionistas



Em complemento, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas 10 reuniões do Conselho de Administração e 06 reuniões do Conselho Fiscal.

As pautas das reuniões do Conselho de Administração e os documentos relacionados com as matérias da ordem do dia são enviados para análise dos conselheiros em conjunto com a convocação, com antecedência mínima de 10 dias úteis.

Por fim, informamos que a Companhia não tem por prática realizar reuniões conjuntas de seus órgãos de gestão.

Estatutaria**13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado
- b. composição da remuneração, indicando:
 - i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles
 - ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total
 - iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração
 - iv. razões que justificam a composição da remuneração
 - v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato
- c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração
- d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho
- e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo
- f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos
- g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor
- h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:
 - i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam
 - ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos
 - iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	4,00	6,00	18,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	3,00	7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	2.479.000,00	198.000,00	2.677.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	313.000,00	0,00	313.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros de cada órgão do Emissor foi calculado na forma especificada no Ofício Circular da CVM/SEP Nº01/2017	O número de membros de cada órgão do Emissor foi calculado na forma especificada no Ofício Circular da CVM/SEP Nº01/2017	O número de membros de cada órgão do Emissor foi calculado na forma especificada no Ofício Circular da CVM/SEP Nº01/2017.	
Total da remuneração	0,00	2.792.000,00	198.000,00	2.990.000,00

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	3,00	6,00	17,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	3,00	6,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.725.000,00	154.000,00	1.879.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	434.000,00	0,00	434.000,00

Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros de cada órgão do Emissor foi calculado na forma especificada no Ofício Circular da CVM/SEP Nº01/2017.	O número de membros de cada órgão do Emissor foi calculado na forma especificada no Ofício Circular da CVM/SEP Nº01/2017.	O número de membros de cada órgão do Emissor foi calculado na forma especificada no Ofício Circular da CVM/SEP Nº01/2017.	
Total da remuneração	0,00	2.159.000,00	154.000,00	2.313.000,00

Conselho Fiscal

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação ao bônus:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
- e. em relação à participação no resultado:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.

Diretoria Estatutária

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais
- b. principais objetivos do plano
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- f. número máximo de ações abrangidas
- g. número máximo de opções a serem outorgadas
- h. condições de aquisição de ações
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j. critérios para fixação do prazo de exercício
- k. forma de liquidação
- l. restrições à transferência das ações
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.



13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:**
 - i. data de outorga**
 - ii. quantidade de opções outorgadas**
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis**
 - iv. prazo máximo para exercício das opções**
 - v. prazo de restrição à transferência das ações**
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:**
 - em aberto no início do exercício social**
 - perdidas durante o exercício social**
 - exercidas durante o exercício social**
 - expiradas durante o exercício social**
- e. valor justo das opções na data de cada outorga**
- f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas**

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.



13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.6 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. em relação às opções ainda não exercíveis:**
 - i. quantidade**
 - ii. data em que se tornarão exercíveis**
 - iii. prazo máximo para exercício das opções**
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações**
 - v. preço médio ponderado de exercício**
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social**
- e. em relação às opções exercíveis**
 - i. quantidade**
 - ii. prazo máximo para exercício das opções**
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações**
 - iv. preço médio ponderado de exercício**
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social**
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social**

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.



13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.7 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação às opções exercidas informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de exercício
 - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- e. em relação às ações entregues informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de aquisição
 - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.



13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.



13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.9. Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da Diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.



Administração E Aos Diretores Estatutários

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. nome do plano
- e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- f. condições para se aposentar antecipadamente
- g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria "B".



Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Na tabela abaixo apresentamos o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais do Emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos.

Órgão	Exercício Social findo em		
	31/12/18	31/12/17	31/12/16
Conselho de Administração	n/a*	n/a*	n/a*
Conselho Fiscal	100%	100%	100%
Diretoria Executiva	0%	0%	0%

*Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2018, 31 de dezembro 2017 e 31 de dezembro 2016 os membros do Conselho de Administração não receberam remuneração.



Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.



Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018, não houve remuneração paga aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia que tenha sido reconhecida no resultado dos controladores, diretos ou indiretos ou sociedades sob controle comum. A Companhia não possui sociedades controladas.



13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação à Seção 13 deste Formulário de Referência



14. RECURSOS HUMANOS

14.1 Descrição dos recursos humanos

- a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)
- b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)
- c. índice de rotatividade

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.



14. RECURSOS HUMANOS

14.2 Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.



14. RECURSOS HUMANOS

14.3 Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

- a. política de salários e remuneração variável
- b. política de benefícios
- c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:
 - a. grupos de beneficiários
 - b. condições para exercício
 - c. preços de exercício
 - d. prazos de exercício
 - e. quantidade de ações comprometidas pelo plano

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.

14. RECURSOS HUMANOS

14.2 Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.



14. RECURSOS HUMANOS

14.4 Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria "B".



14. RECURSOS HUMANOS

14.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação à Seção 14 deste Formulário de Referência.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte						
00.357.038/0001-16	Brasileira-DF	Sim	Sim	31/07/2019		
Não						
	547.363.000	24,500%	0	0,000%	547.363.000	24,500%
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.						
03.258.983/0001-59	Brasileira-RJ	Sim	Sim	31/07/2019		
Não						
	1.139.410.000	51,000%	0	0,000%	1.139.410.000	51,000%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A.						
33.541.368/0001-16	Brasileira-PE	Sim	Sim	31/07/2019		
Não						
	547.363.000	24,500%	0	0,000%	547.363.000	24,500%
OUTROS						
	0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL						
	2.234.136.000	100,000%	0	0,000%	2.234.136.000	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte				00.357.038/0001-16		
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras						
00.001.180/0001-26	Brasileira-DF	Não	Sim	28/05/2019		
Não						
153.575.942	99,664	0	0,000	153.575.942	99,664	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
517.559	0,336	0	0,000	517.559	0,336	
TOTAL						
154.093.501	100,000	0	0,000	154.093.501	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A.				33.541.368/0001-16		
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras						
00.001.180/0001-26	Brasileira-DF	Não	Sim	28/12/2012		
Não						
54.151.081	100,000	1.517.886	86,548	55.668.967	99,578	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
OUTROS						
0	0,000	235.928	13,452	235.928	0,422	
TOTAL						
54.151.081	100,000	1.753.814	100,000	55.904.895	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA							
ACIONISTA							
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração			
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações (Unidades)							
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %		
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social		
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.				03.258.983/0001-59			
EDF International S.A.S.							
	Francesa	Não	Sim	09/07/2014			
Sim	Christophe Hery		Física	063.405.867-32			
48.143.239	99,999	0	0,000	48.143.239	99,999		
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
TOTAL	0	0.000					
OUTROS							
1	0,001	0	0,000	1	0,001		
TOTAL							
48.143.240	100,000	0	0,000	48.143.240	100,000		

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras				00.001.180/0001-26	
3G Radar Gestora de Recursos Ltda.					
17.776.271/0001-36	Brasileira-RJ	Não	Não	28/05/2019	
Não					
928.950	0,085	26.112.809	9,832	27.041.759	2,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000			
Banco Clássico S.A.					
31.597.552/0001-52	Brasileira-RJ	Não	Não	28/05/2019	
Não					
54.400.000	5,004	0	0,000	54.400.000	4,022
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000			
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES					
33.657.248/0001-89	Brasileira-DF	Não	Não	29/05/2018	
Não					
74.545.264	6,858	18.262.671	6,876	92.807.935	6,861
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras				00.001.180/0001-26	
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR					
00.383.281/0001-09	Brasileira-DF	Não	Não	28/05/2019	
Não					
141.757.951	13,041	18.691.102	7,038	160.449.053	11,862
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000			
Fundo Garantidor de Habitação - FGHAB					
10.384.372/0001-12	Brasileira-DF	Não	Não	29/05/2018	
Não					
1.000.000	0,092	0	0,000	1.000.000	0,074
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Fundo Nacional do Desenvolvimento - FND					
02.704.906/0001-12	Brasileira-DF	Não	Não	29/05/2018	
Não					
45.621.589	4,197	0	0,000	45.621.589	3,373
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
214.400.591	19,723	202.363.477	76,196	416.764.068	30,811

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras				00.001.180/0001-26	
TOTAL					
1.087.050.297	100,000	265.583.803	100,000	1.352.634.100	100,000
União Federal					
00.394.460/0001-41	Brasileira-DF	Não	Sim	28/05/2019	
Não					
554.395.652	51,000	1.544	0,001	554.397.196	40,986
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000			
Victor Adler					
203.840.097-00	Brasileiro-RJ	Não	Não	29/05/2018	
Não					
300	0,000	152.200	0,057	152.500	0,011
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras				00.001.180/0001-26	
3G Radar Gestora de Recursos Ltda.					
17.776.271/0001-36	Brasileira-RJ	Não	Não	28/05/2019	
Não					
928.950	0,085	26.112.809	9,832	27.041.759	2,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000			
Banco Clássico S.A.					
31.597.552/0001-52	Brasileira-RJ	Não	Não	29/05/2019	
Não					
54.400.000	5,004	0	0,000	54.400.000	4,022
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000			
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES					
33.657.248/0001-89	Brasileira-DF	Não	Não	29/05/2018	
Não					
74.545.264	6,858	18.262.671	6,876	92.807.935	6,861
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras				00.001.180/0001-26	
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR					
00.383.281/0001-09	Brasileira-DF	Não	Não	28/05/2019	
Não					
141.757.951	13,041	18.691.102	7,038	160.449.053	11,862
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000			
Fundo Garantidor de Habitação - FGHAB					
10.384.372/0001-12	Brasileira-DF	Não	Não	28/05/2018	
Não					
1.000.000	0,092	0	0,000	1.000.000	0,074
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Fundo Nacional do Desenvolvimento - FND					
02.704.906/0001-12	Brasileira-DF	Não	Não	28/05/2018	
Não					
45.621.589	4,197	0	0,000	45.621.589	3,373
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
214.400.591	19,723	202.363.477	76,196	416.764.068	30,811

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras				00.001.180/0001-26	
TOTAL					
1.087.050.297	100,000	265.583.803	100,000	1.352.634.100	100,000
União Federal					
00.394.460/0001-41	Brasileira-DF	Não	Sim	28/05/2019	
Não					
554.395.652	51,000	1.544	0,001	554.397.196	40,986
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000			
Victor Adler					
203.840.097-00	Brasileiro-RJ	Não	Não	28/05/2018	
Não					
300	0,000	152.200	0,057	152.500	0,011
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA							
ACIONISTA							
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração			
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações (Unidades)							
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %		
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social		
EDF International S.A.S.							
EDF S.A.							
	Francesa	Não	Sim	09/07/2014			
Sim	Christophe Hery		Física	063.405.867-32			
1.151.260.930	100,000	0	0,000	1.151.260.930	100,000		
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
TOTAL	0	0.000					
OUTROS							
0	0,000	0	0,000	0	0,000		
TOTAL							
1.151.260.930	100,000	0	0,000	1.151.260.930	100,000		

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR				00.383.281/0001-09		
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES						
33.657.248/0001-89	Brasileira-DF	Não	Sim	29/05/2018		
Não						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR				00.383.281/0001-09		
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES						
33.657.248/0001-89	Brasileira-DF	Não	Sim	29/05/2018		
Não						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
EDF S.A.						
Estado Francês						
	Francesa	Não	Sim	27/03/2017		
Sim	Não aplicável		Jurídica			
2.594.627.228	83,600	0	0,000	2.594.627.228	83,600	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
508.993.858	16,400	0	0,000	508.993.858	16,400	
TOTAL						
3.103.621.086	100,000	0	0,000	3.103.621.086	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES				33.657.248/0001-89		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	
TOTAL						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES				33.657.248/0001-89		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	
TOTAL						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	31/07/2019
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	3
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

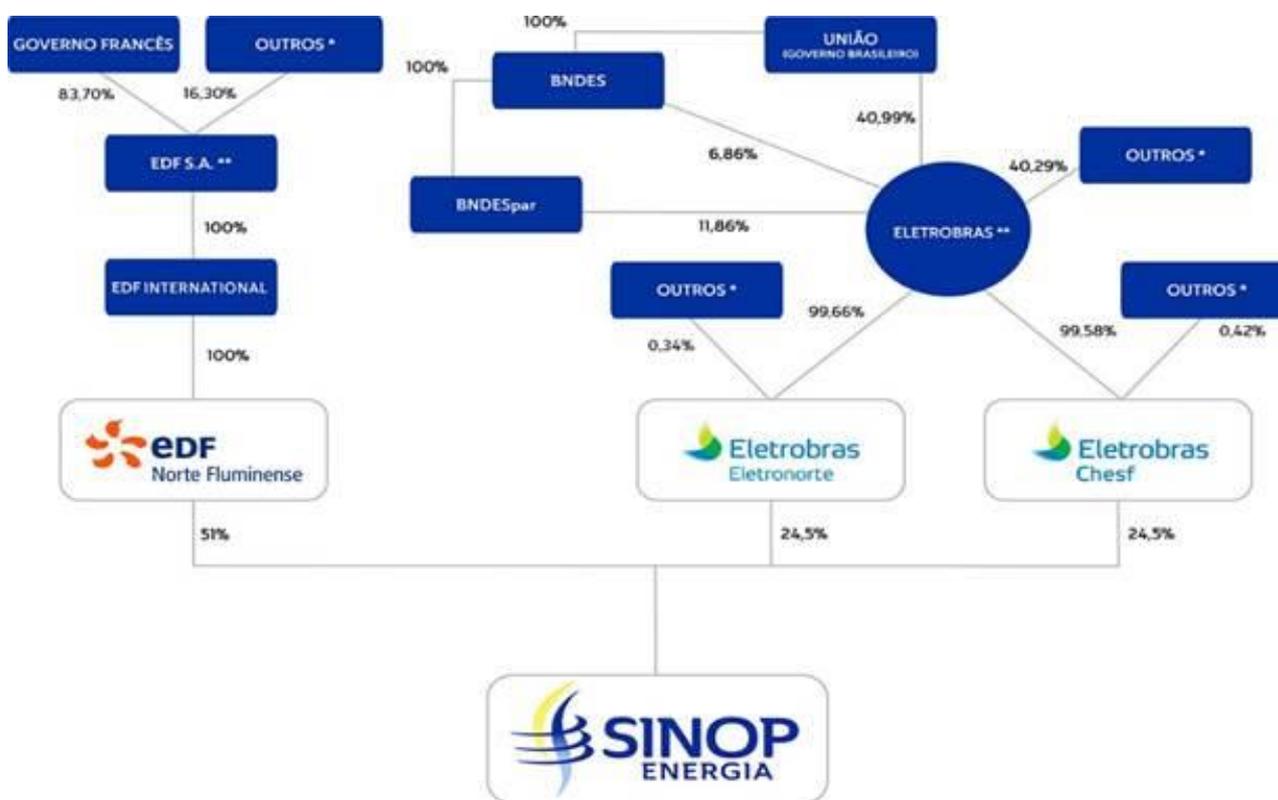
Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	0	0,000%

15. CONTROLE E GRUPO ECONÔMICO

15.4 Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando:

- todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações
- principais controladas e coligadas do emissor
- participações do emissor em sociedades do grupo
- participações de sociedades do grupo no emissor
- principais sociedades sob controle comum

Organograma societário da Companhia



* NÃO HÁ ACIONISTAS COM 10% OU MAIS DE PARTICIPAÇÃO

** LISTADA EM BOLSA DE VALORES

Parte**15. CONTROLE E GRUPO ECONÔMICO**

15.5. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

- a. Partes
- b. data de celebração:
- c. prazo de vigência
- d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle
- e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais
- f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las
- g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.

Administradores do Emissor**15. CONTROLE E GRUPO ECONÔMICO****15.6 Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor**

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.



15. CONTROLE E GRUPO ECONÔMICO

15.7 Descrever as principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, indicando, quando envolver o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas

Operações relevantes no exercício social de 2016

(i) Aumento de Capital e Subscrição de Ações

- Principais condições do negócio: Em 03 de maio de 2016, na Assembleia Geral Extraordinária, registrada na JUCEMAT sob n. 20160467730 em 01 de agosto de 2016, foi deliberado um aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Nesse contexto, 192.363.051 (cento e noventa e dois milhões, trezentos e sessenta e três mil e cinquenta e uma) novas ações ordinárias, dos quais (a) 47.128.947 foram subscritas e integralizadas pelo Eletronorte; (b) 47.128.947 foram subscritas e integralizadas pela CHESF; e (c) 98.105.156 foram subscritas e integralizadas pela EDFNF.
- Sociedades Envolvidas: Companhia; Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.; Companhia Hidro Elétrica do São Francisco; Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.
- Efeitos Resultantes da operação no quadro acionário: O capital social da Companhia passou de R\$372.636.949,00 (trezentos e setenta e dois milhões, seiscentos e trinta e seis mil, novecentos e quarenta e nove reais) para R\$565.000.000,00 (quinhentos e sessenta e cinco milhões reais).
- Quadro societário antes e depois da operação:

ANTES		DEPOIS	
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	91.296.053	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	138.425.000
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	190.044.844	Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	288.150.000
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	91.296.052	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	138.425.000
Total de Ações	372.636.949	Total de Ações	565.000.000

- Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas: Aos acionistas foi oferecida a oportunidade de exercício do direito de preferência para a subscrição de ações proporcionalmente à participação no capital social, o qual, entretanto, foi renunciado expressamente pelos acionistas da Companhia.

(ii) Aumento de Capital e Subscrição de Ações

- Principais condições do negócio: Em 29 de dezembro de 2016, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, registrada na JUCEMAT sob n. 20170148190 em 17 de março de 2017, foi deliberado um aumento do capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado, mediante a emissão de novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Nesse contexto, 408.000.000 (quatrocentas e oito milhões) novas ações ordinárias foram emitidas, das quais (a) 328.000.000 (trezentas e vinte e oito milhões) em virtude de conversão em capital dos adiantamentos para futuro



aumento de capital realizados pelos acionistas da Companhia no ano de 2016, das quais (i) 167.280.000 (cento e sessenta e sete milhões, duzentas e oitenta mil) foram subscritas e integralizadas pela EDFNF; (ii) 80.360.000 (oitenta milhões, trezentas e sessenta mil) foram subscritas e integralizadas pela CHESF; e (iii) 80.360.000 (oitenta milhões, trezentas e sessenta mil) foram subscritas e integralizadas pela Eletronorte; e (b) 80.000.000 (oitenta milhões) novas ações ordinárias, das quais (i) 40.800.000 (quarenta milhões, oitocentas mil) foram subscritas e integralizadas pela EDFNF; (ii) 19.600.000 (dezenove milhões, seiscentas mil) foram subscritas e integralizadas pela CHESF; e (iii) 19.600.000 (dezenove milhões, seiscentas mil) foram subscritas e integralizadas pela Eletronorte.

- Sociedades Envolvidas: Companhia; Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.; Companhia Hidro Elétrica do São Francisco; Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.
- Efeitos Resultantes da operação no quadro acionário: O capital social da Companhia passou de R\$565.000.000,00 (quinhentos e sessenta e cinco milhões de reais) para R\$973.000.000,00 (novecentos e setenta e três milhões de reais).
- Quadro societário antes e depois da operação:

ANTES		DEPOIS	
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	138.425.000	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	238.385.000
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	288.150.000	Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	496.230.000
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	138.425.000	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	238.385.000
Total de Ações	565.000.000	Total de Ações	973.000.000

- Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas: Os acionistas subscreveram as novas ações na proporção de suas respectivas participações.

Operações relevantes no exercício social de 2017

(i) Aumento de Capital e Subscrição de Ações

- Principais condições do negócio: Em 06 de abril de 2017, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, foi deliberado um aumento do capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado, mediante a emissão de novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Nesse contexto, 50.000.000 (cinquenta milhões) novas ações ordinárias foram emitidas, das quais (i) 25.550.000 (vinte e cinco milhões, quinhentos e cinquenta mil) foram subscritas e integralizadas pela EDFNF; (ii) 12.250.000 (doze milhões, duzentos e cinquenta mil) foram subscritas e integralizadas pela CHESF; e (iii) 12.250.000 (doze milhões, duzentos e cinquenta mil) foram subscritas e integralizadas pela Eletronorte.
- Sociedades Envolvidas: Companhia; Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.; Companhia Hidro Elétrica do São Francisco; Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.
- Efeitos Resultantes da operação no quadro acionário: O capital social da Companhia passou de R\$973.000.000,00 (novecentos e setenta e três milhões de reais) para R\$1.023.000.000,00 (um bilhão



e vinte e três milhões de reais).

- Quadro societário antes e depois da operação:

ANTES		DEPOIS	
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	238.385.000	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	250.635.000
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	496.230.000	Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	521.730.000
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	238.385.000	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	250.635.000
Total de Ações	973.000.000	Total de Ações	1.023.000.000

- Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas: Os acionistas subscreveram as novas ações na proporção de suas respectivas participações.

(ii) Aumento de Capital e Subscrição de Ações

- Principais condições do negócio: Em 23 de maio de 2017, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, foi deliberado um aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Nesse contexto, 100.000.000 (cem milhões) novas ações ordinárias foram emitidas, das quais (i) 51.000.000 (cinquenta e um milhões) foram subscritas e integralizadas pela EDFNF; (ii) 24.500.000 (vinte e quatro milhões, quinhentos mil) foram subscritas e integralizadas pela CHESF; e (iii) 24.500.000 (vinte e quatro milhões, quinhentos mil) foram subscritas e integralizadas pela Eletronorte.
- Sociedades Envolvidas: Companhia; Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.; Companhia Hidro Elétrica do São Francisco; Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.
- Efeitos Resultantes da operação no quadro acionário: O capital social da Companhia passou de R\$1.023.000.000,00 (um bilhão e vinte e três milhões de reais) para R\$1.123.000.000,00 (um bilhão e cento e vinte e três milhões de reais).
- Quadro societário antes e depois da operação:

ANTES		DEPOIS	
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	250.635.000	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	275.135.000
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	521.730.000	Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	572.730.000
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	250.635.000	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	275.135.000
Total de Ações	1.023.000.000	Total de Ações	1.123.000.000

- Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas: Os acionistas subscreveram as novas ações na proporção de suas respectivas participações.

(iii) Aumento de Capital e Subscrição de Ações

- Principais condições do negócio: Em 30 de junho de 2017, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, foi deliberado um aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital



autorizado, mediante a emissão de novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Nesse contexto, 70.000.000 (setenta milhões) novas ações ordinárias foram emitidas, das quais (i) 35.700.000 (cinquenta e um milhões) foram subscritas e integralizadas pela EDFNF; (ii) 17.150.000 (dezesete milhões, cento e cinquenta mil) foram subscritas e integralizadas pela CHESF; e (iii) 17.150.000 (dezesete milhões, cento e cinquenta mil) foram subscritas e integralizadas pela Eletronorte.

- Sociedades Envolvidas: Companhia; Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.; Companhia Hidro Elétrica do São Francisco; Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.
- Efeitos Resultantes da operação no quadro acionário: O capital social da Companhia passou de R\$1.123.000.000,00 (um bilhão e cento e vinte e três milhões de reais) para R\$1.193.000.000,00 (um bilhão e cento e noventa e três milhões de reais).
- Quadro societário antes e depois da operação:

ANTES		DEPOIS	
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	275.135.000	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	292.285.000
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	572.730.000	Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	608.430.000
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	275.135.000	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	292.285.000
Total de Ações	1.123.000.000	Total de Ações	1.193.000.000

- Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas: Os acionistas subscreveram as novas ações na proporção de suas respectivas participações.

(iv) Aumento de Capital e Subscrição de Ações

- Principais condições do negócio: Em 13 de julho de 2017, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, foi deliberado um aumento do capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado, mediante a emissão de novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Nesse contexto, 197.200.000 (cento e noventa e sete milhões e duzentas mil) novas ações ordinárias foram emitidas, das quais (i) 100.572.000 (cem milhões e quinhentos e setenta e duas) foram subscritas e integralizadas pela EDFNF; (ii) 48.314.000 (quarenta e oito milhões, trezentos e quatorze mil) foram subscritas e integralizadas pela CHESF; e (iii) 48.314.000 (quarenta e oito milhões, trezentos e quatorze mil) foram subscritas e integralizadas pela Eletronorte.
- Sociedades Envolvidas: Companhia; Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.; Companhia Hidro Elétrica do São Francisco; Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.
- Efeitos Resultantes da operação no quadro acionário: O capital social da Companhia passou de R\$1.193.000.000,00 (um bilhão e cento e noventa e três milhões de reais) para R\$1.390.200.000,00 (um bilhão, trezentos e noventa milhões e duzentas mil reais).
- Quadro societário antes e depois da operação:

ANTES		DEPOIS	
Companhia Hidro Elétrica	292.285.000	Companhia Hidro Elétrica	340.599.000



do São Francisco - CHESF		do São Francisco - CHESF	
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	608.430.000	Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	709.002.000
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	292.285.000	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	340.599.000
Total de Ações	1.193.000.000	Total de Ações	1.390.200.000

- Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas: Os acionistas subscreveram as novas ações na proporção de suas respectivas participações.

(v) Aumento de Capital e Subscrição de Ações

- Principais condições do negócio: Em 16 de outubro de 2017, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, foi deliberado um aumento do capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado, mediante a emissão de novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Nesse contexto, 160.000.000 (cento e sessenta milhões) novas ações ordinárias foram emitidas, das quais (i) 81.600.000 (oitenta e um milhões e seiscentos mil) foram subscritas e integralizadas pela EDFNF; (ii) 39.200.000 (trinta e nove milhões e duzentas mil) foram subscritas e integralizadas pela CHESF; e (iii) 39.200.000 (trinta e nove milhões e duzentas mil) foram subscritas e integralizadas pela Eletronorte.
- Sociedades Envolvidas: Companhia; Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.; Companhia Hidro Elétrica do São Francisco; Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.
- Efeitos Resultantes da operação no quadro acionário: O capital social da Companhia passou de R\$1.390.200.000,00 (um bilhão, trezentos e noventa milhões e duzentas mil reais) para R\$1.550.200.000,00 (um bilhão, quinhentos e cinquenta milhões e duzentas mil reais).
- Quadro societário antes e depois da operação:

ANTES		DEPOIS	
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	340.599.000	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	379.799.000
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	709.002.000	Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	790.602.000
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	340.599.000	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	379.799.000
Total de Ações	1.390.200.000	Total de Ações	1.550.200.000

- Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas: Os acionistas subscreveram as novas ações na proporção de suas respectivas participações.

(vi) Aumento de Capital e Subscrição de Ações

- Principais condições do negócio: Em 30 de novembro de 2017, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, foi deliberado um aumento do capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado, mediante a emissão de novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Nesse contexto, 144.000.000 (cento e quarenta e quatro milhões) novas ações ordinárias foram emitidas, das quais (i) 73.440.000 (setenta e três milhões e quarenta e quatro mil) foram subscritas e integralizadas pela EDFNF; (ii) 35.280.000 (trinta e cinco milhões e duzentas e oitenta mil) foram subscritas e integralizadas pela CHESF; e (iii) 35.280.000 (trinta e cinco milhões e duzentas e oitenta mil) foram



subscritas e integralizadas pela Eletronorte.

- Sociedades Envolvidas: Companhia; Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.; Companhia Hidro Elétrica do São Francisco; Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.
- Efeitos Resultantes da operação no quadro acionário: O capital social da Companhia passou de R\$1.550.200.000,00 (um bilhão, quinhentos e cinquenta milhões e duzentas mil reais) para R\$1.694.200.000,00 (um bilhão, seiscentos e noventa e quatro milhões e duzentas mil reais).
- Quadro societário antes e depois da operação:

ANTES		DEPOIS	
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	379.799.000	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	415.079.000
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	790.602.000	Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	864.042.000
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	379.799.000	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	415.079.000
Total de Ações	1.550.200.000	Total de Ações	1.694.200.000

- Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas: Os acionistas subscreveram as novas ações na proporção de suas respectivas participações.

Operações relevantes no exercício social de 2018

(i) Aumento de Capital Autorizado e Subscrição de Ações

- Principais condições do negócio: Em 19 de dezembro de 2018, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, foi deliberado um aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de novas ações ordinárias nominativas, sem classe e sem valor nominal. Nesse contexto, 181.000.000 (cento e oitenta e um milhões) de novas ações ordinárias foram emitidas, das quais (i) 92.310.000 (noventa e dois milhões, trezentos e dez mil) foram subscritas e integralizadas pela EDFNF; (ii) 44.345.000 (quarenta e quatro milhões, trezentos e quarenta e cinco mil) foram subscritas e integralizadas pela CHESF; e (iii) 44.345.000 (quarenta e quatro milhões, trezentos e quarenta e cinco mil) foram subscritas e integralizadas pela Eletronorte.
- Sociedades Envolvidas: Companhia; Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.; Companhia Hidro Elétrica do São Francisco; Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.
- Efeitos Resultantes da operação no quadro acionário: O capital social da Companhia passou de R\$1.694.200.000,00 (um bilhão, seiscentos e noventa e quatro milhões e duzentas mil reais) para R\$ 1.875.200.000,00 (um bilhão, oitocentos e setenta e cinco milhões e duzentas mil reais).
- Quadro societário antes e depois da operação:

ANTES		DEPOIS	
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	415.079.000	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	459.424.000
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	864.042.000	Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	956.352.000



Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	415.079.000	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	459.424.000
Total de Ações	1.694.200.000	Total de Ações	1.875.200.000

- Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas: Os acionistas subscreveram as novas ações na proporção de suas respectivas participações.



15. CONTROLE E GRUPO ECONÔMICO

15.8 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação à Seção 15 deste Formulário de Referência.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

16.1 Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A.	10/10/2017	4.656.000,00	Não aplicável	Não aplicável	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador						
Objeto contrato	Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) Permanente nº 056/2017 em caráter permanente que entre si fazem o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, as Concessionárias de transmissão e a Companhia Energética Sinop S.A. Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST) devidos pela Companhia. Parcela dos encargos de transmissão de obrigação da Companhia repassada pelo ONS, responsável pela cobrança e liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando em nome das concessionárias de transmissão. Celebram o CUST os geradores que se conectam à Rede Básica.						
Garantia e seguros	Contrato de Constituição de Garantia						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	10/10/2017	3.062.000,00	Não aplicável	Não aplicável	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador						
Objeto contrato	Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) Permanente nº 056/2017 em caráter permanente que entre si fazem o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, as Concessionárias de transmissão e a Companhia Energética Sinop S.A. Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST) devidos pela Companhia. Parcela dos encargos de transmissão de obrigação da Companhia repassada pelo ONS, responsável pela cobrança e liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando em nome das concessionárias de transmissão. Celebram o CUST os geradores que se conectam à Rede Básica ou que sejam centralmente despachados.						
Garantia e seguros	Contrato de Constituição de Garantia						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
EDF Norte Fluminense Ltda.	19/07/2018	39.380.162,00	24.654.859,82		30/04/2024	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador						
Objeto contrato	Contrato de prestação de serviços de gestão e execução da Operação e Manutenção da Usina Hidrelétrica Sinop e instalações associadas.						
Garantia e seguros	As garantias contratuais consistem na garantia técnica dos serviços e garantia de cumprimento. A contratada será responsável pela contratação, diretamente ou através de terceiras empresas sob sua responsabilidade, e pelo pagamento dos prêmios e franquias das apólices de seguros de acidentes de trabalho. A contratante será responsável pela contratação de apólice de Riscos Operacionais e/ou seguro de Responsabilidade Civil da Usina.						
Rescisão ou extinção	Existem condições de rescisão previstas para a Contratante e para a Contratada, que envolvem obrigações técnicas, financeiras, sociais, contábeis, jurídicas e organizacionais.						
Natureza e razão para a operação	Serviços de gestão e execução da Operação e Manutenção da Usina Hidrelétrica Sinop e instalações associadas.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A.	11/08/2016	5.611.000,00	125.798.495,00		31/12/2047	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador						
Objeto contrato	Contrato de comercialização (compra e venda) de energia elétrica convencional. A Vendedora (Companhia) disponibilizará para a Compradora, no Ponto de Entrega, durante todo o Período de Fornecimento, a quantidade de 2,86 MW médios de Energia Elétrica Contratada. O Preço da Energia Elétrica Contratada, referenciado a outubro de 2013, será de R\$ 130,00/MWh (cento e trinta reais por megawatt hora) para o Período de Fornecimento, devendo ser atualizado anualmente de acordo com o IPCA.						
Garantia e seguros	Em garantia do fiel cumprimento das obrigações previstas neste Contrato, a Compradora deverá apresentar e manter vigente em favor da Vendedora e no valor equivalente a pelo menos 2 (dois) meses de faturamento, considerando como referência um mês de 31 (trinta e um) dias e o fornecimento mensal de energia elétrica pelo preço atualizado, um entre as seguintes opções de garantia: Seguro Garantia, Fiança Bancária, Contrato de Cessão de Direitos Creditórios, Carta Fiança Corporativa ou Caução em Moeda.						
Rescisão ou extinção	Existem condições de rescisão e/ou extinção previstas para a Beneficiária e para os Intervenientes, que envolvem obrigações técnicas, financeiras, sociais, contábeis, jurídicas e organizacionais.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de comercialização (compra e venda) de energia elétrica convencional.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	26/08/2019	5.611.000,00	125.798.495,00		31.12.2047	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador						
Objeto contrato	Contrato de comercialização (compra e venda) de energia elétrica convencional. A Vendedora (Companhia) disponibilizará para a Compradora, no Ponto de Entrega, durante todo o Período de Fornecimento, a quantidade de 2,86 MW médios de Energia Elétrica Contratada. O Preço da Energia Elétrica Contratada, referenciado a outubro de 2013, será de R\$ 130,00/MWh (cento e trinta reais por megawatt hora) para o Período de Fornecimento, devendo ser atualizado anualmente de acordo com o IPCA.						
Garantia e seguros	Em garantia do fiel cumprimento das obrigações previstas neste Contrato, a Compradora deverá apresentar e manter vigente em favor da Vendedora e no valor equivalente a pelo menos 2 (dois) meses de faturamento, considerando como referência um mês de 31 (trinta e um) dias e o fornecimento mensal de energia elétrica pelo preço atualizado, um entre as seguintes opções de garantia: Seguro Garantia, Fiança Bancária, Contrato de Cessão de Direitos Creditórios, Carta Fiança Corporativa ou Caução em Moeda.						
Rescisão ou extinção	Existem condições de rescisão e/ou extinção previstas para a Beneficiária e para os Intervenientes, que envolvem obrigações técnicas, financeiras, sociais, contábeis, jurídicas e organizacionais.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de comercialização (compra e venda) de energia elétrica convencional.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
EDF S.A.	29/06/2016	1.628.000,00	0,00	Não aplicável	02/10/2019	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista relevante do Controlador						
Objeto contrato	Convenção de compartilhamento de pessoal cedidos à Companhia pela EDF S.A., para prestação de serviços de gestão da UHE Sinop por recursos humanos, sendo disponibilizados profissionais para atuar junto à Companhia nos seguintes cargos: (i) supervisor de obras civis; (ii) engenheiro residente; (iii) engenheiro civil; (iv) gerente de meio ambiente; e (v) coordenador de O&M.						
Garantia e seguros	Não há garantias nem seguros. Contrato da Administração.						
Rescisão ou extinção	A Parte que desejar modificar ou interromper a Convenção deverá notificar a outra Parte por carta registrada com antecedência de três meses da data da efetiva ruptura ou da alteração almejada.						
Natureza e razão para a operação	Rateio de Custos de Função Corporativa						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	27/06/2017	142.305.000,00	0,00		31.12.2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador						
Objeto contrato	<p>Contrato de compra e venda de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e na modalidade opção. O Contrato tem por objeto estabelecer os termos e condições que regularizam a Compra e Venda da Energia Elétrica na Modalidade Opção de Compra entre as Partes, cuja entrega se dará pelo exercício da Opção de Compra, e será feita de maneira simbólica pela VENDEDORA à COMPRADORA (Companhia) no Centro de Gravidade do Submercado Norte, durante o Período de Fornecimento deste Contrato, mediante o pagamento do Valor de Faturamento. Recomposição de lastro para o Ano de 2018. A COMPRADORA exerceu a sua Opção de Compra do montante equivalente a 107,90 MWm (megawatt médios), correspondentes a 50% (cinquenta por cento) da Energia Elétrica Contratada Inicial.</p>						
Garantia e seguros	<p>Em garantia do fiel cumprimento das obrigações previstas neste Contrato, a Compradora deverá apresentar e manter vigente em favor da Vendedora e no valor equivalente a pelo menos 1,5 (um e meio) meses de faturamento, considerando como referência um mês de 31 (trinta e um) dias e o fornecimento mensal de energia elétrica pelo preço atualizado, um entre as seguintes opções de garantia: Carta de Fiança Bancária, Seguro Garantia, Caução em Moeda Corrente, Títulos da Dívida Pública ou Registro contra Pagamento no Sistema CliqCCEE.</p>						
Rescisão ou extinção	<p>Existem condições de rescisão e/ou extinção previstas para a Beneficiária e para os Intervenientes, que envolvem obrigações técnicas, financeiras, sociais, contábeis, jurídicas e organizacionais.</p>						
Natureza e razão para a operação	Contrato de comercialização (compra e venda) de energia elétrica convencional.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

16.3 Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

A Companhia segue as melhores práticas de governança corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação em vigor.

A Companhia tem como compromisso que as suas relações comerciais sejam transparentes e equilibradas, certificando-se, sobretudo que as informações sejam autênticas.

Nos termos do art. 23, (v) do Estatuto Social da Companhia, cumpre ao Conselho de Administração deliberar sobre a aprovação para celebração dos contratos e/ou acordos com uma Parte Relacionada, sendo que os conselheiros que porventura se enquadrem em situação de conflito de interesse estarão impedidos de votar.

A prática disposta no Estatuto Social da Companhia vai de encontro ao previsto na Lei das S.A., que dispõe em seu art. 156 ser vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientifica-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do conselho de administração, a natureza e extensão de seu interesse.

Por fim, a Companhia ressalta que as operações com partes relacionadas são suportadas por avaliações prévias de seus termos e condições, sendo analisado principalmente o estrito interesse da Companhia em sua execução.

Em todos os conjuntos de contratos citados no Item 16.2 deste Formulário de Referência, a Companhia adota as seguintes diretrizes e práticas para tratamento de potenciais conflitos de interesses: (i) constante monitoramento dessas transações, para observar se estão sendo devidamente conduzidas; (ii) todas as decisões em que possa haver potencial conflito de interesses e possam conferir benefícios a qualquer dos administradores, acionistas, conselheiros ou profissionais, familiares, entidades ou pessoas a eles relacionadas são tomadas com total lisura, respeitando o interesse da Companhia; (iii) é vedada qualquer forma de remuneração de assessores, consultores ou intermediários que gerem conflito de interesses com a Companhia, os administradores, os conselheiros fiscais, os acionistas ou classes de acionistas; e (iv) o sistema de controle interno é capaz de identificar interesse particular ou conflito de interesse ou potencial conflito não revelado pela parte conflitada ou por quem tenha conhecimento desse.

Ainda, a maioria das contratações da Companhia passam por processos licitatórios completos. A eventual impossibilidade de realização desses processos deve sempre ser devidamente fundamentada. Dessa forma, todas as transações listadas no item 16.2 desse Formulário de Referência foram celebradas em observância aos seguintes princípios:

- Competitividade (preços e condições compatíveis com os praticados no mercado);
 - Conformidade (aderência aos termos e responsabilidades contratuais, bem como aos controles de segurança da informação);
 - Transparência (reporte adequado das condições acordadas com a devida aplicação, bem como reflexos nas demonstrações contábeis da Companhia);
 - Comutatividade (prestações proporcionais para cada contratante); e
- Equidade (imparcialidade para reconhecer o direito de cada um).

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

16.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía como partes relacionadas os seus acionistas controladores Usina Hidroelétrica Norte Fluminense S.A., Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE e seus Administradores.

Quanto à divulgação e registro de transações entre partes relacionadas, a Companhia segue as orientações contábeis conforme CPC 05 (R1), sendo este pronunciamento técnico a correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 24.

Os valores informados nessa seção, quando não especificados, estão demonstrados em R\$ mil.

Controladores

Empresas	Natureza da operação	2018			2017		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
EDF Projetos	Serviços (a)	-	2.120	(6.019)	-	-	-
	Total	-	2.120	(6.019)	-	-	-
UTNF	Serviços (b)	581	50	(1.517)	480	79	(410)
	Total	581	50	(1.517)	480	79	(410)
CHESF	EUST (c)	-	-	-	-	222	(222)
	Acordo bilateral (d)	-	-	(721)	-	-	-
	Total	-	-	(721)	-	222	(222)
ELETRONORTE	EUST (c)	-	-	-	-	135	(135)
	Acordo bilateral (d)	-	-	(721)	-	4.733	(4.733)
	Reserva não contratada (e)	-	2.515	(9.980)	-	-	-
	Compra de energia (f)	-	-	(142.305)	-	-	-
	Total	-	2.515	(153.006)	-	4.868	(4.868)
	Total geral	581	4.685	(161.263)	480	5.169	(5.500)

(a) Prestação de serviços de operação e manutenção da UHE Sinop e Instalações associadas.

Prestação de serviços de gestão da UHE Sinop por recursos humanos cedidos à Companhia pela UTNF.

Encargos pelo Uso do Sistema de Transmissão.

Prêmio por descontração de energia elétrica por meio de CCEAR.

Prêmio mensal por descontração de energia elétrica no ACL.

Compra de energia elétrica no ACL

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Subscrito				
31/07/2019	2.234.136.449,00	07/10/2019	2.234.136.449	0	2.234.136.449
Tipo de capital	Capital Integralizado				
31/07/2019	2.234.136.449,00	07/10/2019	2.234.136.449	0	2.234.136.449
Tipo de capital	Capital Autorizado				
31/07/2019	2.234.136.449,00	07/10/2019	2.234.136.449	0	2.234.136.449

17.2 - Aumentos do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria "B".

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria "B".

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria "B".



17. CAPITAL SOCIAL

17.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação à Seção 17 deste Formulário de Referência.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria "B".
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria "B".
Outras características relevantes	Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria "B".

18. VALORES MOBILIÁRIOS

18.2 Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.

ou Políticos Previstos no Estatuto**18. VALORES MOBILIÁRIOS****18.3 Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto**

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O Emissor não possuía valores mobiliários negociados em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado em cada um dos trimestres dos três últimos exercícios sociais.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória
Data de emissão	16/05/2018
Data de vencimento	15/06/2032
Quantidade (Unidades)	236.000
Valor total (Reais)	236.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	236.794.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Sim. Após a subscrição e integralização das debêntures pelos investidores profissionais no mercado primário, as Debêntures somente poderão ser negociadas no mercado secundário: (i) entre investidores qualificados; e (ii) depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais, conforme disposto, respectivamente, nos artigos 15 e 13 da Instrução CVM 476, e observado o cumprimento, pela Companhia, do artigo 17 da Instrução CVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>RESGATE FACULTATIVO: desde que a regulamentação permita, a Companhia poderá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, desde que: (i) tenham transcorridos, pelo menos, 4 (quatro) anos, a contar da Data de Emissão, ou em prazo diverso, conforme venha a ser determinado pela legislação à época vigente, o que for maior, (ii) seja mediante anuência prévia e expressa do BNDES; e (iii) seja mediante ao pagamento de prêmio. Não será permitido o resgate antecipado parcial das Debêntures.</p> <p>VALOR DO RESGATE FACULTATIVO: por ocasião do Resgate Facultativo, o valor devido pela Companhia aos Debenturistas será equivalente ao Valor Nominal Atualizado ou saldo do Valor Nominal Atualizado, conforme aplicável, a ser resgatado, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso, desde a Data de Subscrição, ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, até a data do efetivo resgate antecipado total, acrescido de um prêmio de 1% (um por cento) multiplicado pela duration remanescente das Debêntures, desde a data do efetivo resgate, até a Data de Vencimento, incidente sobre o valor do Resgate Facultativo.</p>

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

A data de vencimento será 15 de junho de 2032. As obrigações relativas às debêntures constantes da Escritura de Emissão, poderão ser declaradas antecipadamente vencidas, sendo exigido o imediato pagamento pela Companhia, do valor nominal atualizado acrescido dos juros remuneratórios, calculados pro rata temporis, conforme o caso, desde a data de subscrição, da data de incorporação ou da data de pagamento dos juros remuneratórios imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, e demais encargos devidos nos termos da Escritura de Emissão, na ocorrência dos eventos detalhadamente descritos na Escritura de Emissão, os quais foram definidos pela Diretoria da Companhia em conjunto com o Coordenador Líder e demais participantes da Oferta Restrita. Sobre o valor nominal atualizado incidirão juros remuneratórios prefixados com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de Bookbuilding e limitado à maior taxa entre: (i) à cotação indicativa divulgada pela ANBIMA do cupom da taxa interna de retorno do Tesouro IPCA, com vencimento em 15 (quinze) de agosto de 2026, apurado no dia útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de Bookbuilding acrescida exponencialmente de um spread de 2,50% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis; e (ii) a uma taxa de 7,30% (sete inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano; calculado de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos. A taxa que remunerará as debêntures, definida nos termos acima descritos e de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão, será ratificada por meio de aditamento à Escritura de Emissão. Para assegurar o fiel, integral e pontual pagamento do valor total da dívida da Companhia representada pelas Debêntures e todos os seus acessórios, incluindo o Valor Nominal Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, conforme aplicável, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação, tributos, taxas, comissões, honorários e despesas advocatícias, custas e despesas judiciais ou extrajudiciais, honorários do Agente Fiduciário, e outras despesas e custos de natureza semelhante, incorridas pelo Agente Fiduciário, com relação à execução da Escritura de Emissão e das Fianças Corporativas (“Obrigações Garantidas”), as Debêntures contarão com garantia fidejussória representada pela fiança, não solidária, prestada proporcionalmente às participações no capital social da Emissora, (i) pela Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A., limitada a 51% (cinquenta e um por cento) das obrigações garantida, (ii) pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, limitada a 24,5% (vinte e quatro inteiros e cinco décimos por cento) das obrigações garantidas, e (iii) pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, limitada a 24,5% (vinte e quatro inteiros e cinco décimos por cento) das obrigações garantidas. Adicionalmente, as debêntures contarão com as garantias reais indicadas a seguir que serão compartilhadas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”): (a) penhor de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia de titularidade das acionistas, nos termos do “Contrato de Penhor de Ações nº 16.2.0270.2” celebrado em 11 de agosto de 2016, conforme aditado de tempos em tempos; e (b) cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia emergentes do Contrato de Concessão, bem como dos contratos de compra e venda de energia e de outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes da implantação da Usina Hidrelétrica Sinop com capacidade instalada de 401,88 MW e energia assegurada de 242,8 MW médios, conforme previsto na Portaria nº 2, de 8 de janeiro de 2018, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético, localizada nos municípios de Itaúba e Cláudi

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Qualquer alteração somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes, e aprovadas previamente pelos debenturistas. Nas deliberações da assembleia geral de debenturistas, a cada debênture caberá um voto. Sem prejuízo de outros quoruns expressamente previstos nas demais cláusulas da Escritura de Emissão, toda e qualquer matéria referentes às debêntures e à emissão que sejam objeto de deliberação em assembleia geral de debenturistas e/ou pedidos de renúncia (waivers) em relação a quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão deverão ser aprovadas, em primeira convocação ou segunda convocação, por debenturistas que representem, pelo menos, a maioria absoluta das debêntures em circulação. As deliberações relativas a alterações dos juros remuneratórios, resgate, repactuação, alterações dos itens que dispõem sobre hipóteses de vencimento antecipado, prazo das debêntures e/ou dispositivos sobre quorum previstos na Escritura de Emissão (exceto aquelas que estabeleçam quorum específico, conforme o caso), deverão contar com aprovação de debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das debêntures em circulação, em primeira convocação, ou por debenturistas que representem, pelo menos, a maioria absoluta das debêntures em circulação, em segunda convocação.

Outras características relevantes

Não aplicável

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	13

18. VALORES MOBILIÁRIOS

18.6 Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do Emissor são admitidos à negociação

A segunda emissão de debêntures, conforme descrita no item 18.5 deste Formulário de Referência, são registradas para negociação no mercado secundário por meio da CETIP21 - Módulo de Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Desde a sua constituição até a data de apresentação desse Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Desde sua constituição até a data de protocolo desse Formulário de Referência, a Companhia não emitiu quaisquer títulos no exterior.



18. VALORES MOBILIÁRIOS

18.9 Descrição das ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor.

Segunda Emissão de Debêntures

Em 16 de maio de 2018, a Sinop Energia realizou a emissão de 236.000 (duzentas e trinta e seis mil) debêntures simples, não conversíveis e não permutáveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em série única, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do disposto na Instrução CVM nº 476, com valor nominal de R\$ 1.000 (um mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 236,0 milhões (“Segunda Emissão de Debêntures”).

A integralização das debêntures foi realizada à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo preço da subscrição das debêntures, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da B3, a partir da data de início da distribuição das debêntures. O resultado do processo do *Bookbuilding* permitiu a emissão das debêntures com a taxa final de IPCA + 7,9461%. A totalidade dos recursos obtidos, no montante de R\$ 223,739 milhões, líquidos dos custos de captação, destinaram-se à construção da UHE Sinop.

As principais condições da emissão são estas:

Emissão	Quantidade	Remuneração	Pagamento	Vencimento	Garantia
2ª Emissão - Série única	236.000	IPCA + 7,9461%	Pagamentos semestrais a partir de 12/2019	06/2032	Garantia real e fidejussória



18. VALORES MOBILIÁRIOS

18.10 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar:

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**
- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**
- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.



18. VALORES MOBILIÁRIOS

18.11 Ofertas Públicas de Aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.



18. VALORES MOBILIÁRIOS

18.12 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Na avaliação da Administração não há outras informações relevantes, exceto pelas divulgadas nos termos do item 18.5 deste Formulário de Referência.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria "B".

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria "B".



19. PLANOS DE RECOMPRA E VALORES MOBILIÁRIOS EM TESOURARIA

19.3 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação à Seção 19 deste Formulário de Referência.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria "B".



20. POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

20.2 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação à Seção 20 deste Formulário de Referência.

Divulgação de Informações

21. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

21.1 Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.



ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

21.2 Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e os locais onde a política pode ser consultada

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.

21. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

21.3 Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

Conforme Anexo 24 à Instrução CVM nº 480, de 07 de setembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo para os emissores registrados na Categoria “B”.



21. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

21.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação à Seção 21 deste Formulário de Referência.